

Relatório Anual de Atividades





Criada pela Lei nº 10.233/2001, a **Agência Nacional de Transportes Terrestres – ANTT** é uma autarquia sob regime especial, que tem sede e foro no Distrito Federal, e está presente em todo o território nacional por meio das Unidades Regionais e Postos de Fiscalização.

Tem por finalidade regular, supervisionar e fiscalizar as atividades de prestação de serviços e de exploração da infraestrutura de transportes, exercidas por terceiros, visando garantir a movimentação de pessoas e bens, harmonizar os interesses dos usuários com os das empresas concessionárias, permissionárias, autorizadas e arrendatárias, e de entidades delegadas, preservado o interesse público, arbitrar conflitos de interesses e impedir situações que configurem competição imperfeita ou infração contra a ordem econômica.

Missão

Assegurar aos usuários adequada prestação dos serviços de transporte terrestre

Visão

Ser referência em regulação, promovendo a harmonização do setor e garantindo a excelência dos serviços de transporte terrestre

Valores

- Segurança
- Eficiência
- Conforto
- Rapidez
- Pontualidade
- Qualidade
- Imparcialidade
- Modicidade Tarifária
- Responsabilidade Socioambiental

Diretor Geral

Mário Rodrigues Júnior

Diretoria Colegiada

Elisabeth Braga

Jorge Luiz Macedo Bastos (até fevereiro/2018)

Mário Rodrigues Júnior

Marcelo Vinaud Prado

Sérgio de Assis Lobo

Weber Ciloni

Órgãos Vinculados à Diretoria

Assessoria de Comunicação Social - ASCOM
Assessoria de Gestão Estratégica e Inovação - AGEST
Assessoria de Relações Institucionais e Parlamentar - ASPAR
Assessoria Técnica para o Transporte Internacional de Cargas e Passageiros - ASTEC
Auditoria Interna - AUDIT
Centro de Documentação - CEDOC
Comissões de Outorgas
Corregedoria - COREG
Gabinete do Diretor - GAB
Ouvidoria - OUVID
Procuradoria Geral - PRG
Secretaria Executiva da Comissão de Ética - SECET
Secretaria-Geral - SEGER

Superintendências Organizacionais

Superintendência Executiva - SUEXE
Superintendência de Exploração de Infraestrutura Rodoviária - SUINF
Superintendência de Fiscalização - SUFIS
Superintendência de Gestão - SUDEG
Superintendência de Infraestrutura e Serviços de Transporte Ferroviário de Cargas - SUFER
Superintendência de Governança Regulatória - SUREG
Superintendência de Serviços de Transporte de Passageiros - SUPAS
Superintendência de Serviços de Transporte Rodoviário e Multimodal de Cargas - SUROC
Superintendência de Tecnologia da Informação - SUTEC

Unidades Regionais

Unidade Regional do Rio De Janeiro – URRJ

Endereço: Av. Marechal Câmara, 160 - 11º andar, Ed. Le Bourget – Castelo
Rio de Janeiro – RJ. CEP: 20.020-080 – Telefone: (21) 3504-4700

Unidade Regional de Minas Gerais – URMG

Endereço: Rua Jaceguai, nº 208 5º Andar – Bairro Prado
Belo Horizonte – MG - CEP: 30.411-040 – Telefone: (31) 3303-1300

Unidade Regional de São Paulo – URSP

Endereço: Av. Paulista, 37 – Ed. Parque Cultural Paulista – 8º andar
São Paulo – SP. CEP: 01.311-902 – Telefone: (11) 3556-4700

Unidade Regional do Rio Grande Do Sul – URRS

Endereço: Av. Ipiranga, nº 2897 -Bairro Santana - Porto Alegre – RS. CEP: 90.610-001
Telefones: Recepção - (51) 3375-4700/RNTRC - (51) 3375-4707

Unidade Regional do Ceará – URCE

Endereço: Avenida Luciano Carneiro, 2255 – Pavimento Térreo – Vila União
Fortaleza – CE. CEP: 60.410-691 – Telefone: (85) 3388-8100

Unidade Regional do Maranhão – URMA

Endereço: Rua 09, número 10 - Bairro Vinhais
São Luís – MA. CEP: 65.071-110 – Telefone: (98) 3311-1200

Unidade Regional da Bahia – URBA

Endereço: Av. Tancredo Neves, 1632 - Ed. Salvador Trade Center - Torre Norte, Salas 611 a 617
Caminho das Árvores - Salvador – BA. CEP: 41.820 – 020 – Telefones: (71) 3311-0300/3311-0301

Unidade Regional de Pernambuco – URPE

Endereço: Av. Eng. Domingos Ferreira, nº 467, Empresarial Moura Dubeux, 11º andar, Pina - Recife
– PE. CEP: 51.011-051 – Telefones: (81) 3466-6210/3326-3359

Unidade Regional de Santa Catarina – URSC

Endereço: Rod. BR 101 Km 204, Térreo Marginal Norte, Barreiros
São José – SC. CEP: 88.117-500 - Telefone: (48) 3281-4500

Unidade Regional do Centro Norte - URCN

Setor de Clubes Esportivos Sul - SCES, trecho 03, lote 10, Projeto Orla Polo 8, Bloco E Térreo
Brasília – DF. CEP: 70.200-003 - Telefone: (61) 3410-1001

Mensagem da Diretoria

As ações da ANTT, em 2018, continuaram focadas no fortalecimento do seu papel no crescimento do setor de transportes, visando maior proatividade regulatória, melhor produtividade e agilidade no atendimento das demandas do mercado regulado, atuando com transparência e estimulando a participação dos diversos atores envolvidos no setor, em prol do aprimoramento da qualidade na prestação dos serviços de transporte terrestre.

Nesse contexto, merece destaque a implantação do Centro Nacional de Supervisão Operacional (CNSO), que permitirá uma visão estratégica de todo o transporte rodoviário e ferroviário federal concedido, compreendendo a integração de informações e processos, de forma eficiente, com vistas a expandir e aprimorar as condições da infraestrutura do País. A implantação do CNSO proporcionará, de forma remota e eficiente, o monitoramento das rodovias, do transporte de passageiros e de cargas.

A fim de aperfeiçoar o sistema de gestão da Agência para atingir novos patamares de desempenho, realizou-se a revisão do seu Regimento Interno, resultando em três grandes mudanças na sua estrutura institucional, quais sejam: criação de uma estrutura formal de gestão estratégica e inovação; formalização da Superintendência de Tecnologia de Informação, e; ampliação e fortalecimento das atuações relacionadas ao monitoramento do mercado e à regulação econômica.

Com a inclusão da área de gestão estratégica e inovação, foi possível elaborar uma metodologia de avaliação e gerenciamento de riscos. Essa metodologia foi iniciada com o desenvolvimento de um estudo piloto, por meio da elaboração de matrizes de riscos de 31 iniciativas estratégicas do Planejamento Estratégico 2014-2019, de forma a avaliar sua aplicabilidade nos demais processos organizacionais da Agência.

No âmbito das concessões rodoviárias, uma importante conquista da ANTT foi a realização do leilão da Rodovia BR-101/290/448/386/RS, conhecida como Rodovia de Integração do Sul (RIS), com extensão de 473,4 km e estimativa de 7,8 bilhões em investimentos, com deságio de 40,53%.

No segmento do transporte ferroviário do país teve destaque a publicação do edital que visa a subconcessão da Ferrovia Norte-Sul, que ligará Estrela D'Oeste, em São Paulo, a Porto Nacional, em Tocantins. Esta será a primeira concessão de ferrovia cujo processo de modelagem foi inteiramente desenvolvido pela ANTT. Serão concedidos ao setor privado 1.537 quilômetros, com investimento previsto de R\$ 2,7 bilhões. O contrato consiste na exploração da infraestrutura e na prestação de serviço público de transporte ferroviário.

Outra ação relevante foi a implantação do Sistema de Habilitação de Transportes de Passageiros – SisHAB, que visa tornar mais eficiente os serviços prestados pela Agência às empresas de Transporte Rodoviário Interestadual e Internacional de Passageiros (TRIIP), tais como habilitação, cadastro e recadastro de motoristas, veículos e empresas. Fazendo uma previsão do potencial de redução do fardo regulatório total para um cenário de 5 anos, tem-se aproximadamente R\$ 372,8 milhões de reais - economia que poderá ser empregada em outros tipos de atividade para o aprimoramento do setor, considerando que o Sistema promoveu uma queda no tempo de espera das empresas de ônibus de até dez dias úteis.

Assim, tendo por objetivo promover visibilidade às ações da Agência e atuar como instrumento de transparência, ao prover à sociedade uma visão geral do contexto da sua atuação na constante busca pela excelência em transportes terrestres, a Diretoria da ANTT tem a satisfação de apresentar o Relatório de Atividades de 2018.

Sumário

Clique para ir para o capítulo

8 *Gestão Estratégica*

40 *Concessões Rodoviárias*

65 *Concessões Ferroviárias*

81 *Transporte de Cargas*

91 *Transporte de Passageiros*

108 *Estudos e Pesquisas*

111 *Governança Regulatória*

117 *Gestão Organizacional*

129 *Gestão de Pessoas*

140 *Gestão de Licitação e Contatos*

145 *Gestão de Tecnologia da Informação*

156 *Gestão Ambiental Sustentável*

158 *Relacionamento com a Sociedade e Controle*

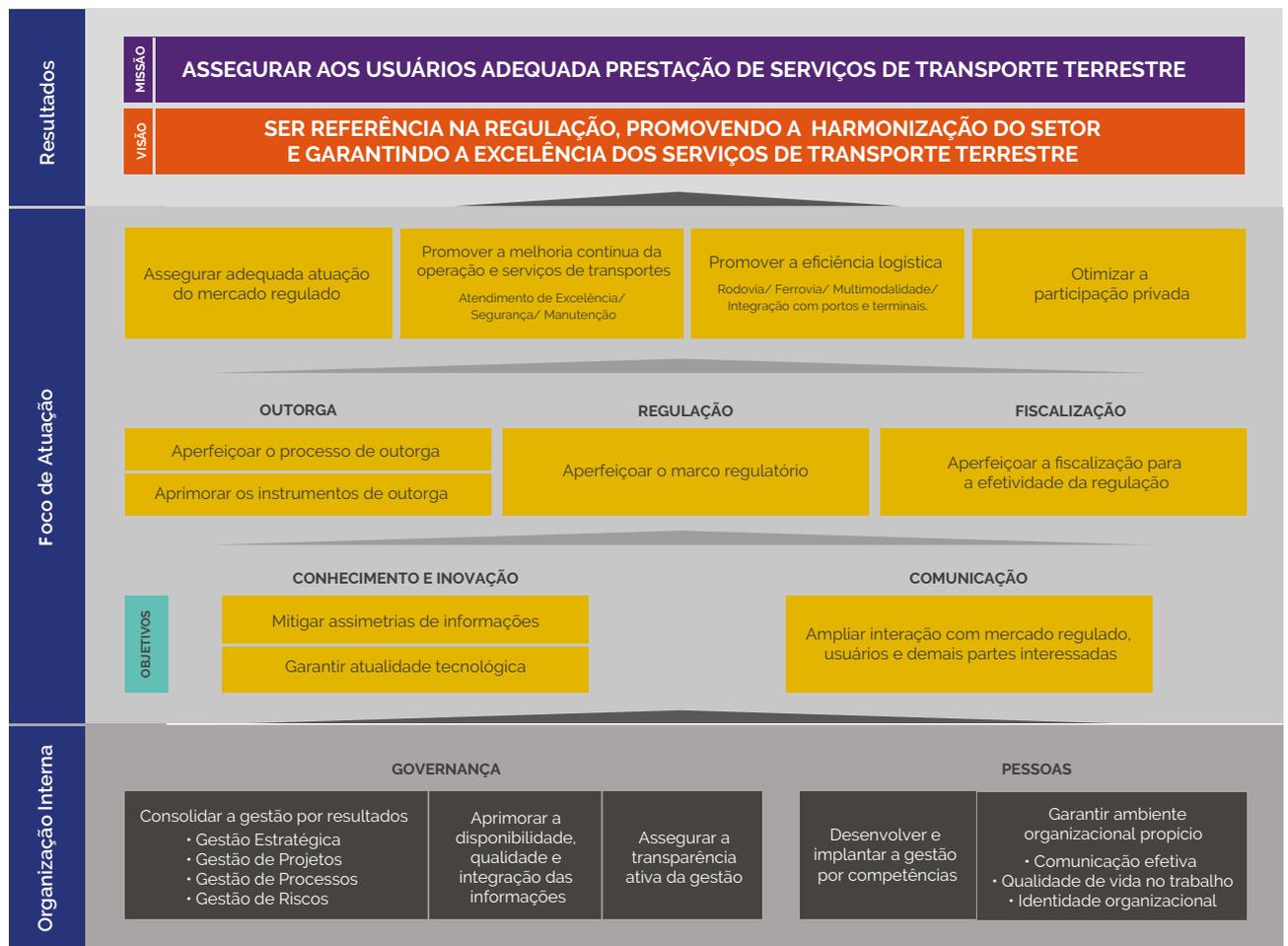
GESTÃO ESTRATÉGICA

Planejamento Estratégico

O atual ciclo de Planejamento Estratégico foi instituído em 2014, para o período de 2014/2019, por intermédio da Deliberação nº 63/2014. São 16 objetivos estratégicos, aos quais estão associados indicadores de desempenho e iniciativas estratégicas.

Ao longo de 2018, foram identificadas oportunidades de melhoria na condução do Planejamento Estratégico e que vêm sendo implementadas. Tendo em vista, ainda, a aproximação do fim do ciclo, construiu-se um projeto de realinhamento, visando à continuidade da ferramenta para um novo ciclo de 10 anos, contemplando as mudanças necessárias.

Mapa estratégico da ANTT



Objetivos estratégicos, indicadores e iniciativas

Objetivo Estratégico	Indicadores	Iniciativas Estratégicas
<p>Assegurar adequada atuação do mercado regulado (1)</p>	<p>Índice de satisfação dos usuários de rodovias concedidas</p> <p>Índice de satisfação dos usuários de transporte rodoviário de passageiros (regular de longa distância)</p> <p>Índice de satisfação dos usuários de transporte rodoviário de passageiros (regular semiurbano)</p> <p>Índice de satisfação dos usuários de transporte rodoviário de passageiros (fretamento)</p> <p>Índice de satisfação dos usuários de transporte ferroviário de passageiros</p> <p>Índice de satisfação dos usuários do transporte ferroviário de cargas</p> <p>Índice de cumprimento de parâmetro de desempenho</p>	<p>1 - Realização da Pesquisa de Satisfação dos Usuários</p> <p>2 - Avaliação de aspectos concorrenciais em normativos da ANTT</p> <p>3 - Estudos acerca de inviabilidade operacional</p>
<p>Promover a melhoria contínua da operação e serviços de transportes (2)</p>	<p>Índice de segurança operacional ferroviária</p> <p>Índice de acidentes em rodovias concedidas</p>	<p>4 - Recadastramento dos transportadores rodoviários de cargas no RNTRC</p>
<p>Promover a eficiência logística (3)</p>	<p>Indicador de uso de direito de passagem/ tráfego mútuo</p> <p>Índice de projetos do planejamento anual entregues</p>	<p>5 - Desenvolvimento de modelo para implantação e monitoramento de corredores multimodais para o transporte de cargas</p>

Objetivo Estratégico	Indicadores	Iniciativas Estratégicas
Otimizar a participação privada (4)	Aderência do investimento privado Movimentação de cargas por ferrovias	Sem iniciativas associadas
Aperfeiçoar o processo de outorga (5)	Sem indicadores associados	<p>6 - Novas concessões ferroviárias previstas em programas de outorga</p> <p>7 - Novas concessões rodoviárias previstas em programas de outorga</p> <p>8 - Outorga dos serviços de transporte rodoviário semiurbano interestadual de passageiros entre o DF e seu Entorno</p> <p>9 - Outorga dos serviços de transporte rodoviário semiurbano interestadual de passageiros entre Estados brasileiros</p> <p>10 - Estudos de modelagem da outorga da exploração do serviço público de transporte ferroviário regular de passageiros e de carga no trecho</p>
Aprimorar os instrumentos de outorga (6)	Sem indicadores associados	<p>11 - Repactuação dos contratos de concessões ferroviárias</p> <p>12 - Repactuação dos contratos de concessões rodoviárias (excluída)</p>

Objetivo Estratégico	Indicadores	Iniciativas Estratégicas
<p>Aperfeiçoar o marco regulatório (7)</p>	<p>Índice de cumprimento da Agenda Regulatória</p> <p>Realização de Análise de Impacto Regulatório - AIR 1 no âmbito da Agenda regulatória</p>	<p>13 - Desenvolvimento da governança regulatória na ANTT*</p> <p>14 - Definição do marco regulatório para o serviço de transporte ferroviário de passageiros</p>
<p>Aperfeiçoar a fiscalização para a efetividade da regulação (8)</p>	<p>Indicador de implantação da fiscalização eletrônica</p> <p>Tempo médio de processamento de autos de infração</p> <p>Índice de eficiência do processamento de autos de infração contra a prescrição</p>	<p>15 - Fiscalização das ferrovias concedidas</p> <p>16 - Definição e implementação das regras de perdimento de veículos flagrados na execução de transporte clandestino de passageiros</p> <p>17 - Fiscalização eletrônica</p> <p>18 - Fiscalização de peso - agente remoto e WIM</p> <p>19 - SIFAMA – SPM (Sistema Integrado de Fiscalização, Autuação, Multa e Arrecadação)</p> <p>20 - Fiscalização das rodovias federais concedidas</p>
<p>Mitigar assimetria de informações (9)</p>	<p>Sem indicadores associados</p>	<p>21 - Implantação do Monitriip (Sistema de Monitoramento do Transporte Rodoviário Interestadual e Internacional Coletivo de Passageiros)</p> <p>22 - Conhecimento sobre o mercado de transporte rodoviário de carga</p>

Objetivo Estratégico	Indicadores	Iniciativas Estratégicas
Garantir atualidade tecnológica (10)	Sem indicadores associados	23 - Revisão do instrumento de planejamento de tecnologia da informação na ANTT
Ampliar interação com mercado regulado, usuários e demais partes interessadas (11)	<p>Nível de satisfação do usuário no canal da Ouvidoria da ANTT</p> <p>Presença positiva/ neutra da ANTT na mídia</p> <p>Número de acessos ao sítio eletrônico da ANTT</p>	<p>24 - Implementação da política de comunicação da ANTT</p> <p>25 - Aprimoramento da qualidade da participação social</p>
Consolidar a gestão por resultados (12)	Índice de cumprimento das ações das iniciativas estratégicas	<p>26 - Implantação do escritório de projetos</p> <p>27 - Reestruturação da Superintendência de Fiscalização</p>
Aprimorar a disponibilidade, qualidade e integração das informações (13)	Sem indicadores associados	<p>28 - Centro Nacional de Supervisão - CNSOIG</p> <p>29 - Gestão Eletrônica Documental - GED</p>
Assegurar a transparência ativa da gestão (14)	Sem indicadores associados	30 - Segurança da Informação e Comunicações - SIC
Desenvolver e implantar a gestão por competências (15)	Sem indicadores associados	31 - Desenvolvimento e implantação da gestão por competências
Garantir ambiente organizacional propício (16)	<p>Termômetro dos canais de comunicação interna da Agência</p> <p>Termômetro do ambiente organizacional da Agência</p>	Sem iniciativas associadas

Resultados do Planejamento Estratégico

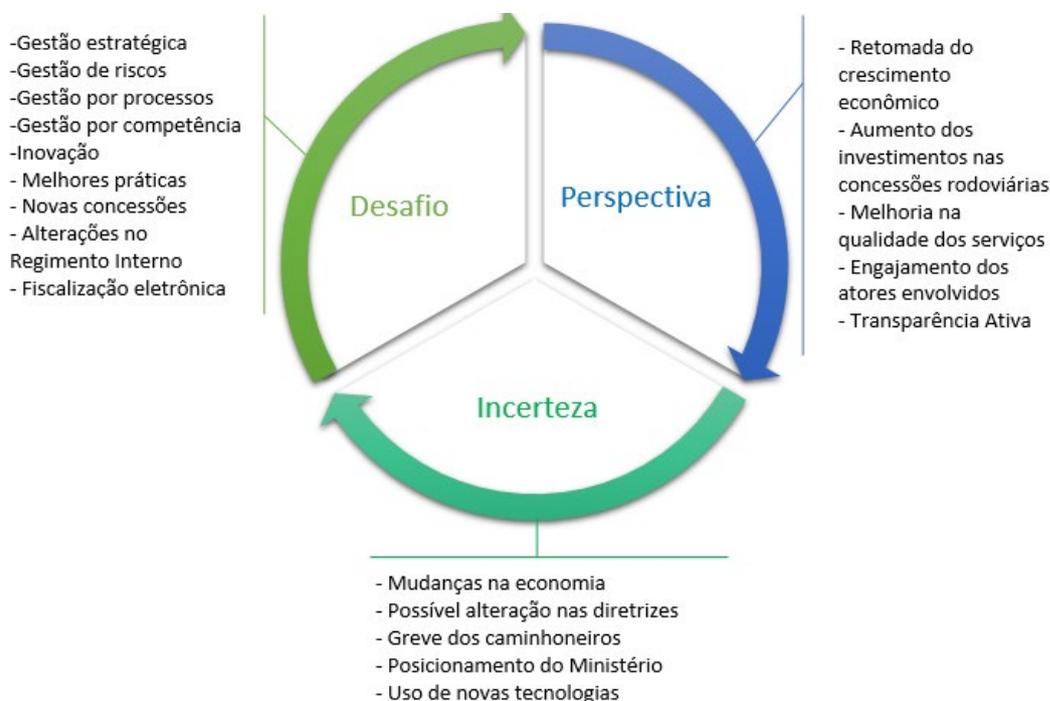
Os resultados expressos neste item foram construídos tendo por base os Objetivos Estratégicos do ciclo 2014-2019 do Planejamento Estratégico da ANTT. Após o título de cada Objetivo, encontram-se: definição, resultados obtidos pelos indicadores de desempenho e o andamento das iniciativas estratégicas em curso.

Note-se que existem Objetivos aos quais não há iniciativas associadas, uma vez que um conjunto delas foi concluído antes de 2018 ou cuja condução foi suspensa pela Diretoria Colegiada, devido a mudanças de cenário que as tornaram inadequadas para a consecução dos Objetivos.

Em seguida, são apresentados comentários sobre os resultados atingidos, contemplando o atendimento às metas estabelecidas, comentários sobre as metas não alcançadas, justificativas para os resultados e as perspectivas para os exercícios futuros.

Um resumo desse cenário, com as incertezas, os desafios e as perspectivas que permearam os ajustes no Planejamento Estratégico no período analisado, pode ser encontrado na figura a seguir.

Principais desafios, incertezas e perspectivas – 2018

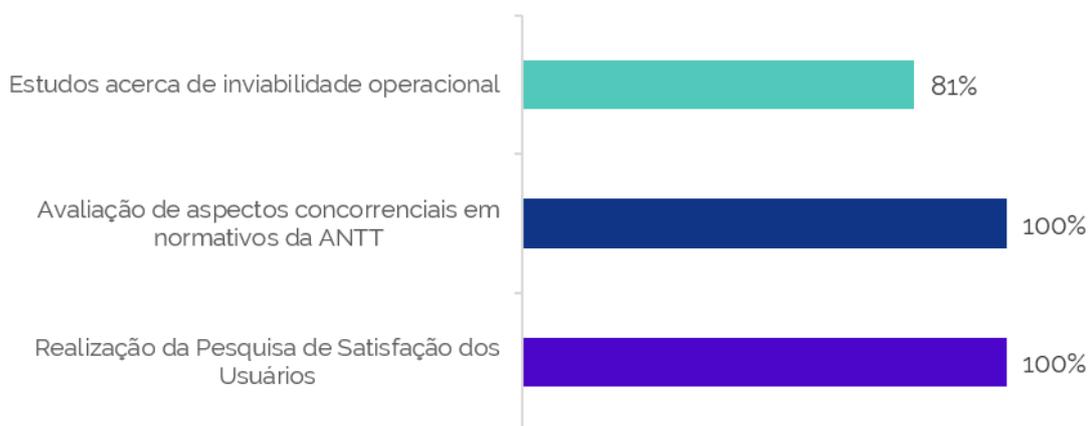


Objetivo Estratégico 1 - Assegurar adequada atuação do mercado regulado

Acompanhar o desenvolvimento dos serviços públicos delegados e assegurar a efetividade do marco regulatório, garantindo a qualidade dos serviços aos usuários e o respeito aos direitos estabelecidos, tornando o mercado de transportes terrestres atraente para investimentos.

Resultados alcançados

Grau de execução das iniciativas do Objetivo 1

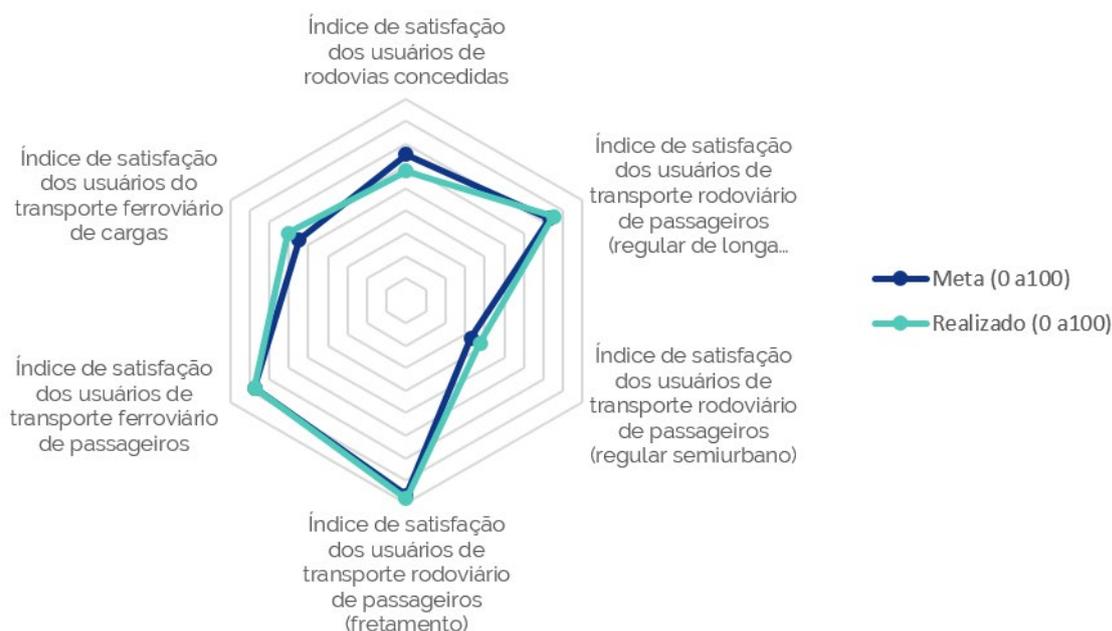


Indicadores de desempenho

Indicador	Período	Meta (0 a100)	Realizado (0 a100)
Índice de satisfação dos usuários de rodovias concedidas	anual	65,1	57,6
Índice de satisfação dos usuários de transporte rodoviário de passageiros (regular de longa distância)	anual	73,1	75,2
Índice de satisfação dos usuários de transporte rodoviário de passageiros (regular semiurbano)	anual	33	37,5

Indicador	Período	Meta (0 a100)	Realizado (0 a100)
Índice de satisfação dos usuários de transporte rodoviário de passageiros (fretamento)	anual	86,5	88
Índice de satisfação dos usuários de transporte ferroviário de passageiros	anual	77,3	77,4
Índice de satisfação dos usuários do transporte ferroviário de cargas	anual	54,6	60,4

Desempenho dos indicadores de satisfação dos usuários, em 2018



Comentários

Considerando os indicadores e iniciativas associadas a este objetivo, observa-se que foi apresentado bom desempenho. Foram concluídas duas das três iniciativas estratégicas, estando uma em estágio avançado. Apenas um dos indicadores de satisfação dos usuários apresentou desempenho inferior à meta estabelecida, refletindo a queda nos investimentos nas rodovias concedidas.

A perspectiva é que, com a recuperação da economia, os investimentos nas concessões rodoviárias sejam retomados, melhorando a percepção dos usuários sobre a qualidade do serviço, que deve ser captada na próxima Pesquisa de Satisfação dos Usuários.

Objetivo Estratégico 2 - Promover a melhoria contínua da operação e serviços de transporte

Atuar, com tempestividade, nos serviços de transportes terrestres no país, garantindo ao usuário segurança e contínua manutenção, a fim de proporcionar atendimento de excelência, em quantidade suficiente e a preços módicos.

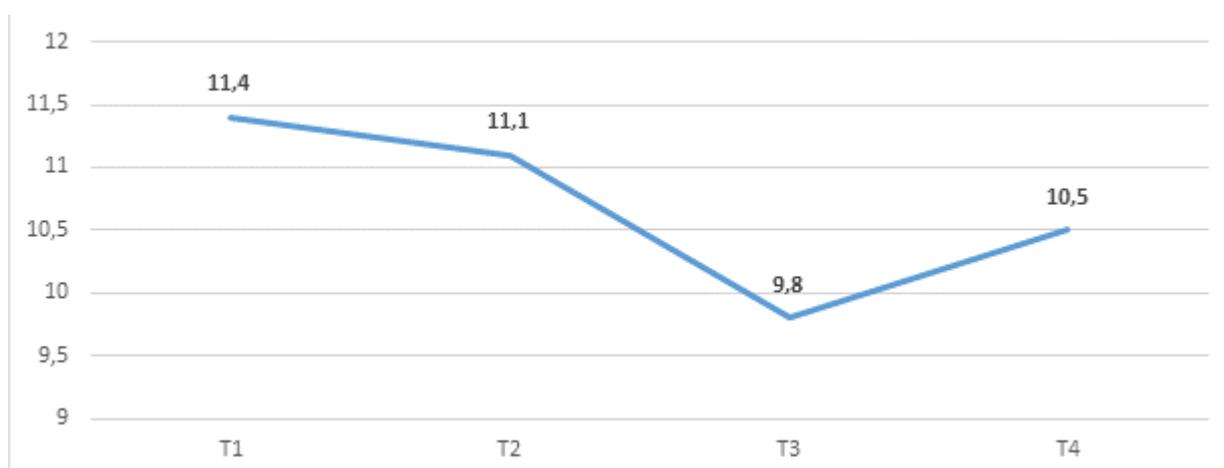
Resultados alcançados

Iniciativa	Grau de execução
Recadastramento dos transportadores rodoviários de cargas no Registro Nacional dos Transportadores Rodoviários de Cargas -RNTRC	84%

Indicadores de desempenho

Indicador	Período	Resultados 1° ao 3° trimestre de 2018 (acidentes.milhão.trem.km)			
		T1	T2	T3	T4
Índice de segurança operacional ferroviária	Trimestral	11,40	11,1	9,8	10,5

Desempenho do indicador do Objetivo 2, 2018 (acidentes.milhão.trem.km) - Meta de redução



Comentários

A primeira etapa da iniciativa "Recadastramento dos transportadores rodoviários de cargas no RNTRC" foi concluída conforme o cronograma previsto. A segunda, entretanto, não foi concluída, pois o procedimento de identificação eletrônica foi suspenso em dezembro de 2017, por meio da Deliberação nº 521/2017. Em dezembro de 2018, a Diretoria da ANTT estabeleceu, por meio da Deliberação nº 1003/2018, que serão considerados identificados eletronicamente, para fins do RNTRC, os veículos que adotarem obrigatoriamente a tecnologia de chip embarcado nas Placas de Identificação Veicular - PIV no padrão estabelecido pelo CONTRAN.

O indicador tem demonstrado uma queda constante do índice de acidentes, com exceção do quarto trimestre, evidenciando a atuação adequada da ANTT junto às concessionárias nesse sentido.

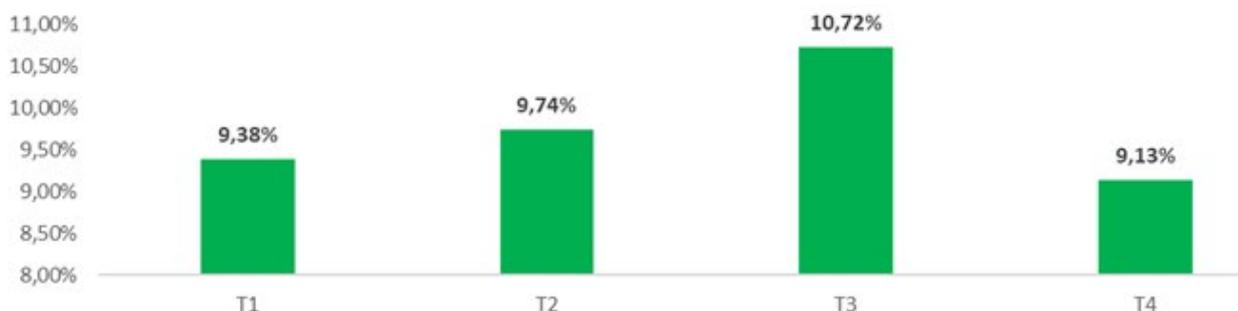
Como se vê, o Objetivo Estratégico 2 relaciona-se nas várias esferas de atuação da Agência: Ferroviário, Rodoviário e Transportes de Passageiros e Cargas.

Objetivo Estratégico 3 - Promover a eficiência logística

Atuar, no que tange às atribuições da ANTT, no aprimoramento e integração do transporte multimodal em articulação com as demais entidades públicas, contribuindo para a redução dos custos logísticos, criação de valor e melhoria nos níveis de serviço de transporte terrestre.

Resultados alcançados

Desempenho do Indicador de uso de direito de passagem e tráfego mútuo em relação ao total transportado, ferrovias, 2018 (objetivo 3)



O Índice de projetos do planejamento anual entregues das rodovias concedidas mostrou desempenho conforme esperado.

Desempenho do indicador de uso de direito de passagem e tráfego mútuo em relação ao total transportado, ferrovias, 2018 (objetivo 3)



Comentários

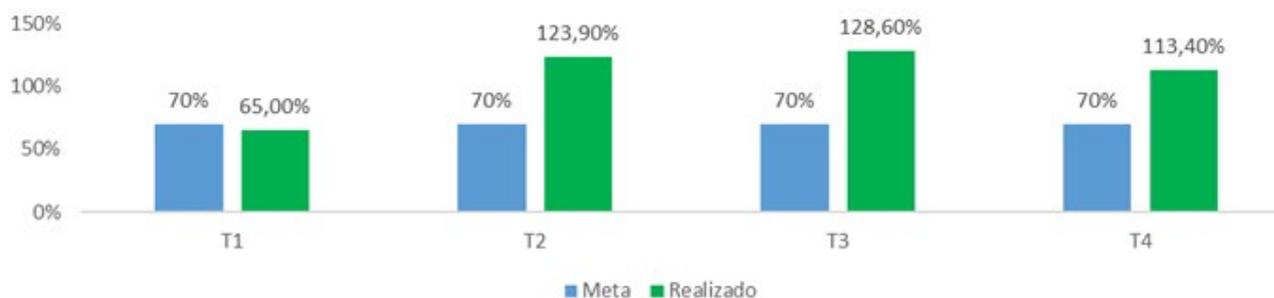
O "Indicador de uso de direito de passagem e tráfego mútuo" evoluiu até o 3º trimestre; no entanto, houve uma piora no último trimestre de 2018. Nota-se que outros dois indicadores estratégicos relacionados à ferrovia tiveram trajetória similar: melhora gradativa nos 3 primeiros trimestres do ano e piora no 4º.

Objetivo Estratégico 4 - Otimizar a participação privada

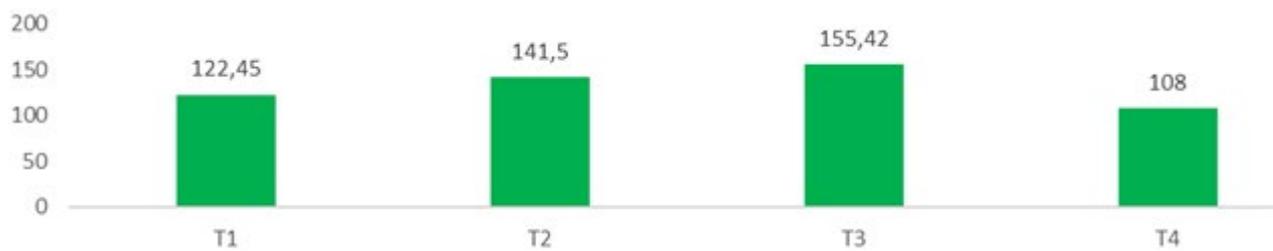
Incentivar a participação do investimento privado no setor de transportes terrestres.

Resultados alcançados

Desempenho do indicador de aderência do investimento privado (ferrovias), 2018 (objetivo 4)



Desempenho do indicador de movimentação de cargas por ferrovias, em milhões de TU, 2018 (objetivo 4)



Comentários

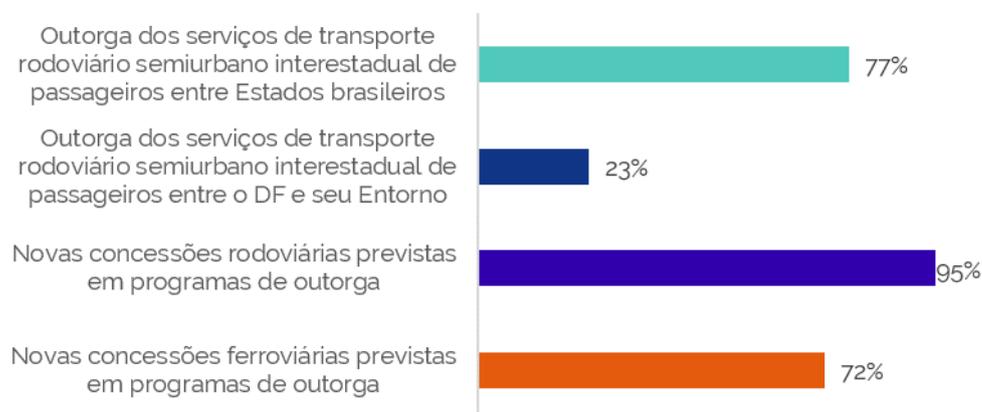
Os dois indicadores deste objetivo são referentes às concessões ferroviárias e tiveram trajetórias muito semelhantes, pois estavam com tendência de alta nos primeiros trimestres, mas apresentaram queda no 4º trimestre. O primeiro é uma proporção dos investimentos executados em relação aos planejados (Aderência do Investimento Privado) e apresentou valores bem acima da meta nos 2º, 3º e 4º trimestres. O segundo demonstra a movimentação de cargas em milhões de Tonelada Útil (TU), que não teve meta estabelecida em 2018, por questões de acordo contratual.

Objetivo Estratégico 5 - Aperfeiçoar o processo de outorga

Desenvolver e agregar mecanismos que potencializem a eficiência do processo, desde os estudos de viabilidade técnica e econômica até a pactuação do acordo com a parte outorgada.

Resultados alcançados

Grau de execução das Iniciativas do Objetivo 5



Comentários

As iniciativas relativas às novas concessões rodoviárias, a despeito de ser um ano eleitoral, seguiram seu curso normal, merecendo destaque o leilão da Rodovia de Integração Sul, no fim do ano de 2018. Resta a concessão das rodovias BR-364/ 365, cujo edital encontra-se em análise pelo Tribunal de Contas da União, em cumprimento à IN TCU 46/2004.



Foto: Registro da assinatura do contrato da Rodovia de Integração Sul.

Já em relação às iniciativas referentes à outorga de serviços de transporte interestadual semiurbano de passageiros, seu andamento encontra-se abaixo do esperado, haja vista estarem aguardando manifestação/posicionamento do Ministério dos Transportes, Portos e Aviação Civil para sua continuidade.

Quanto ao Projeto das Novas Concessões Ferroviárias, que abrange os trechos da Ferrogrão (Lucas do Rio Verde/MT a Mirituba/PA), da FIOl (Ilhéus/BA a Caetité/BA) e da Ferrovia Norte-Sul (Anápolis/GO-Estrela D'Oeste- Três Lagoas/MS), já foram realizadas todas as respectivas Audiências Públicas. No caso da Ferrogrão, iniciou-se a fase de ajustes técnicos e jurídicos da proposta que, posteriormente, será encaminhada à aprovação do Ministério dos Transportes, Portos e Aviação Civil. A previsão é de que o leilão ocorra em janeiro de 2020. Por sua vez, em relação à Ferrovia de Integração Oeste-Leste - FIOl, o relatório de Audiência Pública está sendo finalizado e o leilão é previsto para outubro de 2019. Em relação à Ferrovia Norte-Sul, o edital de leilão foi aprovado pela Diretoria Colegiada em dezembro de 2018, com leilão previsto para março de 2019.

A iniciativa nº 10 "Estudos de modelagem da outorga da exploração do serviço público de transporte ferroviário regular de passageiros e de carga no trecho Brasília-DF, Anápolis e Goiânia-GO" foi excluída pela necessidade de readequação dos estudos de viabilidade e, principalmente, em função do projeto em comento não estar abarcado no rol de projetos prioritários estabelecidos pelo PPI (Programa de Parcerias de Investimentos).

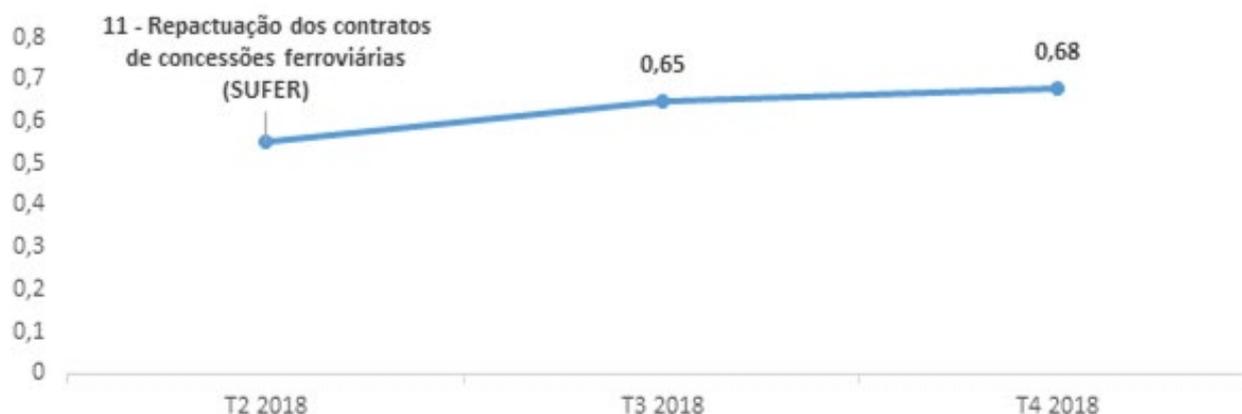
Objetivo Estratégico 6 - Aprimorar instrumentos de outorga

Revisar e aperfeiçoar os instrumentos que estabelecem as diretrizes e meios para a outorga de serviços de transportes terrestres, visando garantir a flexibilidade necessária à adaptação aos cenários econômicos e sociais.

Resultados alcançados

Iniciativa	T2	T3	T4	Variação do Nível de Execução
Repactuação dos contratos de concessões ferroviárias (SUFER)	55%	65%	68%	13%

Grau de execução da iniciativa do objetivo 6, de 0 a 1, sendo 1 a conclusão.



Comentários

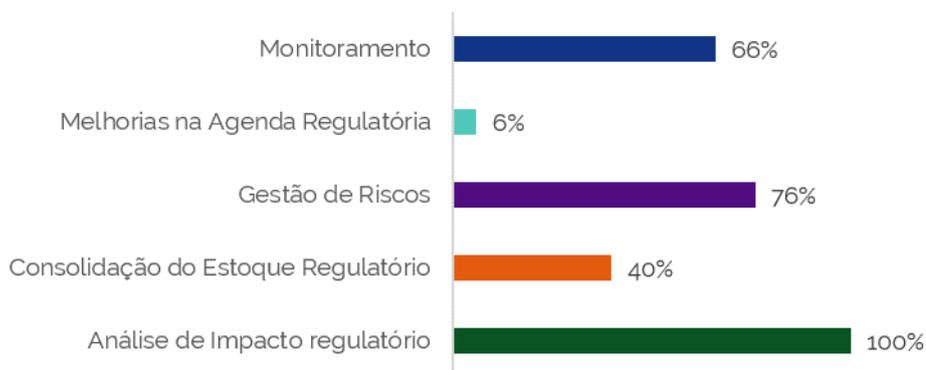
A iniciativa "Repactuação dos Contratos de Concessões Ferroviárias" conseguiu cumprir as atividades programadas, com uma evolução de 13% do nível de execução no segundo semestre de 2018. Não há indicador para esse objetivo.

Objetivo Estratégico 7 - Aperfeiçoar o marco regulatório

Construir e fomentar instrumentos, como a Análise de Impacto Regulatório e a Agenda Regulatória, que agreguem qualidade ao marco regulatório.

Resultados alcançados

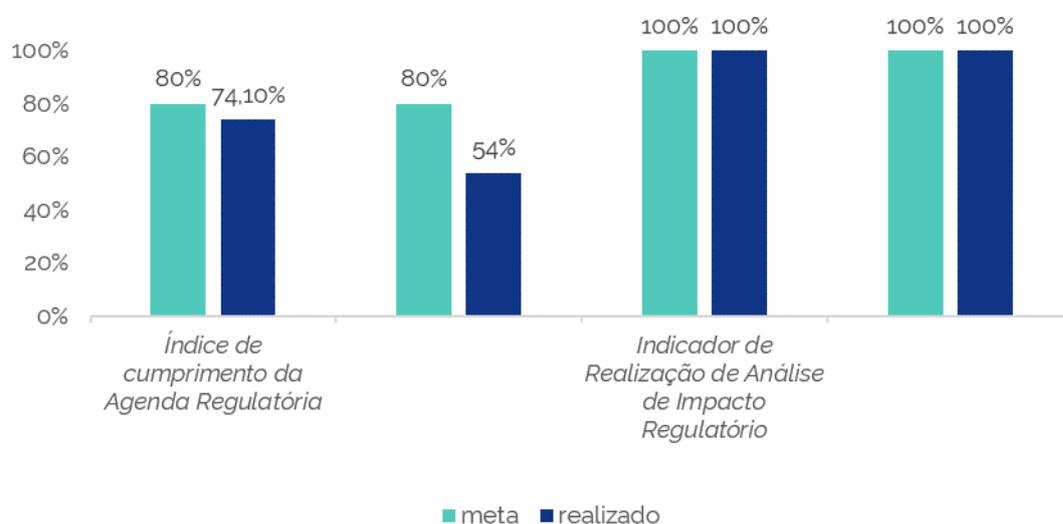
Grau de execução das iniciativas do Objetivo 7



Indicadores de desempenho

Indicador	Período	Meta				Realizado			
Índice de cumprimento da Agenda Regulatória	Trimestral	80%	80%	80%	80%	74,10%	-	-	54%
Realização de Análise de Impacto Regulatório - AIR 1 no âmbito da Agenda regulatória	Semestral	100%		100%		100%		100%	

Desempenho dos indicadores do Objetivo 7, em 2018



Comentários

As iniciativas estratégicas associadas a este Objetivo sofreram impacto pela alteração do Regimento Interno, que reformou a estrutura organizacional da Agência, promovendo alterações no escopo de alguns dos projetos, bem como dividindo sua implantação entre as unidades organizacionais existentes anteriormente e as novas.

Foi concluída com sucesso, no período de avaliação deste relatório, a Iniciativa relativa à Análise de Impacto Regulatório, que repercutiu positivamente no indicador afeto à matéria (100%).

A iniciativa relativa à gestão de riscos sofreu impactos positivos da alteração regimental, apresentando bom andamento, sendo realizado o piloto da análise de riscos com as iniciativas estratégicas, que serviu de base para construção da metodologia de gestão de riscos a ser adotada pela Agência e que deverá ter continuidade em 2019.

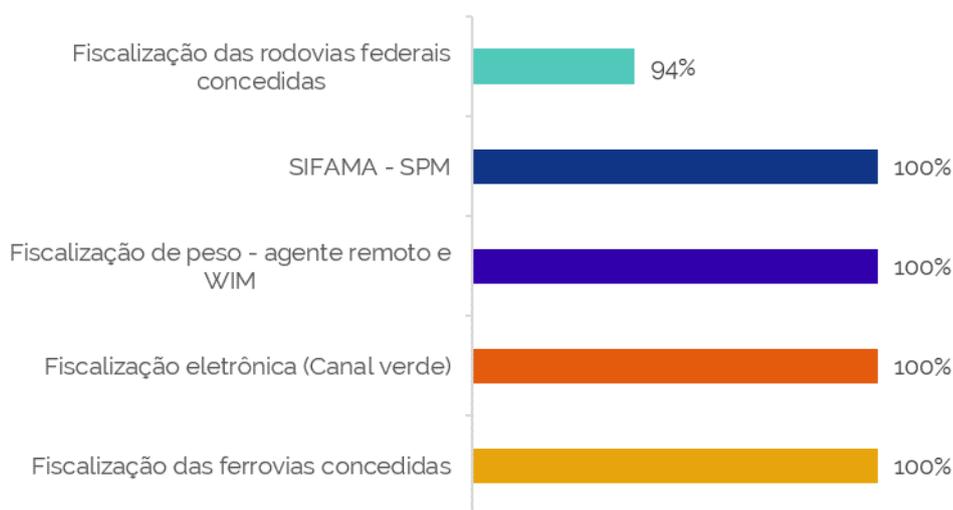
As demais iniciativas seguiram conduzidas, mas com alterações substantivas em seus escopos e cronogramas, devido à reestruturação da ANTT; o que explica seu baixo rendimento, particularmente o da iniciativa "Melhorias na Agenda Regulatória", demonstrado também no indicador relativo a ela.

Objetivo Estratégico 8 - Aperfeiçoar a fiscalização para a efetividade da regulação

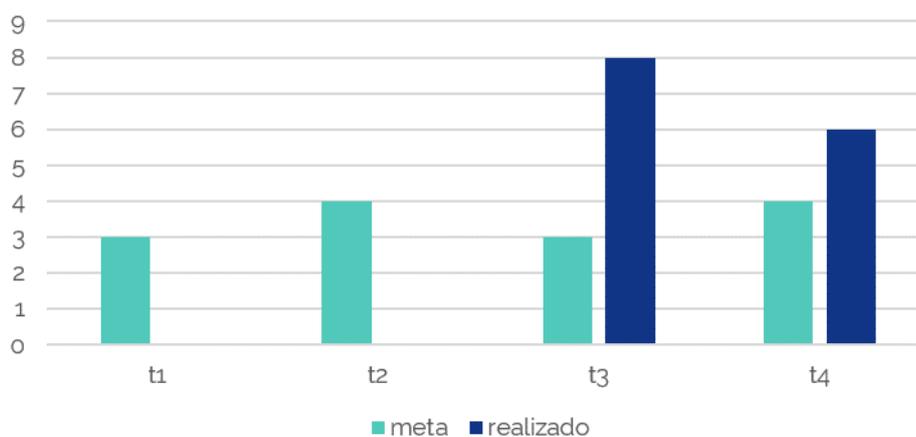
Aperfeiçoar e formalizar métodos e técnicas de fiscalização para tornar os processos de trabalho mais eficientes e capazes de gerar resultados mais efetivos.

Resultados alcançados

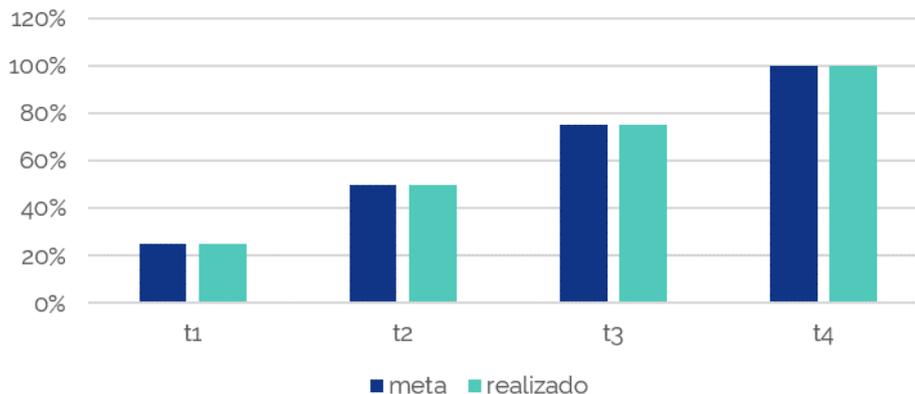
Grau de execução das iniciativas do Objetivo 8



Desempenho do indicador da implantação da fiscalização eletrônica, em 2018



Desempenho do indicador de eficiência do processamento de autos de infração contra a prescrição, em 2018



Comentários

Quatro das cinco iniciativas associadas a este Objetivo foram inteiramente concluídas no exercício de 2018. A iniciativa restante encontra-se em adiantado estágio de desenvolvimento, próximo à sua conclusão.

Duas das iniciativas representam inovações significativas na atuação da ANTT quanto à sua fiscalização: A iniciativa "Fiscalização Eletrônica" compreendeu a implantação de pontos de leitura ao longo dos principais eixos rodoviários do Brasil, possibilitando a fiscalização remota do transporte de cargas, otimizando a atuação dos fiscais em campo. Benefícios adicionais podem ser obtidos nos próximos anos, como a possibilidade de se utilizar desses pontos de leitura para explorar a oportunidade de se adotar o modelo de free flow para as rodovias concedidas, com a cobrança automática, dispensando a adoção de praças de pedágio, o que reduziria o valor das tarifas.

A iniciativa "Fiscalização de peso – agente remoto e WIM" objetivou eliminar a necessidade da presença física de fiscal nos postos de pesagem, permitindo a atuação à distância. A pesagem em movimento (WIM - weight in movement) consistiu no desenvolvimento de tecnologia inédita no Brasil, permitindo a pesagem dos veículos em movimento, possibilitando, no futuro, eliminar os custos de construção e manutenção dos postos de pesagem, com impacto favorável aos usuários nas tarifas de pedágio.

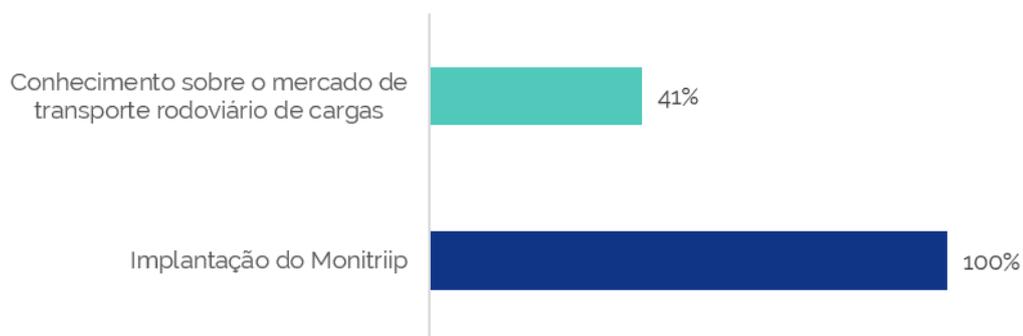
Os indicadores deste objetivo mostraram bom rendimento, atingindo 100% das metas estabelecidas.

Objetivo Estratégico 9 - Mitigar a assimetria de informações

Aprimorar mecanismos de mitigação das imperfeições das informações prestadas pelos entes regulados, que favoreça a atividade regulatória na busca do equilíbrio da relação entre a qualidade do serviço prestado à sociedade e o retorno financeiro ao mercado privado.

Resultados alcançados

Grau de execução das iniciativas do Objetivo 9



Comentários

A iniciativa "Conhecimento sobre o mercado de transporte de cargas", a dificuldade de obtenção dos dados referentes ao primeiro módulo (RNTRC), bem ainda a priorização das atividades relacionadas à regulação da Lei nº 13.703/2018, contribuíram para que a atividade não fosse realizada conforme o previsto. Entretanto, permanece mantida a data de dezembro de 2019 para sua conclusão.

Quanto ao Monitriip, que trata da implantação de equipamentos nos veículos prestadores de serviços de transporte interestadual e internacional de passageiros, é uma iniciativa que permitirá o acompanhamento da prestação do serviço por parte da ANTT. A iniciativa foi concluída com a adesão de 74,47% de empresas regulares e de 25,19% de empresas de fretamento ativas. Esses percentuais tenderão a elevar-se nos próximos exercícios.

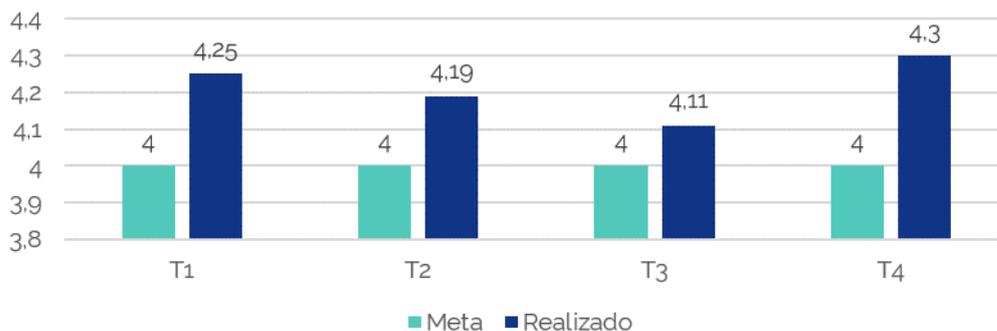
Objetivo Estratégico 11 - Ampliar interação com mercado regulado, usuários e demais partes interessadas

Aumentar e aperfeiçoar os canais de comunicação com os agentes do setor e usuários, bem como o relacionamento com entidades privadas e públicas (Federal, Estadual e Municipal), promovendo maior acessibilidade à ANTT e permitindo maior participação nas ações da Agência. Ser proativo na comunicação com a sociedade e promover a integração entre os agentes do mercado de transportes terrestres.

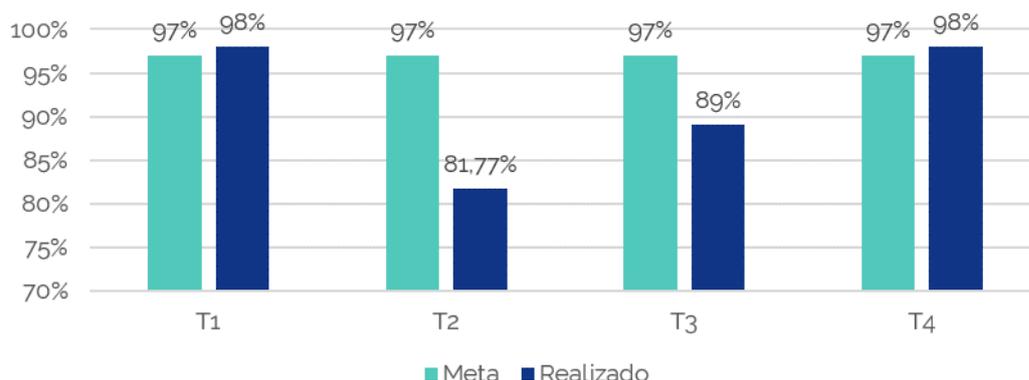
Resultados alcançados

Iniciativa	Grau de execução
Aprimoramento da qualidade da participação social	88%

Desempenho do nível de satisfação do usuário no canal da ouvidoria da ANTT, em 2018



Desempenho da presença positiva/ neutra da ANTT na mídia, em 2018



Comentários

A iniciativa priorizada para este Objetivo trata da relação entre a ANTT e os demais atores relacionados ao negócio da Agência. Seu andamento está em 88%, aproximando-se da conclusão. Foi revisado o normativo interno que trata dos processos de participação e controle social, incluindo novas formas de participação, durante a construção das propostas normativas – Reuniões Participativas e Tomadas de Subsídio, em complemento às formas de participação quando da análise da proposta já construída – Audiência Pública e Consulta Pública.

Um dos indicadores priorizados trata da avaliação daqueles que utilizam os serviços da Ouvidoria da ANTT e demonstra se o canal tem boa qualidade.

O indicador relativo à presença neutra/positiva da ANTT na mídia apresentou baixo desempenho no segundo e terceiro trimestres de 2018, como resultado direto da greve dos caminhoneiros e gestão de crise realizada.

Objetivo Estratégico 12 – Consolidar a gestão por resultado

Fortalecer cultura focada em resultados, aprimorar e alinhar a maturidade quanto à gestão entre as áreas, visando a mudança comportamental, o comprometimento e o engajamento necessários à consecução dos objetivos estratégicos da ANTT e a melhoria da gestão da Agência como um todo.

Resultados alcançados

Iniciativa	Grau de execução
Implantação do escritório de projetos	12%

Desempenho da presença positiva/ neutra da ANTT na mídia, em 2018



Comentários

Alinhada a este objetivo estratégico, a ANTT, visando fortalecer a gestão estratégica, criou em maio de 2018 a Assessoria de Gestão Estratégica e Inovação, com a responsabilidade de conduzir o conjunto de ações relacionados ao tema: gestão por processos, gestão de projetos, gestão da inovação, conformidade e integridade, planejamento estratégico, gestão de riscos, desburocratização, Plano de Gestão Anual - PGA, dentre outros. A iniciativa "implantação do escritório de projetos", vinculada a este objetivo, teve seu escopo alterado e está em fase inicial de desenvolvimento.

O índice de cumprimento das ações das iniciativas estratégicas se aproximou da meta estabelecida, refletindo o esforço da ANTT no sentido de qualificar o acompanhamento do Planejamento Estratégico.

Em 2018, foi elaborado projeto de realinhamento do Planejamento Estratégico, para o ciclo 2020-2030, e que será executado ao longo de 2019, visando corrigir os pontos de melhoria verificados no ciclo atual.

Objetivo Estratégico 13 - Aprimorar a disponibilidade, qualidade e integração das informações

Desenvolver e implantar sistemas de informação, com o objetivo de ampliar a eficiência dos processos de trabalho da ANTT. Garantir a existência de atributos de integração de informações entre os diversos sistemas.

Resultados alcançados

Iniciativa	Grau de execução
Centro Nacional de Supervisão - CNSOIG	Licitado

Comentários

O projeto de implantação do Centro Nacional de Supervisão Operacional - CNSO tem como objetivo apoiar a fiscalização da exploração da infraestrutura e dos serviços de transporte terrestre, por meio da implantação de estrutura dotada de recursos tecnológicos, computacionais e de comunicação, voltada à integração on-line de sistemas de dados corporativos das concessionárias e dos órgãos públicos relativos à segurança, ao volume de tráfego, às variações de velocidade média, aos níveis de serviço e de atendimento aos usuários, aos avisos de incidentes, dentre outros. Este projeto foi licitado em dezembro/2018.

Objetivo Estratégico 14 - Assegurar a transparência ativa da gestão

Prover transparência ativa da gestão, se antecipando às demandas das partes interessadas (sociedade e entes regulados), por meio do acesso às informações sobre a atuação da Agência, oferecendo oportunidade de acompanhar tempestivamente o desenvolvimento de suas solicitações, além das ações institucionais e a aplicação dos recursos. Criar mecanismos de coleta, análise e devolutiva das contribuições encaminhadas pelas partes interessadas.

Resultados alcançados

Iniciativa	Grau de execução
Segurança da Informação e Comunicações - SIC	87%

Comentários

A iniciativa associada a este objetivo visa contribuir para a elevação do nível de conformidade exigido pelos órgãos de controle, fundamentar os investimentos na área de Segurança da Informação e Comunicações (SIC) e assegurar a disponibilidade, a integridade, a confidencialidade e a autenticidade das informações na ANTT. O Projeto abrange a construção das normas que derivam da Política de Segurança da Informação e Comunicações da ANTT.

Objetivo Estratégico 15 - Desenvolver e implantar a gestão por competências

Prospectar, identificar e definir as competências necessárias para que a ANTT alcance suas metas. Desenvolver as competências individuais para que as pessoas possam executar seu trabalho e agregar valor a si e à ANTT. Propiciar as bases para uma alocação eficaz de recursos humanos.

Resultados alcançados

Iniciativa	Grau de execução
Desenvolvimento e implantação da gestão por competências	100%

Comentários

Esta iniciativa tem por objetivo adequar a ANTT à Política Nacional de Desenvolvimento de Pessoal, cuja premissa é a compatibilização entre as competências requeridas aos servidores necessárias para o desempenho das atividades destinadas a alcançar os objetivos definidos pela instituição. A iniciativa acaba de ser concluída, de acordo com seu escopo, voltada à realização de um piloto para definição de trilhas de conhecimento e validação de metodologia. Vislumbra-se que em 2019 já seja possível apreender o impacto positivo da adoção da metodologia construída.

Objetivo Estratégico 16 - Garantir ambiente organizacional propício

Melhorar o clima organizacional, por meio da valorização e motivação do corpo funcional, estimulando a integração entre as diversas unidades organizacionais da ANTT, formando equipes multidisciplinares e interdepartamentais. Fortalecer a comunicação interna, direcionada aos distintos públicos, para disseminação tempestiva de informações relevantes, possibilitando criar sinergias entre as diversas áreas da instituição, com o objetivo de atingir resultados mais efetivos

Resultados alcançados

Desempenho do termômetro dos canais de comunicação interna da Agência, em 2018



Comentários

O termômetro dos canais de comunicação interna ficou 18% acima da meta traçada. 59% do somatório de respostas considerou que a comunicação interna feita pela ASCOM é “muito boa” ou “boa”.

O outro indicador associado a esse objetivo é o Termômetro do ambiente organizacional da Agência, cuja fórmula em percentual é o somatório das avaliações "ótimo" e "bom" subtraídas do somatório das avaliações "regular" e "ruim" em relação ao total. Para calcular o indicador, consideraram-se "ótimo" e "bom" o bem-estar moderado ou intenso (59%) e "ruim" e "regular" o mal-estar intenso ou moderado e a zona de transição (41%). Em 2018, não foi definida meta para esse indicador. O Resultado alcançado foi 18,7% (59% - 41%), bem superior à meta para 2017, que foi 7%. A Nota média foi 6,25 (representa bem-estar moderado), de 0 a 10, considerando a avaliação de 1.046 servidores.

Outras Considerações

O Objetivo 10 possuía apenas 1 indicador que foi removido, por decisão na 791ª Reunião de Diretoria Colegiada, de acordo com os Memorandos nº 592/2018/SEGER/ANTT e nº 084/2018/GAB/ANTT. O motivo para remoção foi que o indicador de Cooperação técnica interinstitucional possuía natureza operacional e não estava alinhado ao Objetivo. A iniciativa de revisão do instrumento de planejamento de tecnologia da informação da ANTT foi concluída em 2017. Assim, o objetivo não foi apresentado no corpo deste documento.

Quanto às justificativas para o desempenho dos indicadores com desempenho menor que a meta, apenas 3 indicadores apresentaram resultados inferiores e não se recuperaram no 4º trimestre de 2018: 1 – índice de satisfação dos usuários de rodovias concedidas (objetivo 1); 21 – índice de cumprimento da Agenda Regulatória (objetivo 7) e 30 – Tempo de processamento de autos de infração (objetivo 8).

Em relação ao indicador 1, foram encaminhadas sugestões de melhorias e plano de ação para as áreas, no âmbito do Projeto da Pesquisa de Satisfação do Usuário, conforme Memorando nº 165/2018/Ouvidoria, de 26 de novembro de 2018. A justificativa apresentada para o baixo resultado do indicador 21 foram as mudanças na metodologia de acompanhamento da Agenda Regulatória, de modo a não se realizar constantes atualizações do cronograma, mediante o Documento de Solicitação de Mudança.

Quanto ao indicador 30, a área relatou problemas de sistema para geração de notificações e o fato de o indicador abarcar processos que deveriam ser tratados como exceção. Para esses dois últimos indicadores, foi solicitada às áreas manifestação quanto às mudanças que julgarem necessárias.

Para aquelas iniciativas e indicadores para os quais não houve informação ou que não alcançaram as metas, foi realizada, pela Diretoria Colegiada, Reunião de Avaliação Estratégico (RAE), em 27 de setembro de 2018, quando foi possível verificar a necessidade de medidas corretivas e preventivas junto às áreas responsáveis. O ciclo do primeiro Planejamento Estratégico – PE encerra-se no ano de 2019 e a revisão para seu realinhamento irá até o final do mesmo ano. O aprendizado do acompanhamento dos resultados de 2014 a 2019 será utilizado para o aperfeiçoamento do processo de Planejamento Estratégico da Agência.

As informações sobre o Planejamento Estratégico da ANTT podem ser obtidas no link: www.antt.gov.br/institucional/index.html

Objetivos e Metas no PPA 2016-2019

Saliente-se a estrita consonância entre o Plano Estratégico da Agência e o planejado no PPA 2016/2019. A previsão de término do ciclo atual do Planejamento Estratégico da ANTT foi prorrogada até 2019, mediante Deliberação nº 498, de 21 de dezembro de 2017, de modo a aproximar os ciclos estratégicos da Agência aos ciclos do PPA.

Com a elaboração do PPA 2016-2019, foi criado um novo programa intitulado Transporte Terrestre (2087), incorporando os antigos programas Transporte Rodoviário (2075) e Transporte Ferroviário (2072), constantes do PPA 2012-2015.

O programa contempla ações que visam à concessão da exploração da infraestrutura rodoviária e ferroviária e a fiscalização. É composto por Objetivos, Metas e Iniciativas que são monitorados por meio do Sistema Integrado de Planejamento e Orçamento (SIOP), cujo objetivo é refletir a condução das políticas públicas.

Como órgão responsável pela execução das políticas voltadas à ampliação da infraestrutura de transportes, a Agência responde, diretamente, pelos seguintes Objetivos:

- **Objetivo 0130** – Promover a fluidez, a qualidade e a segurança do transporte de pessoas e cargas, por meio da concessão de rodovias federais e da fiscalização eficiente dos serviços de transporte rodoviário regulados, tendo como responsável a Superintendência de Exploração da Infraestrutura Rodoviária (SUINF) e a Superintendência de Fiscalização (SUFIS);
- **Objetivo 0141** – Promover a expansão da malha ferroviária federal por meio da construção de novas ferrovias, conexões ferroviárias e acessos, tendo como responsável a Superintendência de Infraestrutura e Serviços de Transporte Ferroviário (SUFER); e
- **Objetivo 1002** – Ampliar a oferta de serviços aos usuários e melhorar a infraestrutura ferroviária por meio da manutenção e da concessão de ferrovias federais existentes, tendo como responsável também a Superintendência de Infraestrutura e Serviços de Transporte Ferroviário (SUFER).

O quadro, a seguir, demonstra os resultados obtidos até 2018, acompanhado da análise situacional do exercício:

Objetivo	Cód. meta	Descrição	Qtde Alcançada até dez/18	Análise Situacional
0130	006x	Conceder 6.944,9 km de rodovias.	473,4Km	Foi lançado em julho de 2018 o edital para concessão do trecho rodoviário das BR-101/290/386/448/RS, projeto denominado Rodovia de Integração do Sul - RIS. O leilão deste trecho foi realizado em 1º de novembro de 2018 e a assinatura do Contrato foi realizada em 11 de janeiro de 2019.
	049C	Duplicar 2.772,5 km de rodovias federais concedidas.	254,97 Km	A meta estabelecida no PPA 2016-2019 é composta apenas das concessões da 3ª etapa de rodovias. Os quilômetros duplicados, em 2018, nas seguintes regiões do país, foram: <ul style="list-style-type: none"> • Centro-Oeste: Via 040 entregou no ano de 2018 o total de 9,5 km; Já a MGO, entregou 53,53 km. • Sudeste: ECO101 entregou no ano de 2018 o total de 7,58 km.
0130	03ZZ	Implantar e operar de forma integrada 55 pontos de fiscalização eletrônica do transporte rodoviário de cargas e passageiros.	55 pontos	O projeto de Fiscalização Eletrônica foi implementado a partir do final de 2014 e conta, atualmente, com 55 pontos de fiscalização instalados e em operação, conforme tabela a seguir: <ul style="list-style-type: none"> • Centro-Oeste: 15 • Nordeste: 4 • Norte: 0 • Sudeste: 25 • Sul: 11w

Objetivo	Cód. meta	Descrição	Qtde Alcançada até dez/18	Análise Situacional
0141	040H	Conceder para expandir em 2.510 km a malha ferroviária federal, com recursos da iniciativa privada.	0 Km	<p>Em 2018, foi concluído o processo de estudos da Ferrovia Norte Sul – FNS e, em dezembro, aprovado o edital para sua subconcessão. O leilão está previsto para final de março de 2019.</p> <p>Em dezembro, foi realizada a Audiência Pública para tornar público os estudos da Ferrovia Integração Oeste-Leste – FIOLE, bem como receber contribuições de aprimoramento, cujo relatório deverá ser publicado em março de 2019.</p> <p>Quanto ao projeto intitulado Ferrogrão, foi concluído o relatório final da Audiência Pública, ocorrida em 2017, o qual encontra-se no TCU para análise.</p>
1002	040D	Conceder 1.537,0 km de ferrovias existentes	0 Km	<p>Em 2018, foi concluído o processo de estudos da Ferrovia Norte Sul, bem como o lançamento do Edital de Leilão, em 29/11, que visa subconceder os 1.537 km de ferrovia. O leilão está previsto para março de 2019.</p>

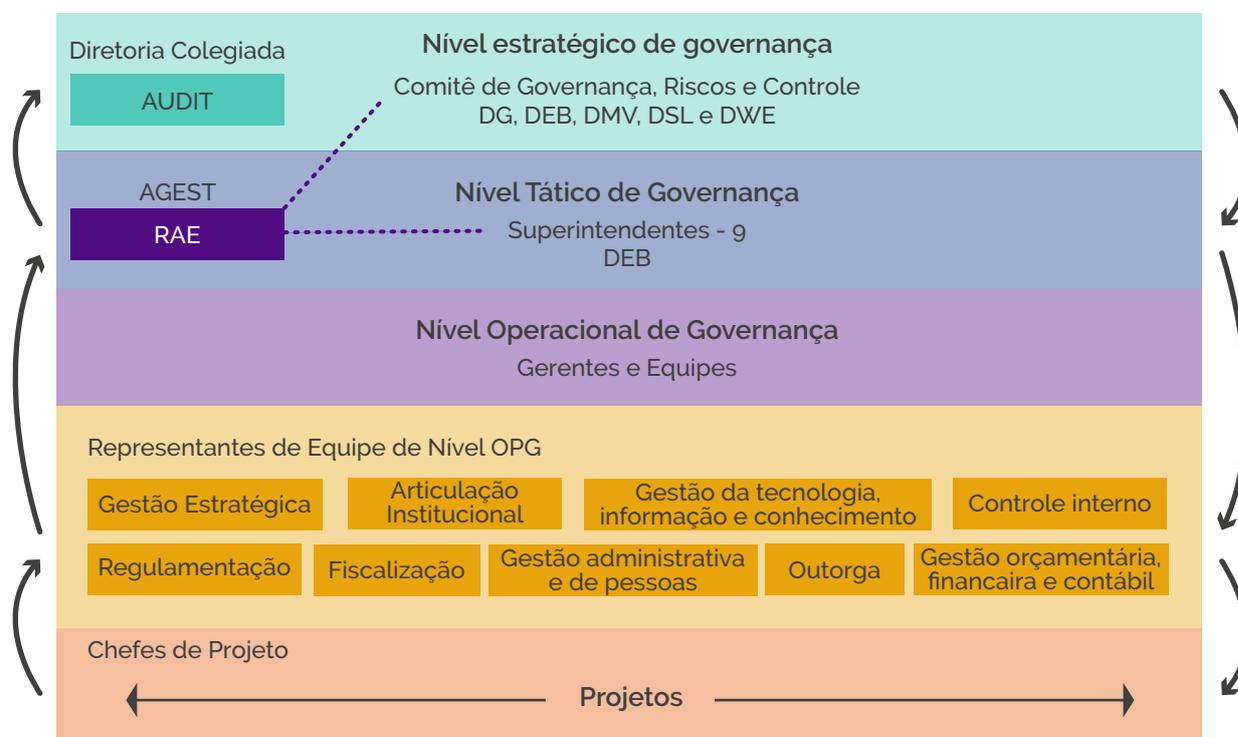
Estrutura de Governança

A estrutura de Governança da Agência abrange a Liderança, a Estratégia e o Controle necessários à atuação da Agência, no sentido do cumprimento de sua missão e do aprimoramento da relação com as partes interessadas e a sociedade em geral. Sua implementação foi consolidada com a publicação da Deliberação ANTT nº 857/2018, que aprovou a Política de Governança da Agência Nacional de Transportes Terrestres.



A Governança da Agência está pautada, em especial, pelas práticas de gerenciamento de processos e projetos, integrada com a gestão de riscos e compliance, em processo de implantação pela ANTT, que darão suporte à sua Gestão Estratégica e Inovação. Além disso, o Comitê de Governança, Riscos e Controle possui a responsabilidade de implementar, monitorar e avaliar as ações de governança, sendo operacionalizado em três níveis, conforme figura abaixo.

Estrutura de Governança Agência Nacional de Transportes Terrestres



Gestão de Riscos

A Gestão de Riscos e Controles na ANTT encontra-se em fase de estruturação, com a finalidade de amparar a tomada de decisão da alta administração, por intermédio de mecanismos de

prevenção que permitam a adoção das melhores práticas de governança e contribuam para o atingimento dos objetivos institucionais.

A Deliberação ANTT nº 087/2017, aprovou a Política de Gestão de Riscos da Agência Nacional de Transportes Terrestres que, integrada à Política de Governança, possibilita o fortalecimento dos controles internos e a consequente efetividade das ações.



A ANTT desenvolveu experimento piloto em 12 (doze) Unidades Organizacionais para o estabelecimento da Metodologia e elaboração do Plano de Gestão de Riscos. A metodologia foi apreciada pelo Núcleo Tático do Comitê de Governança, Riscos e Controle e sua aprovação encontra-se para deliberação do Núcleo Estratégico. Após essa fase, a minuta do Plano Anual de Gestão de Riscos, que contempla a avaliação dos riscos operacionais e de integridade de 20 processos prioritários, será encaminhada para deliberação.

Considerando que o Planejamento Estratégico da Agência será realinhado em 2019, a avaliação dos riscos estratégicos será incorporada ao novo ciclo 2020-2030.

Principais Riscos Identificados pela ANTT

Atualmente, o foco da Gestão de Riscos se dá nos processos prioritários relacionados aos aspectos de Integridade, mais precisamente na avaliação dos processos de Contratação Direta e de Investidura em Cargos, que obteve o resultado de 9 (nove) potenciais eventos de risco, cujas medidas de tratamento encontram-se no Plano de Integridade, aprovado pela Deliberação ANTT nº 976/2018, conforme quadro a seguir:

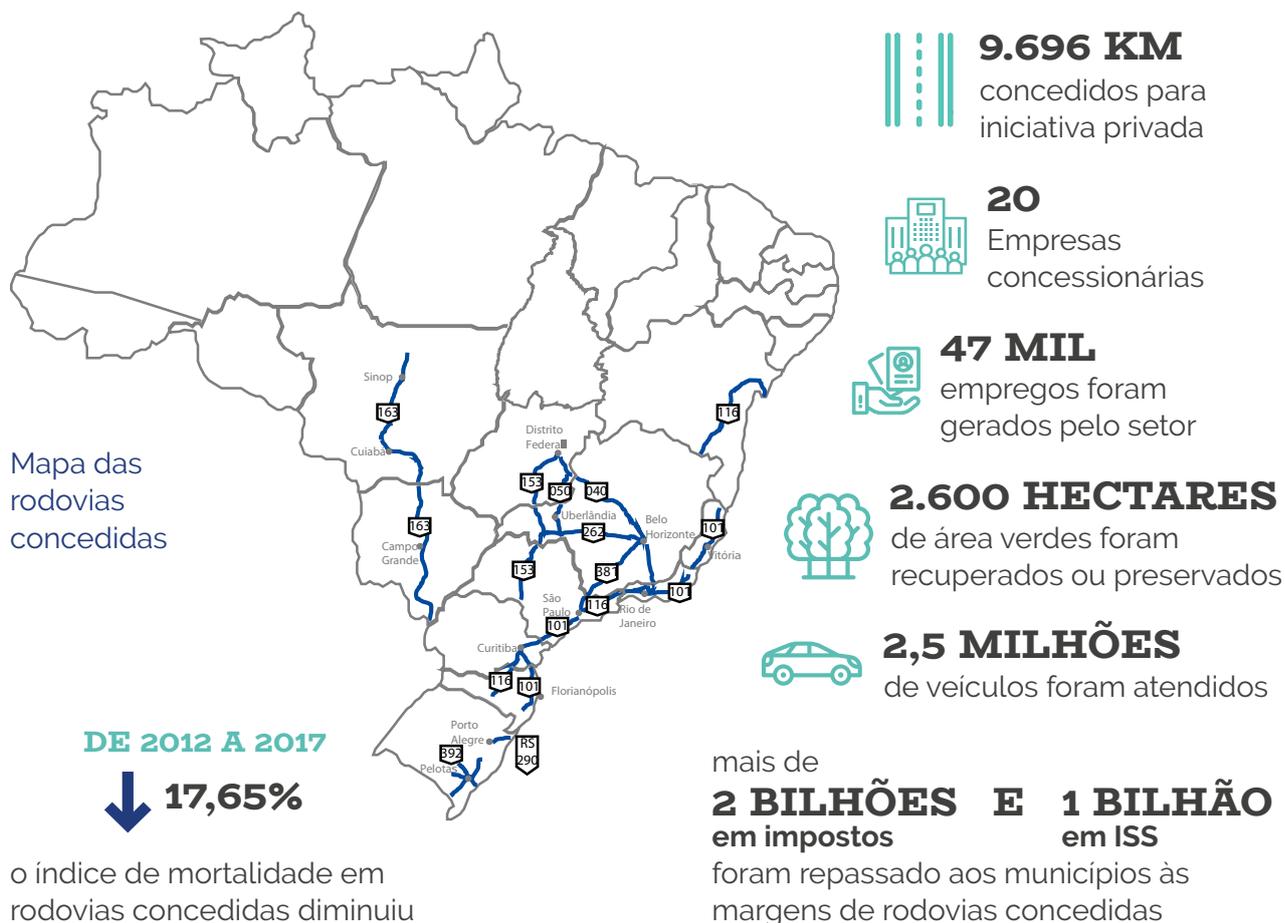
Potenciais Eventos de Risco	Ação	Responsabilidade	Prazo
Formalização de demanda desnecessária (conduta profissional inadequada)	Implementação do planejamento anual de contratações, conforme Deliberação ANTT nº 732/2018	SUDEG	abr/19
Indicação de contratação direcionada/proposta com sobrepreços (conflito de interesses)	Divulgação da Norma de Contratações	SUDEG/GELIC	dez/18
	Disponibilização de modelos de documentos da IN nº 05/2017		
Apresentação de documentação falsa	Capacitação dos servidores que atuam no processo de contratação	SUDEG/GELIC	anual
Prática de Nepotismo	Estudar mecanismos de análise prévia de identificação do nepotismo antes da nomeação de servidor para cargo comissionado e estabelecer regramento interno instituindo consulta sobre nepotismos antes da nomeação	SUDEG/GEPES - DG	out/19

Potenciais Eventos de Risco	Ação	Responsabilidade	Prazo
Conflito de interesses por exercício de atividade incompatível	Estudar mecanismos de análise prévia de identificação de exercício de atividade incompatível, por impossibilidade de exercício da função ou por acumulação indevida, para nomeação de servidor e estabelecer regramento interno instituindo consulta sobre exercício de atividade incompatível	SUDEG/GEPES - DG	out/19
Conflito de interesses por inobservância de quarentena	Estudar mecanismos de análise prévia quanto a existência de quarentena para nomeação de servidor e estabelecer regramento interno instituindo consulta sobre existência de quarentena	SUDEG/GEPES - DG	out/19
Divulgação de informações pessoais no ato de nomeação	Omitir parte da numeração do CPF, quando da nomeação do servidor	SUDEG/GEPES - SEGER	nov/19
Cadastro indevido de dados/informações (documento) no registro funcional	Estabelecer orientação interna para providências no caso de identificação de inconsistência pelo SIAPE	SUDEG/GEPES	jan/19
Uso indevido de autoridade para realizar procedimentos de nomeação e registro funcional	Campanha de orientação para o corpo funcional sobre uso indevido de autoridade e, na ocorrência, encaminhar situação para a comissão de ética e/ou corregedoria	SUDEG/GEPES - COREG - CEANTT	mar/19

CONCESSÕES RODOVIÁRIAS

Os trechos concedidos concentram o fluxo de veículos das grandes regiões produtoras, com elevada movimentação de veículos leves e pesados. As concessionárias de rodovias têm papel relevante para a promoção do desenvolvimento sustentável do país e tem direcionado esforços para melhorar a qualidade das rodovias que administram.

Desde 1995, data de início do programa de concessão de rodovias, as concessionárias investiram mais de R\$ 97 bilhões em obras, serviços e melhorias na malha rodoviária nacional. A previsão de investimento até 2021 é de mais R\$ 20 bilhões, gerando mais empregos e aumentando a segurança viária e a trafegabilidade em todo o Brasil.



A ANTT administra atualmente 20 concessões de rodovias, totalizando aproximadamente 9.697 km, considerando a assinatura do contrato da Rodovia de Integração do Sul (trechos das rodovias BR-101/290/448/386/RS), em 11 de janeiro de 2019, em função do advento do termo contratual junto à CONCEPA, antiga responsável pela Free Way, BR-290/RS, dando início à quarta etapa de concessões.

O leilão da nova concessão incluiu importantes avanços no modelo regulatório, oferecendo

novos instrumentos para que os contratos sejam mais rigorosos, mas, ao mesmo tempo, suficientemente dinâmicos para atender às mudanças que ocorreram ao longo dos 30 anos de concessão.

O quadro, abaixo, apresenta o resumo das concessões vigentes:

Rodovias	Trechos	Extensão
Autopista Fernão Dias	BR-381/MG/SP	562,1
Autopista Fluminense	BR-101/RJ	320,1
Autopista Litoral Sul	BR-376/PR - BR-101/SC	405,94
Autopista Régis Bittencourt	BR-116/SP/PR	401,6
CONCEBRA	BR-060/153/262/DF/GO/MG	1.176,5
CONCER	BR-040/MG/RJ	179,9
CRT	BR-116/RJ	142,5
ECO101	BR-101/ES/BA	475,9
Ecoponte	BR-101/RJ	13,2
ECOSUL	BR-116/293/RS	457,3
MGO Rodovias	BR-050/GO/MG	436,6
MS VIA	BR-163/MS	847,2
Nova Dutra	BR-116/RJ/SP	402,0
Rodovia do Aço	BR-393/RJ	200,4

Rodovias	Trechos	Extensão
Rota do Oeste	BR-163/MT	850,9
Transbrasiliana	BR-153/SP	321,6
Via 040	BR-040/DF/GO/MG	936,8
Via Bahia	BR-116/324/BA	680,6
ViaSul	BR-101/290/386/448/RS	473,4
TOTAL		9.697,24

Novas Concessões

Durante o ano de 2018, a ANTT acompanhou a elaboração dos estudos de 9 projetos de concessão de trechos rodoviários qualificados no âmbito do Programa de Parcerias e Investimentos- PPI da Presidência da República e de mais 2 projetos ainda pendentes de qualificação, perfazendo uma extensão total de 5.478,82 km, relativos às seguintes rodovias:

- BR-101/290/448/386/RS
- BR-364/365/GO/MG
- BR-101/SC
- BR-153/080/414/GO/TO
- BR-470/282/153/SC
- BR-040/MG/RJ
- BR-116/SP/RJ
- BR-116/RJ
- BR-364/MT/RO
- BR-381/262/MG/ES
- BR-163/MT/PA

A Rodovia BR-101/290/448/386/RS, conhecida como Rodovia de Integração do Sul (RIS), com extensão de 473,4 km e 7,8 bilhões em investimentos, teve o leilão realizado com sucesso em novembro de 2018. O contrato de Concessão foi assinado em janeiro de 2019 e no mês seguinte o trecho já se encontrava em operação.

Foi realizada a Audiência Pública referente ao projeto da Concessão do trecho sul da Rodovia BR-101, no Estado de Santa Catarina. O trecho a ser concedido tem 220,42 km de extensão e passa pelos municípios catarinenses de Paulo Lopes, Garopaba, Imbituba, Laguna, Pescaria

Brava, Capivari de Baixo, Tubarão, Treze de Maio, Sangão, Içara, Jaguaruna, Criciúma, Maracajá, Araranguá, Sombrio, Santa Rosa do Sul e São João do Sul. O empreendimento prevê investimentos de R\$ 6,5 bilhões, sendo R\$ 2,9 bilhões em Investimentos e R\$ 3,6 bilhões em custos operacionais (data base nov/2016), nos 30 anos de duração da concessão. A previsão é de que o leilão do trecho ocorra no 3º trimestre de 2019.

Também em 2018, o projeto de concessão da Rodovia BR-364/365/GO/MG, com extensão de 437 km e R\$ 2,4 bilhões em investimentos, foi encaminhado para análise e aprovação do 1º estágio de fiscalização pelo Tribunal de Contas da União (TCU), e seu Edital tem previsão para ser publicado no primeiro semestre de 2019.

Gestão dos Contratos de Exploração das Rodovias Concedidas

Acompanhamento dos Convênios com a Polícia Rodoviária Federal (PRF)

Este convênio visa, por meio de recursos fornecidos pelas Concessionárias, o aparelhamento da PRF, necessário à execução dos serviços de policiamento e apoio à fiscalização nas rodovias que compõem a 1ª Etapa, 2ª Etapa e 3ª Etapa de Programa de Concessões de Rodovias Federais (PROCROFE).

Os recursos são utilizados para aquisição de materiais, equipamentos e serviços de manutenção e recuperação de veículos, equipamentos de informática, aparelhos e instrumentos de fiscalização, equipamentos de telefonia e comunicação, dispositivo de sinalização viária, algemas, lanternas, trenas, coletes de proteção balística, cassetetes, bastões retráteis, botas, capacetes, luvas, serviços de manutenção de bens, serviço de limpeza e conservação predial, locação de bens e seguro de veículos.

Anualmente, é realizada a análise da Prestação de Contas da utilização das verbas dos Convênios firmados com o DPRF.

Revisão dos Programas de Exploração das Rodovias (PERs)

Foram concluídas no ano de 2018 as análises das Propostas de Revisão dos PERs, apresentadas pelas Concessionárias de Rodovias Federais, com a elaboração e emissão de 38 Notas Técnicas, que foram submetidas à apreciação da Diretoria da ANTT.

Nas Notas Técnicas, foram propostas as alterações nos cronogramas físico-financeiro das obras e serviços previstos, as alterações dos textos dos PERs, além de apresentar todas as justificativas técnicas para essas alterações.

Com o objetivo de ampliar a transparência das informações aos usuários das rodovias concedidas, são disponibilizados para consulta no sítio eletrônico da ANTT as Notas Técnicas de revisão tarifária e a atualização dos textos dos PERs, considerando-se as últimas revisões aprovadas pela Diretoria da ANTT.

Análise das inexecuções referentes ao Ano Concessão Anterior

São realizadas, anualmente, as análises das inexecuções das concessionárias de rodovias federais em relação às obrigações estabelecidas nos PERs, as quais resultam na postergação dos cronogramas de obras e serviços obrigatórios dos contratos de concessão.

Destacamos que as análises das inexecuções são realizadas utilizando as informações dispostas nos relatórios das obras executadas no Ano Concessão Anterior, apresentados pelas Concessionárias e pelas COINF - Coordenações de Exploração Infraestrutura Rodoviária das Unidades Regionais (URMG, URSP, URBA, URRJ, URSC e URRS).

Foram concluídas no ano de 2018 as análises das Propostas de Inexecução das Concessionárias de Rodovias Federais, com a elaboração de 16 Pareces Técnicos, submetidas à apreciação da SUINF.

Análise e Aprovação dos Planejamentos Anuais

O Planejamento Anual tem por objetivo a definição de um programa de obras e serviços a serem executados e acompanhados pelas equipes de fiscalização e de gestão dos Contratos de Concessão.

Cabe esclarecer que é por meio do Planejamento Anual que a Concessionária apresenta sua programação, distribuída mensalmente, para execução das obras previstas no PER em determinado ano da Concessão.

Foram analisadas as propostas de Planejamento Anual apresentadas pelas 20 Concessionárias para o ano de 2018. Posteriormente aos esclarecimentos fornecidos pelas concessionárias, e após as correções realizadas, as referidas propostas foram aceitas pela ANTT.

Os Acompanhamentos dos Planejamentos Anuais são publicados e atualizados no sítio eletrônico da ANTT.

Revisão e Reajuste das Tarifas Básicas de Pedágio

As revisões tarifárias visam recompor o equilíbrio econômico-financeiro, conforme matriz de risco de cada contrato de concessão, e são classificadas em Ordinárias, Extraordinárias e Quinquenais, conforme Resolução ANTT nº 675/2004, alterada pela Resolução ANTT nº 5.172/2016.

O reajuste tem por intuito a correção monetária dos valores das tarifas, e está detalhado em cada contrato de concessão.

Em 2018 foram realizadas 36 (trinta e seis) revisões tarifárias e 18 (dezoito) reajustes. A tabela a seguir mostra o impacto tarifário das revisões e reajustes realizados.

Etapa	Concessionária	Data base do Reajuste	Reajuste (%)	Revisões (%)
1ª	ECOSUL	01/01/2018	+ 2,80	+ 7,95
2ª	Autopista Fluminense	02/02/2018	+ 3,07	+ 4,31
2ª	Autopista Litoral Sul	22/02/2018	+ 3,00	+ 2,26
2ª	Rodovia do Aço	05/03/2018	+ 2,88	- 0,77
3ª	MGO	12/04/2018	+ 2,89	- 4,76
3ª	ECO101	18/05/2018	+ 2,68	- 6,69
3ª	ECOPONTE	01/06/2018	+ 2,61	0
3ª	CONCEBRA	27/06/2018	+ 2,76	- 8,57
3ª	VIA040	30/07/2018	+ 2,86	- 6,20
1ª	NOVADUTRA	01/08/2018	+ 4,39	+ 0,77
1ª	CONCER*	20/08/2018	+ 7,52	- 12,82
1ª	CRT	02/09/2018	+ 5,01	+ 1,66
3ª	CRO	06/09/2018	+ 4,48	0
3ª	MSVIA	14/09/2018	+ 5,01	- 4,26
2ª	VIABAHIA	07/12/2017*	+ 2,70	+ 9,160
2ª	VIABAHIA	07/12/2018	0	0

Etapa	Concessionária	Data base do Reajuste	Reajuste (%)	Revisões (%)
2ª	Transbrasiliana	18/12/2018	0	0
2ª	Autopista Planalto Sul	19/12/2018	+ 4,74	+ 4,00
2ª	Autopista Fernão Dias	19/12/2018	+ 4,74	- 0,21
2ª	Autopista Régis Bittencourt	29/12/2018	+ 4,04	- 0,61

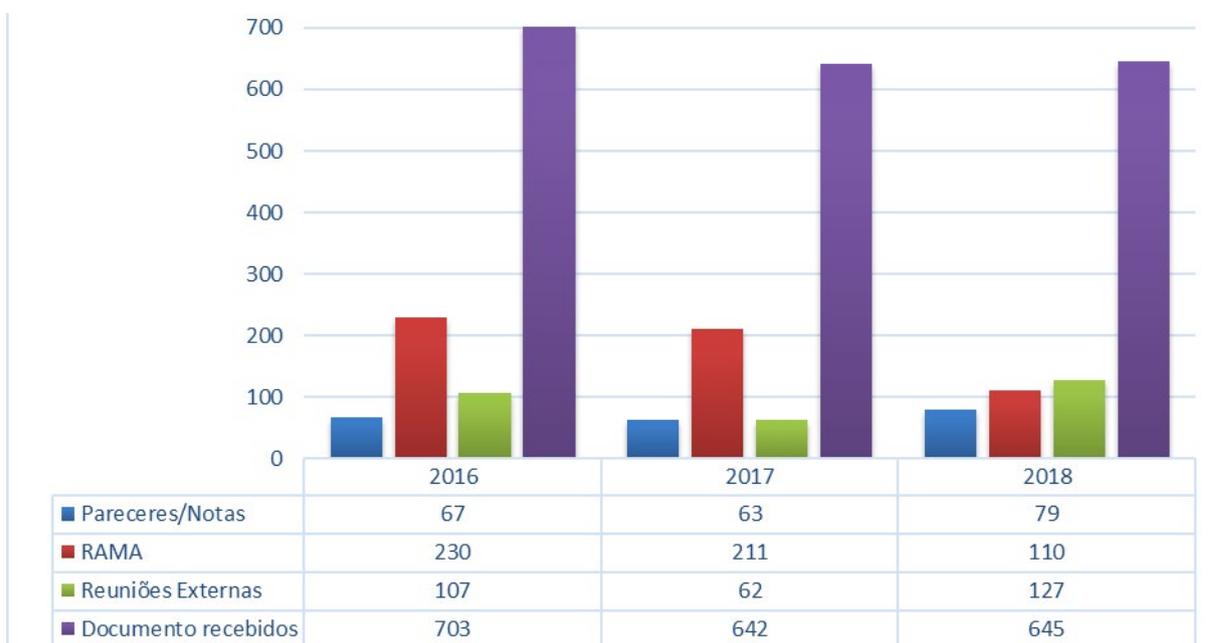
* Reajuste e Revisões para o período de 2 anos (2017 e 2018), tendo em vista que não foram aprovados reajuste e revisão em 2017.

** Revisão/Reajuste de 2017 aprovada com atraso, em 25/01/2018.

Com o objetivo de ampliar a transparência das informações aos usuários das rodovias concedidas, são disponibilizados para consulta no site eletrônico da ANTT as Notas Técnicas de revisão tarifária, os votos da Diretoria da ANTT e as respectivas Resoluções que aprovaram as Revisões/Reajustes.

Análise de Projetos e Assuntos Ambientais dos Trechos Rodoviários Federais

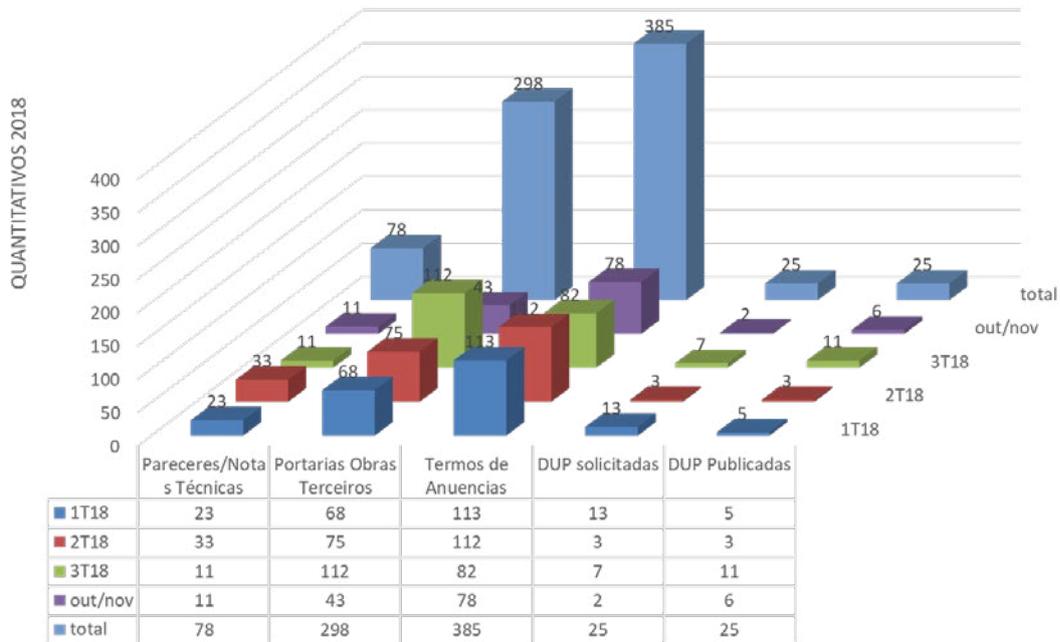
A seguir, serão apresentados os indicadores de Assuntos Ambientais de Rodovias:



*RAMA: Relatório de apoio ao monitoramento ambiental

Por envolver órgãos distintos, tais como: Casa Civil, Ministério dos Transportes, Portos e Aviação Civil, Empresa de Planejamento e Logística – EPL, IBAMA, ICMBio, FUNAI, Fundação Cultural Palmares, são realizadas diversas reuniões externas para tratar dos assuntos ambientais.

A seguir, serão apresentados os indicadores de Faixa de Domínio de Rodovias:



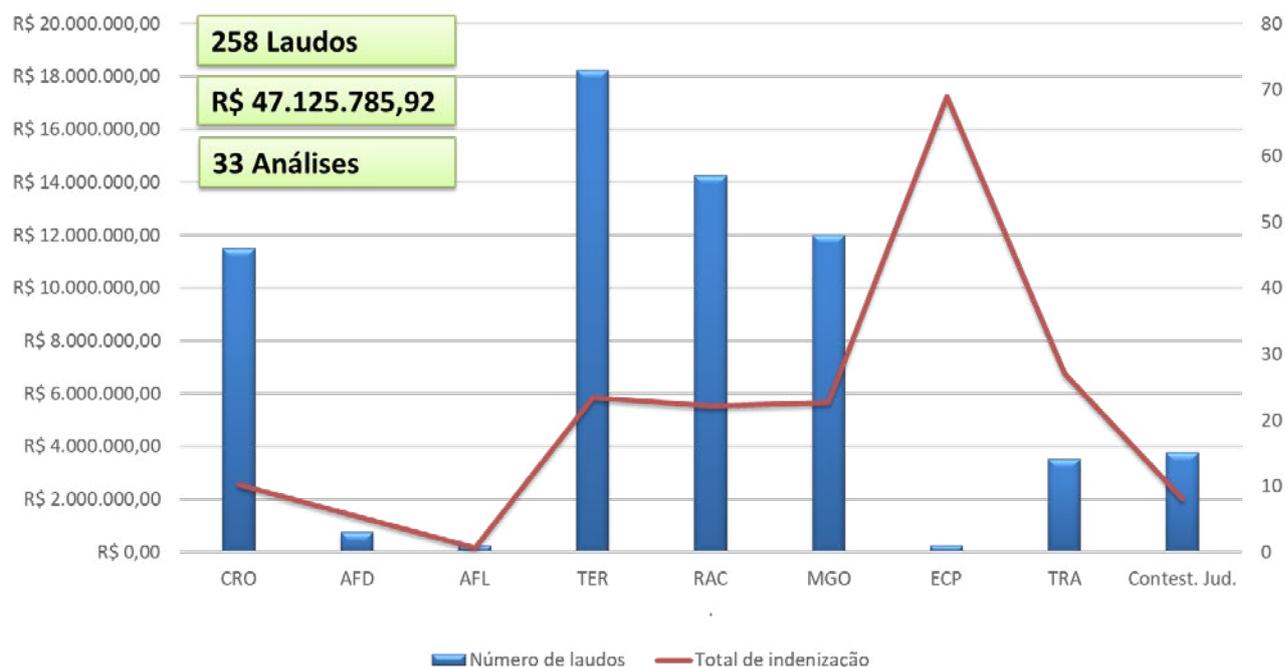
No que se refere às DUP's, destacam-se:

- Publicação da Resolução 5.819/2018 resultando na redução dos prazos de publicação de 220 para 70 dias com a consequente redução de riscos à ANTT em relação às obrigações contratuais;
- Simplificação do processo de publicação no D.O.U e no sítio eletrônico da ANTT, resultando na redução de prazos de publicação e de custos aproximados de R\$ 100.000,00 em publicações junto à Imprensa Nacional, em 2018;
- Requisição de programações semestrais pelas concessionárias resultando melhoria da gestão;
- Implementação do parecer referencial da Procuradoria da AGU junto à ANTT resultando em maior celeridade processual e simplificação do processo.

No que se refere aos Projetos de Interesse de Terceiros – PIT, houve um ajuste no fluxo de documentos que gerou simplificação no trâmite do processo administrativo, proporcionando eficiência na utilização de mão de obra, material de expediente, e ainda auferiu maior celeridade processual.

Da mesma forma, ocorreu ajuste no fluxo dos processos relacionados aos Termos de Anuência.

Análises de laudos de desapropriação



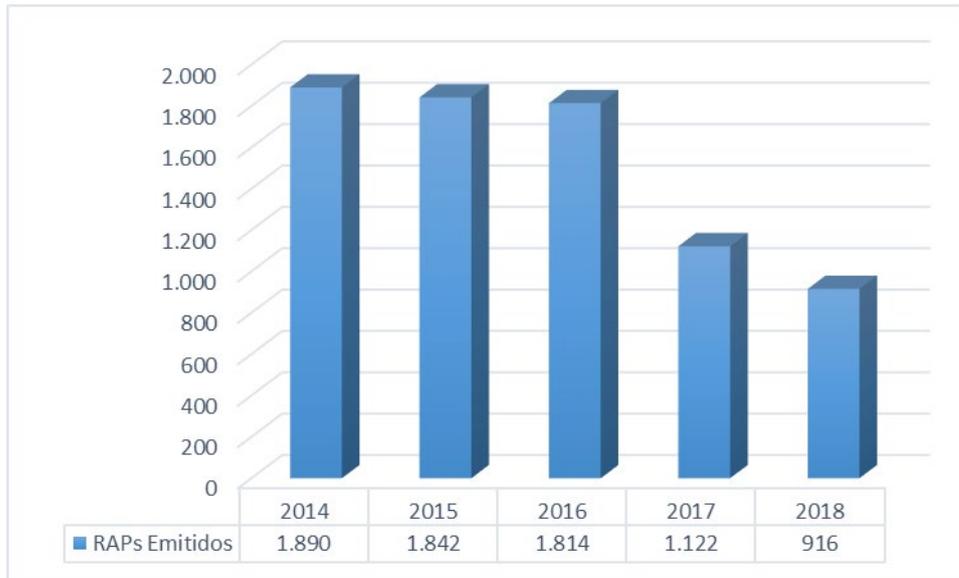
Os números acima demonstram um expressivo crescimento dos serviços prestados, incluindo a recente atribuição de análise das avaliações das prestações de contas das desapropriações executadas pelas Concessionárias.

Em 2018, foram gerados 916 Relatórios de Análise de Projetos – RAP.

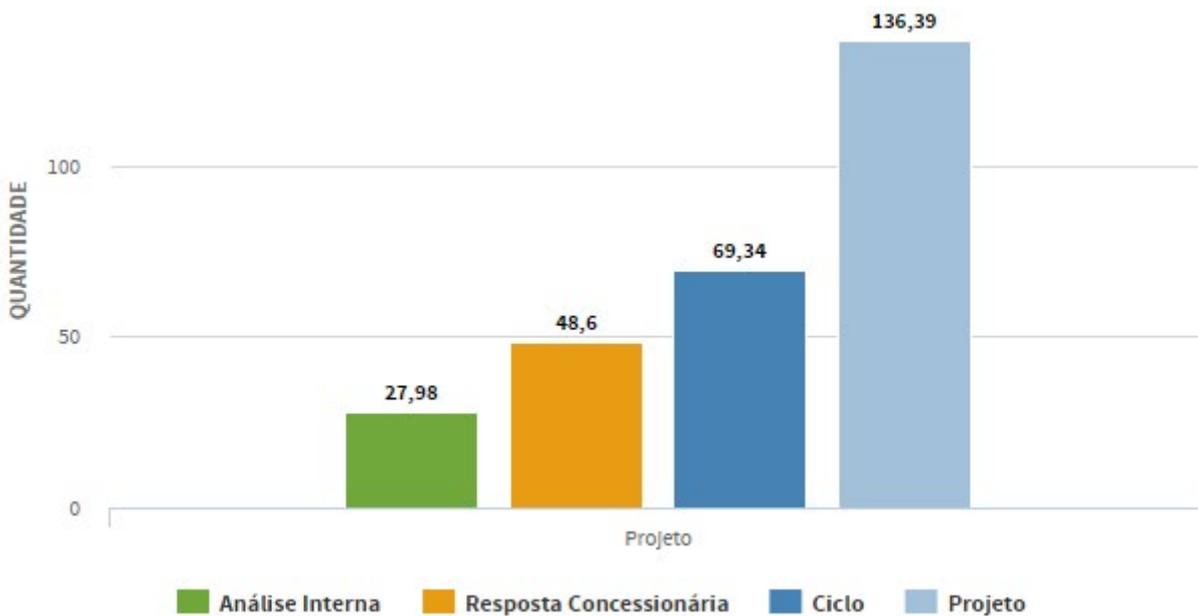
Os valores das obras dos projetos com orçamento que obtiveram não objeção à Via Verde em 2018, trazidos ao valor presente pela aplicação do IRT, totalizam mais de R\$ 900 milhões, o que representa uma redução de 50% do valor originalmente protocolado. O valor total de obras em projetos discutidos, em valores iniciais de protocolo, trazidos para a data atual pelo IRT, totaliza aproximadamente R\$ 10 bilhões em investimentos.

De abril a dezembro, o Tempo Médio de Análise – TMA, foi de 27,98 dias, o que quer dizer que cada análise demorou, em média, 25,44 dias para ser concluída. Nesse mesmo período, o Índice de Projetos Analisados – IPA mensal médio, foi de 35%. O IPA é obtido pela média dos quocientes entre o número de análises inseridas e finalizadas no mês e o número de análises inseridas no mesmo período, ou seja, 35% dos projetos protocolados no mês são analisados no mesmo mês.

Relatórios de análise de projetos emitidos nos últimos 5 anos



Em abril de 2018, iniciou-se, de forma oficial, a utilização do SIGEPRO - Sistema de Gestão de Projetos de Rodovias, cujo banco de dados permite extrair uma série de indicadores sobre os projetos e suas análises. Os indicadores apresentados a seguir referem-se aos números extraídos até 31 de dezembro de 2018:



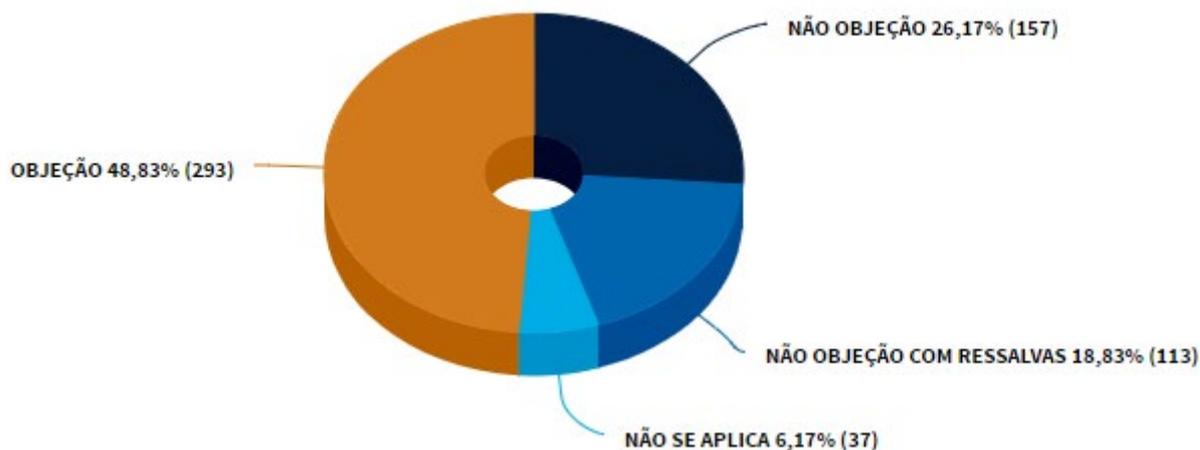
* Análise Interna: tempo médio demandado pela GEENG na análise

Resposta Concessionária: tempo médio demandado pelas concessionárias para responder às análises

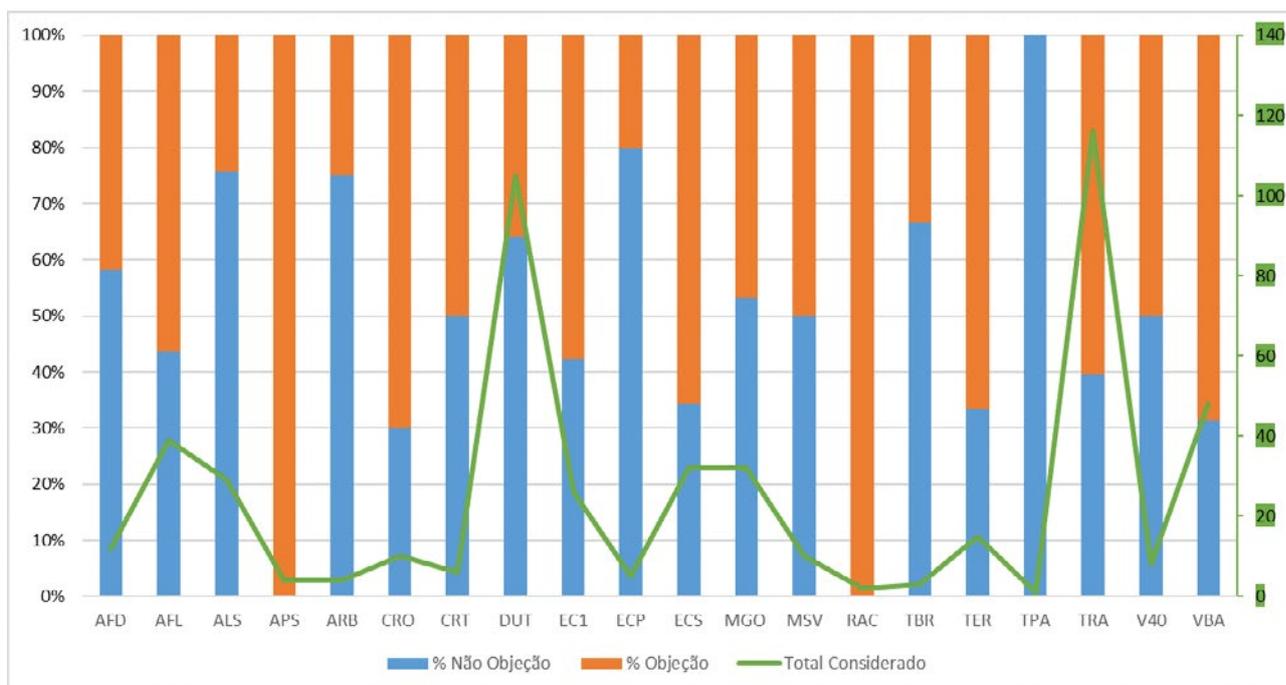
Ciclo: tempo médio entre dois protocolos do projeto

Projeto: tempo médio de aceitação do projeto, desde a entrada na GEENG.

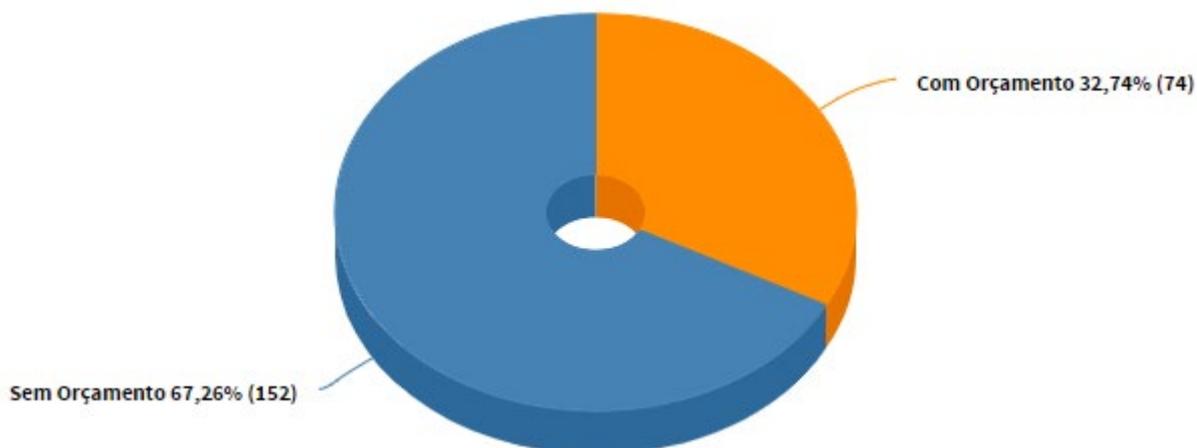
Resultados das análises



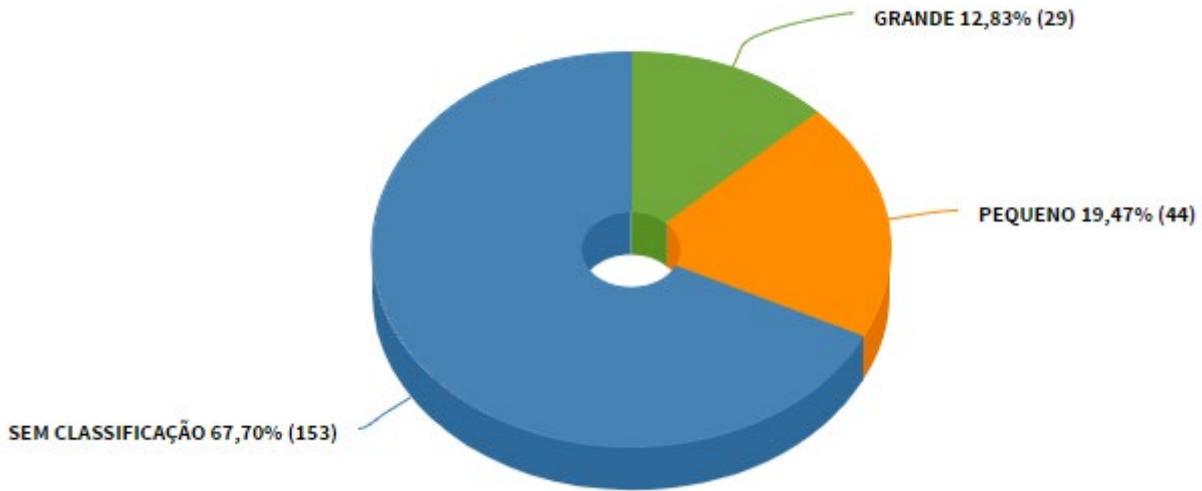
Resultados das análises por concessionária



Projetos com e sem orçamento



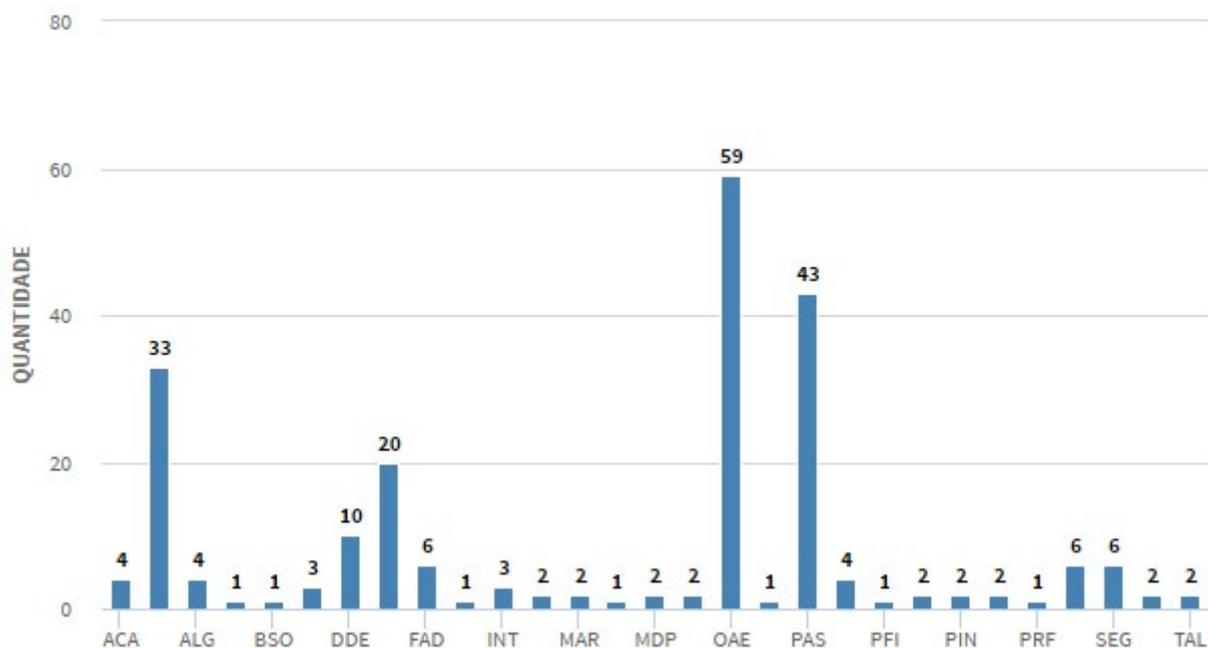
Vulto* dos projetos



* Grande Vultos são projetos de obras com valor acima R\$ 100 milhões;
 Médio Vulto com valores entre R\$ 10 milhões e R\$ 100 milhões;
 Pequeno Vulto obra com valores inferiores a R\$ 10 milhões; e
 Não se aplica: são projetos cujos valores de obras não são informados.

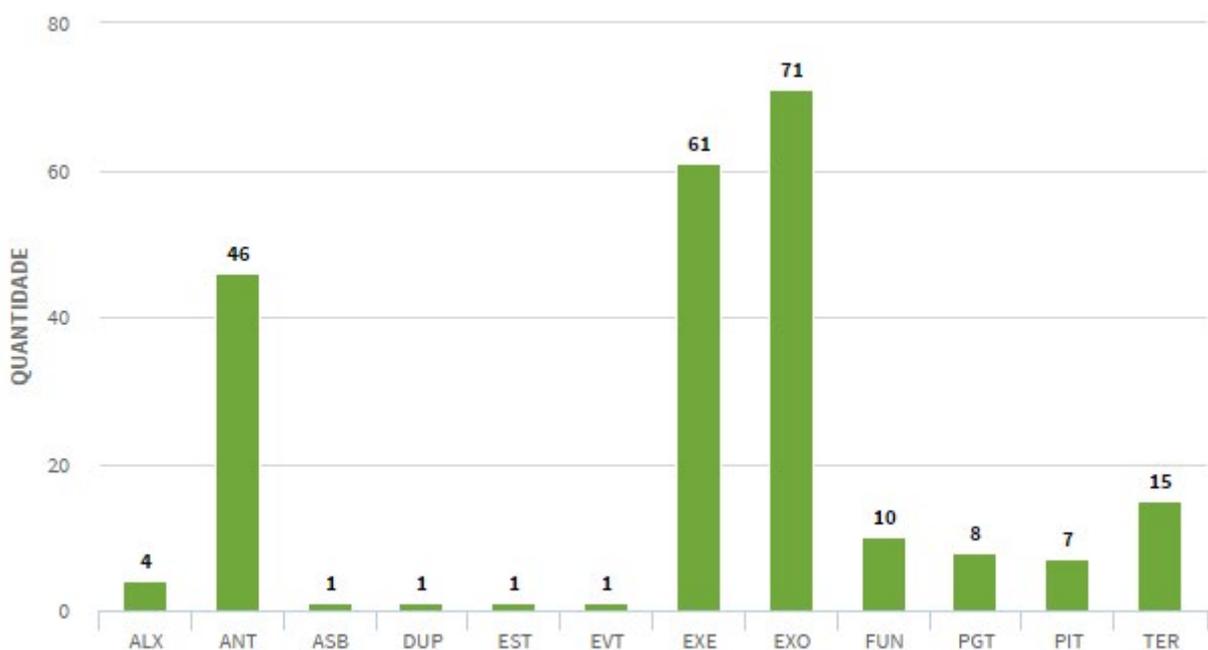


Tipos* de obras dos projetos



* Classificação conforme Portaria nº 198/2018/SUINF

Tipos* de projetos



* Classificação conforme Portaria nº 198/2018/SUINF

Acompanhamento da aplicação dos Recursos de Desenvolvimento Tecnológico – RDT

Trata-se de verba prevista nos contratos de concessão para ser aplicada em projetos e pesquisas que visem:

- Promover a modernização da infraestrutura, visando à melhoria da eficiência, produtividade, qualidade e segurança dos serviços de exploração das rodovias;
- O desenvolvimento e a modernização das concessões de rodovias federais; e
- Difundir o conhecimento científico e tecnológico.

Os projetos e as pesquisas objetivarão a inovação e o desenvolvimento de:

- Métodos e técnicas construtivas;
- Tecnologia básica e aplicada;
- Soluções técnicas para problemas específicos;
- Soluções de integração com o meio ambiente; e
- Capacitação técnica.

Durante o ano de 2018, foram realizadas 5 (cinco reuniões) do Grupo de Trabalho constituído pela Portaria SUINF Nº 061, de 18 de abril de 2016, com o objetivo de selecionar os projetos a serem desenvolvidos no âmbito da aplicação RDT. Foram desenvolvidos 43 (quarenta e três) projetos.

Foram realizadas análises técnicas dos Planos de Trabalho deliberados pelo referido Grupo de Trabalho, do andamento de cada projeto (relatórios parciais e fiscalização in loco), da prestação de contas anual, e do produto final.

Com o objetivo de ampliar a transparência das informações aos usuários das rodovias concedidas, são disponibilizados para consulta, no sítio eletrônico da ANTT, todos os relatórios finais dos projetos de RDT finalizados, uma listagem dos projetos em andamento, bem como as apresentações feitas no Workshop anual.

Investimentos

Por força contratual, as concessionárias comprometem-se a investir, anualmente, montantes de recursos nas rodovias federais outorgadas.

Para fins de inteligibilidade e atendimento de normas contábeis, separam-se os investimentos em dois grandes grupos: imobilizado e intangível. O primeiro diz respeito a bens imóveis e também móveis, tais quais equipamentos, máquinas, instalações, mobiliário, veículos e outros que formam e alteram o patrimônio das Concessionárias. O segundo agrega as intervenções na infraestrutura física das rodovias concedidas, visando sua recuperação, melhoramento e ampliação.

Os serviços de manutenção e operação, recorrentes e necessários para a manutenção do nível

esperado de parâmetros de qualidade, são considerados custos operacionais, sendo contabilizados em contas específicas.

Dentro do alcance da Interpretação Técnica ICPC 01- Contratos de Concessão e de acordo com a deliberação CVM nº 691/12, a infraestrutura rodoviária não é registrada como ativo imobilizado do concessionário porque o contrato de concessão não lhe transfere o direito de controle do uso da infraestrutura de serviços públicos. É prevista apenas a cessão de posse desses bens para a prestação de serviços públicos, sendo revertidos ao Poder Concedente após o encerramento do respectivo contrato. O concessionário tem acesso para construir e operar a infraestrutura para a prestação dos serviços públicos em nome do poder concedente, nas condições previstas no contrato.

Concessões de rodovias - Investimentos - val

Rodovia	2007	2008	2009	2010	2011	2012
1ª Etapa	359.477	483.753	425.998	520.554	607.306	561.555
CONCEPA	46.063	66.485	53.437	56.189	64.126	86.712
CONCER	33.045	74.087	36.137	20.097	83.407	89.824
ECOSUL	39.515	27.405	39.018	29.838	47.802	43.952
NOVADUTRA	180.723	271.447	249.785	338.977	331.945	269.664
PONTE	34.053	21.544	10.897	23.462	16.849	10.524
CRT	26.078	22.785	36.725	52.446	63.177	60.880
2ª Etapa Fase I ¹	-	1.440.185	1.249.899	872.603	1.481.158	1.622.655
RÉGIS BITTENCOURT	-	280.629	325.233	227.114	412.144	353.597
LITORAL SUL	-	182.946	227.185	144.991	221.229	327.638
PLANALTO SUL	-	137.035	106.574	93.450	210.629	173.985
FERNÃO DIAS	-	278.930	297.203	272.001	326.215	331.190
FLUMINENSE	-	243.046	160.517	79.588	141.058	254.851
TRANSBRASILIANA	-	193.539	38.087	16.579	77.289	85.715
RODOVIA DO AÇO	-	124.060	95.100	38.881	92.594	95.679

É preciso salientar que os investimentos incorridos pelas empresas são remunerados, majoritariamente, por meio da cobrança de pedágio durante toda vigência das concessões, levando em consideração as diversas curvas de tráfego previstas para os períodos em questão, ou por meio de direito sobre ativos financeiros transferidos diretamente pelo poder concedente.

Na tabela a seguir, é possível visualizar o investimento das Concessionárias no período compreendido entre 2007 e 2018. Destacam-se os anos de 2014 e 2015 em relação aos recursos investidos, quando as concessionárias despenderam mais de R\$ 5 bilhões de reais em investimentos nas rodovias, a valores de dezembro de 2018. Nos últimos três anos, 2016 a 2018, os valores investidos sofreram contínua redução, passando respectivamente a R\$ 3,6 bilhões, R\$ 3,3 bilhões e R\$ 2,2 bilhões.

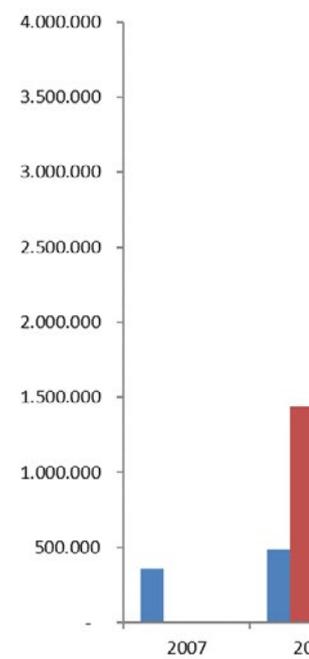
ores em R\$1.000 - Preços de dez/2018 (IPCA)

2013	2014	2015	2016	2017	2018	Total	%
654.481	622.264	354.183	293.564	390.303	132.602	5.406.039	15,9%
48.273	54.315	21.573	20.317	38.879	-	556.369	1,6%
190.599	177.665	104.859	98.469	84.827	-	993.016	2,9%
52.896	57.165	37.089	67.075	73.682	-	514.983	1,5%
282.301	291.917	150.100	91.970	171.776	105.163	2735.767	8,0%
20.058	2.65	373	-	-	-	140.404	0,4%
60.354	38.557	40.188	15.732	21.140	37.439	465.501	1,4%
1.744.469	2.147.474	1.729.225	1.508.125	1.784.326	1.015.553	16.595.671	48,7%
319.674	526.550	461.248	386.043	473.764	207.697	3.973.693	11,7%
337.878	498.072	363.721	425.934	544.709	273.334	3.547.637	10,4%
153.102	206.823	210.141	163.205	231.698	116.288	1.802.975	5,3%
349.621	290.517	230.510	149.576	205.698	227.332	2.958.792	8,7%
347.065	400.205	325.402	293.674	268.046	124.024	2.637.521	7,7%
126.631	96.092	105.878	49.858	25.036	53.114	867.818	2,5%
110.499	192.169	32.325	39.790	35.375	13.764	807.236	2,4%

Rodovia	2007	2008	2009	2010	2011	2012
2ª Etapa Fase II ²	-	-	188.386	17.776	15.572	2.249.707
VIA BAHIA	-	-	188.386	17.776	15.572	2.249.707
3ª Etapa	-	-	-	-	-	7.793
ECO 101	-	-	-	-	-	7.793
MGO	-	-	-	-	-	-
CONCEBRA	-	-	-	-	-	-
CRO	-	-	-	-	-	-
MSVIAS	-	-	-	-	-	-
BR040	-	-	-	-	-	-
GALVÃO BR153	-	-	-	-	-	-
ECOPONTE	-	-	-	-	-	-
TOTAL	359.477	1.923.937	1.684.157	1.748.134	2.243.863	2.503.813

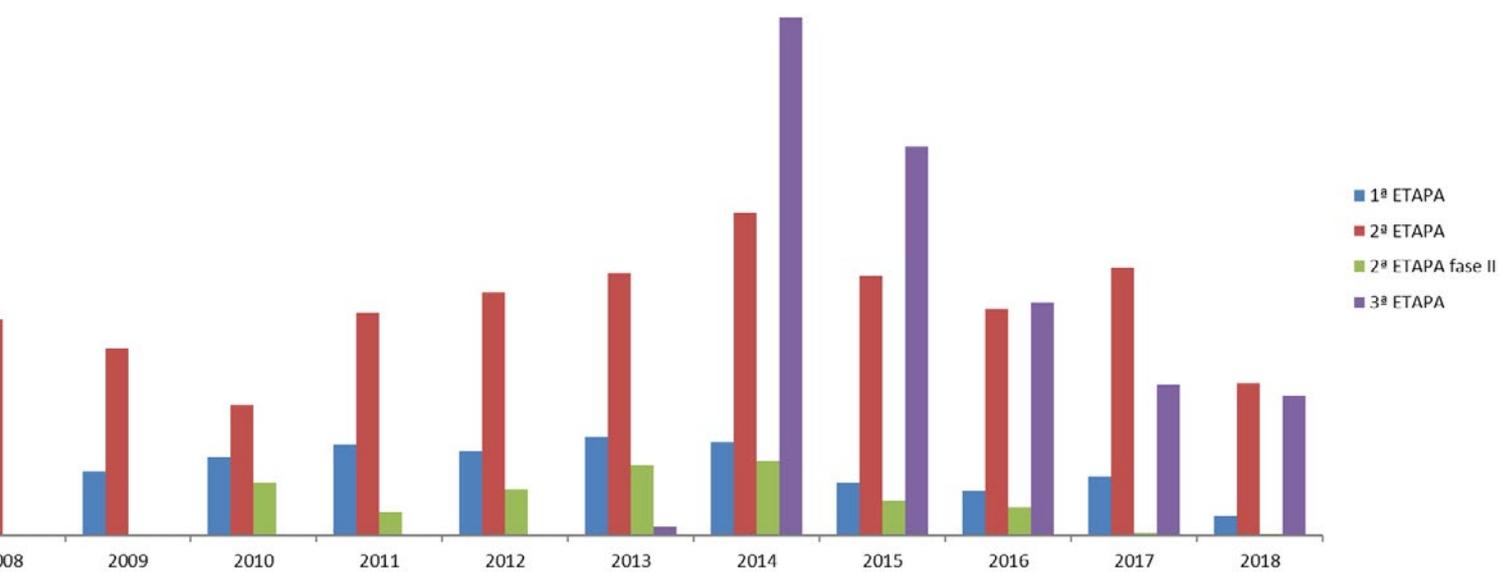
O gráfico ao lado ilustra os investimentos realizados pelas concessionárias de rodovias federais concedidas para o período de 2007 a 2018.

Pela análise do gráfico, observa-se que houve aumento expressivo dos investimentos realizados nas rodovias federais concedidas nos exercícios sociais de 2014 e 2015, anos iniciais da 3ª etapa de concessões. Em cada um dos últimos anos, 2016, 2017 e 2018, os investimentos apresentaram queda, embora superando R\$ 2 bilhões de reais.



2013	2014	2015	2016	2017	2018	Total	%
188.386	17.776	15.572	2.249.707	188.386	17.776	15.572	6,6%
188.386	17.776	15.572	2.249.707	188.386	17.776	15.572	6,6%
56.008	3.446.234	2.590.521	1.549.533	999.643	933.65	9.583.366	28,1%
54.862	286.297	132.846	94.063	97.023	205.752	878.635	2,6%
1.147	230.557	265.600	224.521	296.877	364.981	1.383.684	4,1%
-	678.197	692.886	117.205	81.176	71.300	1.640.763	4,8%
-	889.263	526.584	310.816	115.435	84.697	1.926.795	5,7%
-	233.206	657.264	525.496	289.988	139.574	1.845.528	5,4%
-	959.647	278.659	277.432	119.145	67.331	1.702.213	5,0%
-	169.067	36.682	-	-	-	205.749	0,6%
-	-	11.501	44.126	85.783	79.706	221.117	0,6%
2.920.964	6.714.769	4.918.153	3.583.734	3.277.831	2.177.068	34.055.900	100%

Série histórica dos investimentos 2017/2018



Fiscalização

Fiscalização da exploração da infraestrutura rodoviária

Previsto	Realizado	Grau de execução
750	741	98,8%
Descrição da Meta: Vistoria Realizada		

Fiscalização da Exploração da Infraestrutura Rodoviária

Foram realizadas 741 ações de fiscalização, resultando em 98,8% de atendimento à meta programada de 750 inspeções. Embora seja considerado bastante satisfatório, o índice ficou pouco abaixo do esperado, em função de algumas Unidades Regionais terem aumentado o trabalho de escritório em detrimento da atividade de campo, motivado pela finalização dos contratos de apoio com as supervisoras. Cabe ressaltar que as ações de fiscalização rotineiras são consideradas apenas para aqueles trechos rodoviários onde já houve início da cobrança de pedágio.

Por oportuno, destacamos as dificuldades enfrentadas pela fiscalização devido à grande extensão de rodovias e, conseqüentemente, à grande quantidade de obras a serem vistoriadas e o reduzido número de agentes de fiscalização. Tais fatos motivam a realização de recorrentes adequações nos procedimentos das diversas atividades que compõem a fiscalização das concessões, de modo a assegurar a prestação de serviço adequado aos usuários.

Fiscalização Técnico-Operacional das Concessões

A fiscalização dos contratos de concessão das rodovias federais sob responsabilidade da ANTT é realizada em função dos parâmetros de desempenho especificados nos respectivos contratos de concessão e em conformidade com os planejamentos anuais apresentados pelas Concessionárias, onde constam as programações de obras e serviços a serem executados ao longo de cada mês.

Para a fiscalização dos serviços executados pelas concessionárias, consideram-se os Relatórios Técnico-Operacionais e Físico – RETOF, bem como os relatórios de monitoração dos diversos elementos da rodovia, apresentados pelas Concessionárias. Subsidiariamente, as empresas supervisoras, contratadas pela ANTT, realizam monitoração dos parâmetros de desempenho, por amostragem.

Como resultado das atividades da Fiscalização in loco, realizadas pelas Coordenações de Infraestrutura Rodoviária das Unidades Regionais, foram emitidos 7.225 (sete mil, duzentos e vinte e cinco mil) Termos de Registro de Ocorrência – TROs, que são avisos de inadequações com prazo de correção previsto em dispositivo regulatório.

No mesmo exercício, foram lavrados 412 (quatrocentos e doze) Autos de Infração – AI, todos relativos a defeitos e inconformidades verificados nas rodovias ou nos relatórios de monitoração

ou inexecuções de obras e serviços.

Cabe lembrar que após a publicação da Resolução ANTT nº 5.083/2016, que regulamentou o processo administrativo para apuração de infrações e aplicações de penalidades no âmbito da ANTT, as Notificações de Infração – NI, deixaram de ser utilizadas na fiscalização da ANTT, passando a usar apenas o Auto de Infração – AI na autuação de infração cometida pela Concessionária.

Em 2018, foram autuados 540 (quinhentos e quarenta) Processos Administrativos Simplificados – PAS para apuração de infração e aplicação de penalidades por descumprimento contratual. Posteriormente, algumas dessas inconformidades foram solucionadas pelas Concessionárias, mas a correção da infração não eximiu a aplicação da penalidade, assim os PAS prosseguiram o rito processual normal. Cabe destacar que dos 540 PAS autuados, 412 decorreram dos AIs emitidos pelas COINF nas atividades de fiscalização ordinárias, e 128 são provenientes das autuações em função de inexecução de investimentos e demais infrações identificadas pelas equipes de fiscalização.

As tabelas, a seguir, apresentam os dados acima, por Concessionária, por km e por elemento do sistema rodoviário, além de demonstrar a representatividade do número de TROs e AIs emitidos no ano de 2018, trazendo a razão da quantidade emitida de cada um desses indicadores pela extensão total de cada rodovia (TRO/km e AI/km). Os gráficos contemplam apenas as informações provenientes da fiscalização de campo.



Fiscalização nas rodovias federais concedidas

Concessionária	Termos de registro de ocorrência - TRO/208	Auto de infração AI/2018
ECOPONTE	0	0
CONCER	337	16
CRT	150	3
CONCEPA	9	2
NOVA DUTRA	474	0
RODOVIA DO AÇO	141	14
ECOSUL	220	2
AUTOPISTA FLUMINENSE	258	11
VIABAHIA	243	9
TRANSBRASILIANA	402	38
AUTOPISTA LITORAL SUL	977	57
AUTOPISTA FERNÃO DIAS	653	32
AUTOPISTA REGIS BITTENCOURT	1.127	41
AUTOPISTA PLANALTO SUL	503	40
ECO 101	499	114

Concessionária	Termos de registro de ocorrência - TRO/208	Auto de infração AI/2018
MGO	51	2
CONCEBRA	460	12
VIA 040	175	5
MSVIA	265	1
ROTA DO OESTE	281	13

Fonte: SUINF

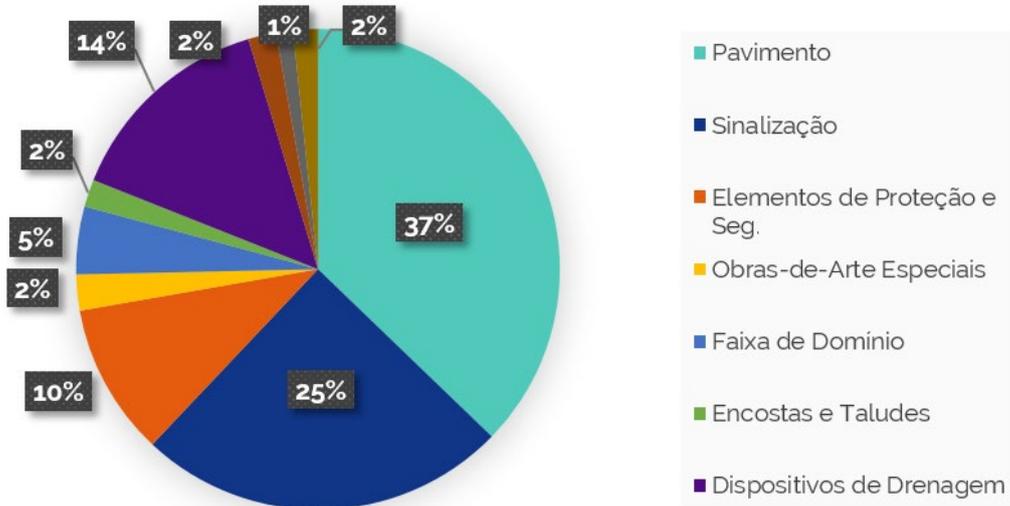
Fiscalização nas rodovias federais concedidas-por elemento

Elemento da rodovia	TRO/ Elementos - 208	AI/Elementos-2018
Pavimento	2.691	89
Sinalização	1.789	15
Elementos de Proteção e Seg.	739	26
Obras-de-Arte Especiais	175	8
Faixa de Domínio	329	11
Encostas e Taludes	133	7
Dispositivos de Drenagem	1.033	27
Operação	135	170
Sistemas elétricos e de iluminação	81	2
Outros	120	57

Fonte: SUINF

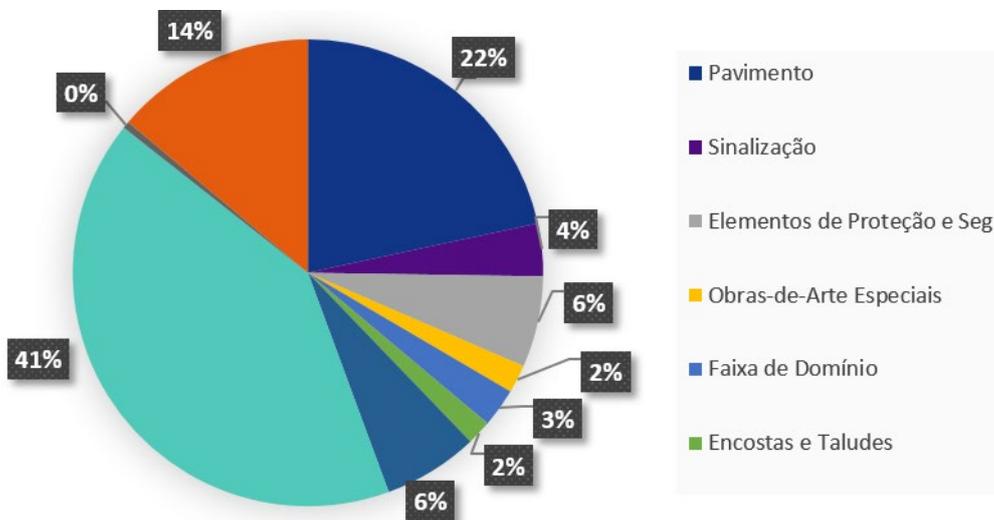
Demonstramos, abaixo, a distribuição percentual dos números de Termos de Registros de Ocorrências e Autos de Infração, emitidos em 2018, por cada tipo de elemento da rodovia.

Termos de registro de ocorrência por elemento (%) - 2018



Fonte: SUINF

Autos de infração por elemento (%) - 2018



Fonte: SUINF

Fiscalização de Aspectos Econômico-Financeiros das Concessões

A Fiscalização de aspectos Econômico-Financeiros visa, fundamentalmente, a verificação do cumprimento das condições avençadas nos editais de licitação, contratos de concessão e demais normas legais aplicáveis, no que tange às cláusulas econômico-financeiras. Extraordinariamente, poderá ter como finalidade a apuração de acontecimentos supervenientes ou fatos relevantes provenientes de demandas específicas.

O procedimento segue o estabelecido na Portaria nº 312/2009 do Diretor-Geral da ANTT, bem

como no Manual de Fiscalização das concessionárias do serviço público de exploração da infraestrutura rodoviária federal: aspectos econômico-financeiros e no Plano Anual de Fiscalização do desempenho Econômico-Financeiro 2017.

Cada fiscalização culmina com a elaboração do Relatório Consolidado de Fiscalização e, após sua aprovação em condições de regularidade, emissão do Atestado de Regularidade.

Durante o ano de 2018, todas as concessões rodoviárias foram fiscalizadas, semestralmente, tendo sido realizadas, portanto, 39 fiscalizações ordinárias, tendo em vista que o contrato de concessão da Concessionária da Rodovia Osório-Porto Alegre S/A- CONCEPA encerrou-se em 03/07/2018.



CONCESSÕES FERROVIÁRIAS

Com o intuito de aumentar a oferta e a melhoria de serviços, o governo federal colocou em prática ações voltadas para a privatização, concessão e delegação de serviços públicos de transporte a Estados, Municípios e iniciativa privada, dentre eles o serviço de transporte ferroviário.

A atuação da ANTT no que tange ao transporte ferroviário de cargas tem como objetivos principais o aumento da produção, a integração entre as malhas ferroviárias e com as demais modalidades, a eliminação de restrições operacionais, o aumento da segurança, bem como a ampliação do mercado de trabalho e da indústria ferroviária.

A fiscalização a cargo da ANTT tem como finalidade a verificação do cumprimento das normas e contratos vigentes, especialmente quanto à adequada prestação do serviço público de transporte ferroviário de cargas, à conservação do patrimônio público arrendado, e aos aspectos econômico-financeiros das concessões.

O modal ferroviário caracteriza-se, especialmente, por sua capacidade de transportar grandes volumes, com elevada eficiência energética, principalmente em casos de deslocamentos a médias e grandes distâncias. Apresenta, ainda, maior segurança, em relação ao modal rodoviário, com menor índice de acidentes e menor incidência de furtos e roubos. São cargas típicas do modal ferroviário: produtos siderúrgicos; grãos; minério de ferro; cimento e cal; adubos e fertilizantes; derivados de petróleo; calcário; carvão mineral e clínquer e contêineres.

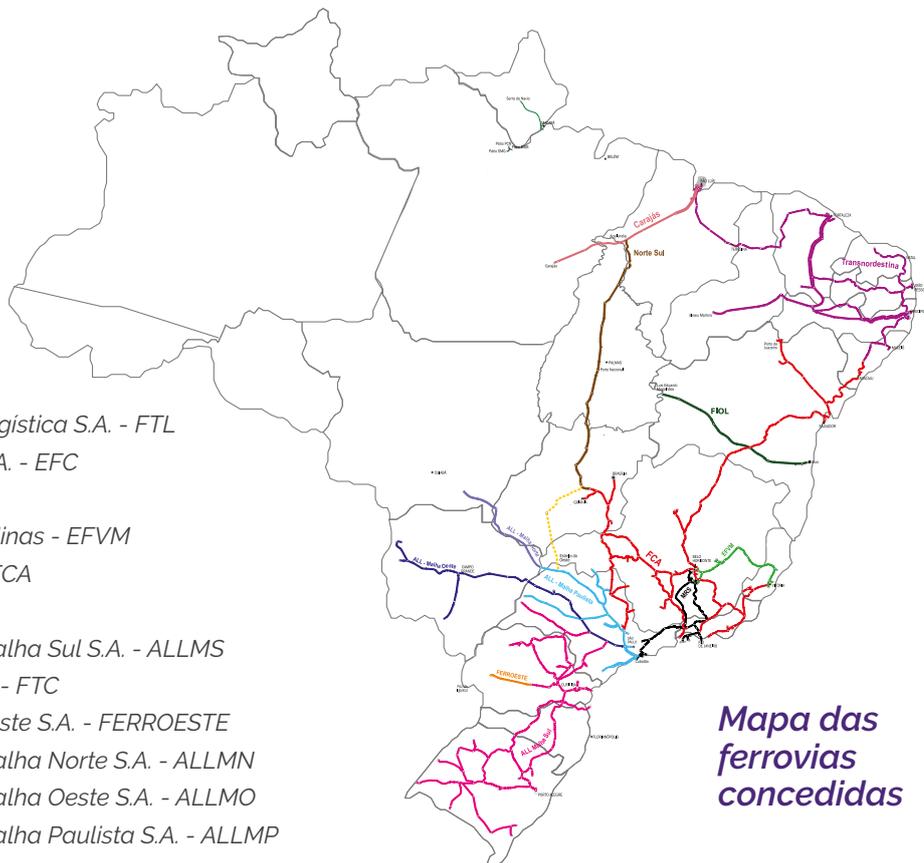


O sistema ferroviário nacional conta com uma extensão de **30.576 KM**



22 estados brasileiros e o Distrito Federal

- Ferrovía Transnordestina Logística S.A. - FTL
- Estrada de Ferro Carajás S.A. - EFC
- Ferrovía Norte-Sul - FNS
- Estrada de Ferro Vitória à Minas - EFVM
- Ferrovía Centro Atlântica - FCA
- MRS Logística S.A.
- América Latina Logística Malha Sul S.A. - ALLMS
- Ferrovía Tereza Cristina S.A. - FTC
- Estrada de Ferro Paraná Oeste S.A. - FERROESTE
- América Latina Logística Malha Norte S.A. - ALLMN
- América Latina Logística Malha Oeste S.A. - ALLMO
- América Latina Logística Malha Paulista S.A. - ALLMP
- - - Em constru o



Mapa das ferrovias concedidas

Malha Ferroviária

Detalhamento da

Ferrovia	Sigla	Concessionária
Estrada de Ferro Paraná Oeste	EFPO	Estrada De Ferro Paraná O
Estrada de Ferro Carajás	EFC	VALE S.A.
Estrada de Ferro Vitória Minas	EFVM	
Ferrovia Centro-Atlântica	FCA	Ferrovia Centro-Atlânt
Ferrovia Norte - Sul- Tramo Norte (*)	FNSTN	VALEC - Engenharia, Construção
Ferrovia Tereza Cristina	FTC	Ferrovia Tereza Cristin
MRS Logística	MRS	MRS Logística S/A
Ferrovia Transnordestina Logística (**)	FTL	Ferrovia Transnordestina L
Ferrovia Norte-Sul – Tramo Central	FNSTC	VALEC - Engenharia, Construção
Rumo Malha Norte	RMN	Rumo Malha Norte
Rumo Malha Oeste	RMO	Rumo Malha Oes
Rumo Malha Paulista	RMP	Rumo Malha Paulista
Rumo Malha Sul	RMS	Rumo Malha Sul S

(*) Decreto nº 94.813, 01 de setembro de 1987, outorga à VALEC a construção uso e gozo dos acessos ferroviários - Contrato de Concessão assinado pela VALEC em 08 de junho de 2006. Subconcessão da Ferrovia Norte-Sul-Tramo Norte em 08 de junho de 2006, por 30 anos.

Malha Concedida

Malha concedida

Empresa	Início da concessão	Prazo da concessão	Extensão/Km
Companhia S/A	23/05/1989	30 anos	248,09
Companhia S/A	01/07/1997	30 anos	978
	01/07/1997	30 anos	895
Companhia S.A	01/09/1996	30 anos	7.223
Companhias e Ferrovias S/A	29/01/1988	50 anos	745
Companhia S/A	01/02/1997	30 anos	163
Companhia S/A	01/12/1996	30 anos	1.686
Logística S/A	01/01/1998	30 anos	4.295
Companhias e Ferrovias S/A	10/05/1989	30 anos	856
Companhia S/A	19/05/1989	90 anos	735
Companhia S/A	01/07/1996	30 anos	1.973
Companhia S/A	01/01/1999	30 anos	2.055
Companhia S/A	01/03/1997	30 anos	7.223
Total			29.075

(**) a FTL é uma cisão da Transnordestina Logística S.A – TLSA.

Ferrovia	Sigla	Concessionária
Ferrovia de Integração Oeste-Leste (***)	FIOL	VALEC - Engenharia, Construções
Transnordestina (****)	TLSA	Transnordestina Logística

(***) 1.500 km de Trecho em construção.

(****) 1.728 km de Trecho em construção

Fonte: SUFER - Declaração de Rede ANTT 2018.

A ANTT é responsável por gerir e fiscalizar 14 (quatorze) Contratos de Concessão e 01 (um) Contrato de Subconcessão, quais sejam: (i) Estrada de Ferro Carajás – EFC; (ii) Estrada de Ferro Paraná Oeste – EFPO; (iii) Estrada de Ferro Vitória a Minas – EFVM; (iv) Ferrovia Centro-Atlântica – FCA; (v) Ferrovia Tereza Cristina – FTC; (vi) Ferrovia Transnordestina Logística – FTL; (vii) MRS Logística; (viii) Transnordestina Logística – TLSA; (ix) Ferrovia de Integração Oeste-Leste – FIOL (Valec); (x) Ferrovia Norte Sul - FNSTN e FNSTC (Valec); (xi) Rumo Malha Norte – RMN; (xii) Rumo Malha Oeste – RMO; (xiii) Rumo Malha Paulista – RMP; (xiv) Rumo Malha Sul – RMS; e (xv) Subconcessionária Ferrovia Norte Sul.

Mapa da Malha Concedida



Obs.: Neste mapa não estão listadas as malhas da FIOL e da TLSA, uma vez que ainda se encontram em construção.

	Início da concessão	Prazo da concessão	Extensão/Km
es e Ferrovias S/A	31/10/2008	50 anos	1.500
tica S/A	22/01/2014	43 anos	1.728
Total			3.228

Novas Concessões e Prorrogações Contratuais

Em 12 maio de 2016, foi promulgada a Medida Provisória nº 727, convertida na Lei nº 13.334, de 13 de setembro de 2016, que criou o Programa de Parcerias de Investimentos – PPI, destinado à ampliação e ao fortalecimento da interação entre o Estado e a iniciativa privada.

O PPI é regulamentado por meio de Decretos, que definem, entre outros aspectos, os empreendimentos públicos federais de infraestrutura qualificados para a implantação por parceria e as diretrizes estratégicas para sua estruturação, licitação e contratação. Por meio da Resolução nº 2, de 13 de setembro de 2016, o Conselho do PPI incluiu no programa os seguintes empreendimentos ferroviários: (i) Ferrovia EF-151 SP/MG/GO/TO (trecho entre Porto Nacional e Estrela D'Oeste – Ferrovia Norte-Sul), Estados de Tocantins e de São Paulo; (ii) Ferrovia EF-170 MT/PA (trecho entre Sinop e Miritituba – Ferrogrão), Estados de Mato Grosso e do Pará; e (iii) Ferrovia EF 334/BA – Ferrovia de Integração Oeste – Leste (trecho entre Ilhéus/BA e Caetité/BA).

Nesse contexto, as principais atividades realizadas ao longo de 2018 foram as seguintes:

- Publicação do Relatório da Audiência Pública nº 14/2017, que colheu subsídios para aprimoramento da Minuta de Edital, de Contrato e dos Estudos Técnicos que se prestarão a disciplinar as condições em que se dará a concessão de ferrovia greenfield compreendida entre os municípios de Sinop, no estado do Mato Grosso, e Itaituba, no estado do Pará (Ferrogrão);
- Abertura da Audiência Pública nº 10/2018, com vistas ao aprimoramento das Minutas de Edital, de Contrato e dos Estudos Técnicos que se prestarão a disciplinar as condições em que se dará a subconcessão, à iniciativa privada, do trecho ferroviário compreendido entre os municípios de Ilhéus e Caetité, no Estado da Bahia (FIOL).
- A publicação do Edital de Subconcessão nº 02/2018, bem como seus estudos técnicos e documentos jurídicos, com vistas à subconcessão, à iniciativa privada, do trecho ferroviário compreendido entre Porto Nacional, no estado do Tocantins, e Estrela D'Oeste, no estado de São Paulo.

No caso das concessões ferroviárias existentes, especialmente as decorrentes da desestatização da RFFSA, considerando a necessidade de alavancar investimentos em infraestrutura de transportes e o transcurso dos prazos contratuais vigentes (faltando cerca de 10 anos para o encerramento das concessões), foi editada a Medida Provisória nº 752, de 24 de novembro de 2016, posteriormente convertida na Lei n.º 13.448, de 05 de junho de 2017, com vistas a disciplinar a prorrogação e relicitação dos contratos de parceria nos setores rodoviário, ferroviário e aeroportuário. Importante mencionar que, até o momento, 06 (seis) concessionárias protocolaram pedido de prorrogação, a saber: a) Rumo Malha Paulista – RMP; b) Rumo Malha Sul – RMS; c) MRS Logística; d) Ferrovia Centro-Atlântica – FCA; e) Estrada de Ferro Vitória a Minas – EFVM; e f) Estrada de Ferro Carajás – EFC. Os processos estão em processamento junto à ANTT.

Com relação às prorrogações contratuais, elencamos abaixo as principais atividades desenvolvidas em 2018:

- Encaminhamento dos documentos relativos à prorrogação do prazo de vigência contratual da Rumo Malha Paulista – RMP ao Tribunal de Contas da União - TCU;
- Abertura da Audiência Pública nº 008/2018, que tornou público e colheu contribuições sobre os estudos técnicos acerca da prorrogação do prazo de vigência contratual da Concessionária Estrada de Ferro Vitória a Minas – EFVM;
- Abertura da Audiência Pública nº 009/2018, que tornou público e colheu contribuições sobre os estudos técnicos acerca da prorrogação do prazo de vigência contratual da Concessionária Estrada de Ferro Carajás – EFC.

Fiscalização

Metas de Produção e de Redução de Acidentes

Considerando suas competências de estabelecer, revisar e apurar as metas de produção e segurança, foram realizadas as seguintes atividades no decorrer de 2018:

- Estabelecimento de metas de produção para 12 (doze) concessionárias ferroviárias, face ao fim do Quinquênio de Metas 2013-2017 e início do Quinquênio 2018-2022, e;
- Análise de 09 (nove) justificativas prévias por descumprimento de metas de produção, que resultaram na abertura de 6 (seis) Processos Administrativos Simplificados - PAS para apuração de infração.

Declaração de Rede

As Declarações de Rede – DR de 2018 foram publicadas à medida em que foram estabelecidas as metas de produção para as concessionárias, viabilizando-se a conformação dos inventários de capacidade às metas pactuadas. Nesse sentido, no ano de 2018, foram publicadas as DR referentes às Concessionárias FTC, RMN, FTL, RMP e MRS.

As DR referentes ao ano de 2018 ainda não publicadas; estima-se que isso ocorra no primeiro semestre de 2019, tendo em vista a finalização dos processos de estabelecimento de metas de

produção por trecho para o quinquênio 2018-2022.

Foram recebidas, durante o ano de 2018, as DR referentes ao ano de 2019, e instaurados os respectivos processos de auditoria. Estima-se que a publicação destas DR ocorra no primeiro semestre de 2019.

Usuários Dependentes

Tendo em vista a competência de análise e registro de Usuário Dependente, cuja disciplina está prevista na Resolução ANTT nº 3.694/2011, no ano de 2018, foram registrados 04 (quatro) usuários, enquanto 02 (dois) receberam a habilitação para negociar contrato de transporte com a concessionária.

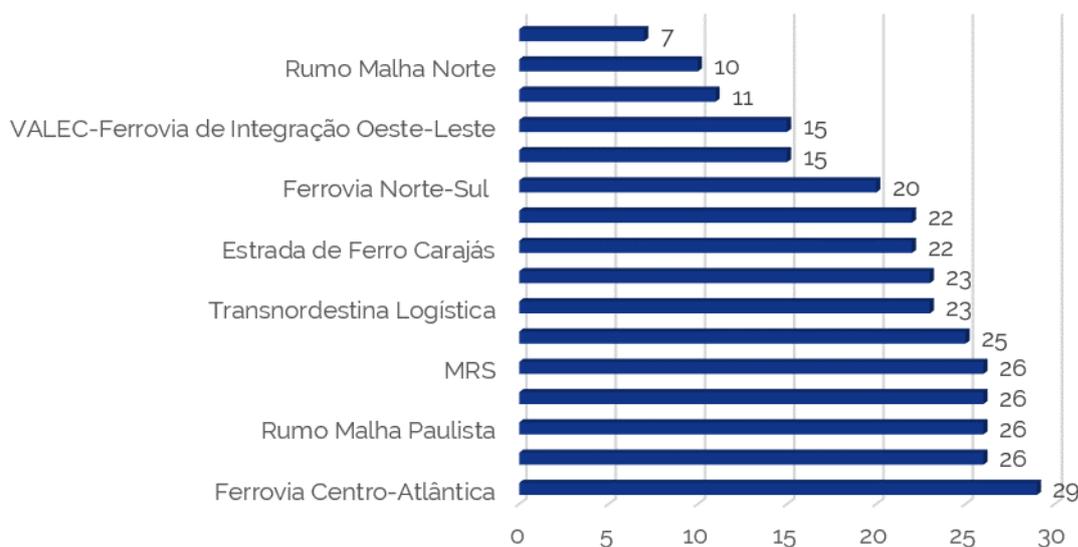
Ademais, foram solicitados os dados trimestrais de 13 (treze) usuários dependentes e outros 04 (quatro) usuários foram notificados acerca do vencimento do contrato de transporte que os registra como dependentes.

Fiscalização Econômico-Financeira

A fiscalização econômico-financeira compõe o rol de fiscalizações que visam atestar a regularidade das concessionárias de transporte ferroviário de cargas perante os editais de licitação, contratos de outorga e demais normas legais aplicáveis. É realizada semestralmente: o primeiro ciclo se encerra em 31 de maio e o segundo em 30 de novembro. Está normatizada pelo Manual de Fiscalização, que se encontra em sua 8ª edição, aprovado pela Deliberação ANTT nº 101/2017.

Abaixo, vê-se o total de itens econômico-financeiros fiscalizados, por Concessionária:

Itens fiscalizados por concessionária



Como resultado da fiscalização empreendida no primeiro ciclo de 2018, tem-se o seguinte resultado quanto à regularidade das Concessionárias:



E no segundo ciclo de 2018, o seguinte resultado:



Aplicação de penalidades

Autos lavrados	Defesas analisadas
71	38

Reajustes tarifários



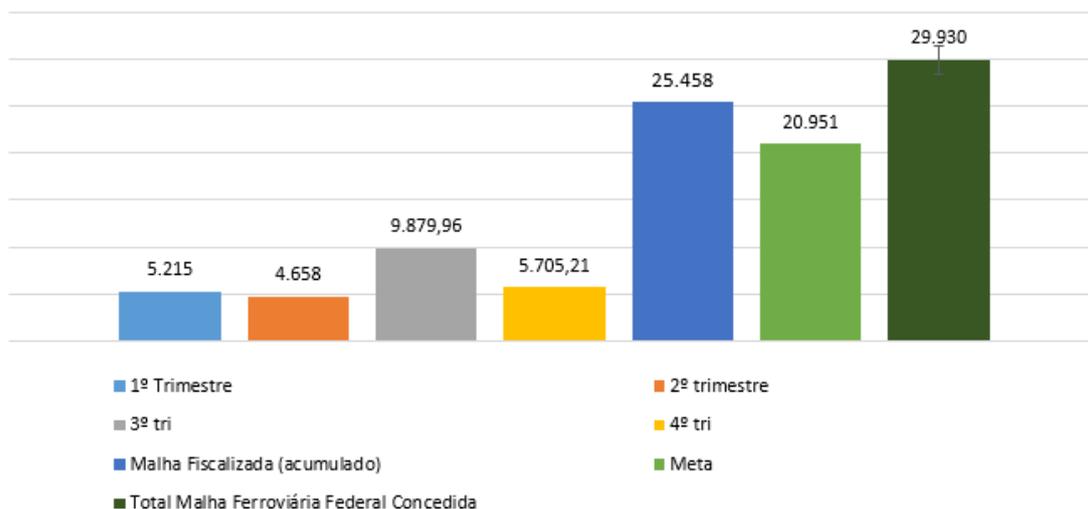
Processos de anuência para financiamentos

Processos	Concessionária	Tipo de contrato	Deliberação nº
50500.067128/ 2006-94	MRS Logística S/A	Aditivo nº4 ao contrato nº 06.2.0956.1 junto ao BNDES	299, de 30/05/2018
50500.068147/ 2008-08	MRS Logística S/A	Aditivo nº5 ao contrato nº 08.2.0747.1 junto ao BNDES	283, de 23/05/2018
50500.103476/ 2012-81	MRS Logística S/A	Aditivo nº2 ao contrato nº 12.2.0835.1 e 12.2.0906.1 junto ao BNDES	289, de 23/05/2018
50500.1299/ 2011-51	MRS Logística S/A	Aditivo nº4 ao contrato nº 12.2.0562.1 e 11.2.0164.1 junto ao BNDES	293, de 23/05/2018
50500.171729/ 2016-72	MRS Logística S/A	Aditivo nº6 ao contrato nº 13.2.0890.1 junto ao BNDES	328, de 20/06/2018
50501.323863/ 2018-17	MRS Logística S/A	Contrato nº 18.2.0402.1 junto ao BNDES	958, de 20/11/2018
50500.046239/ 2018-09	MRS Logística S/A	Aditivo nº4 ao contrato nº 1161338 junto ao BNDES	265, de 10/05/2018
50501.344639/ 2018-69	Rumo Malha Norte S/A	Contrato nº 18.2.0407 junto ao BNDES	1054, de 20/12/2018

Malha Ferroviária Fiscalizada

Em 2018, a ANTT, por meio de suas unidades regionais, fiscalizou 25.458 Km, o correspondente a 85,05% do total da malha ferroviária brasileira, superando em 15,05% a meta que era de fiscalizar 20.951 Km, o correspondente a 70% de um total de 29.930 Km.

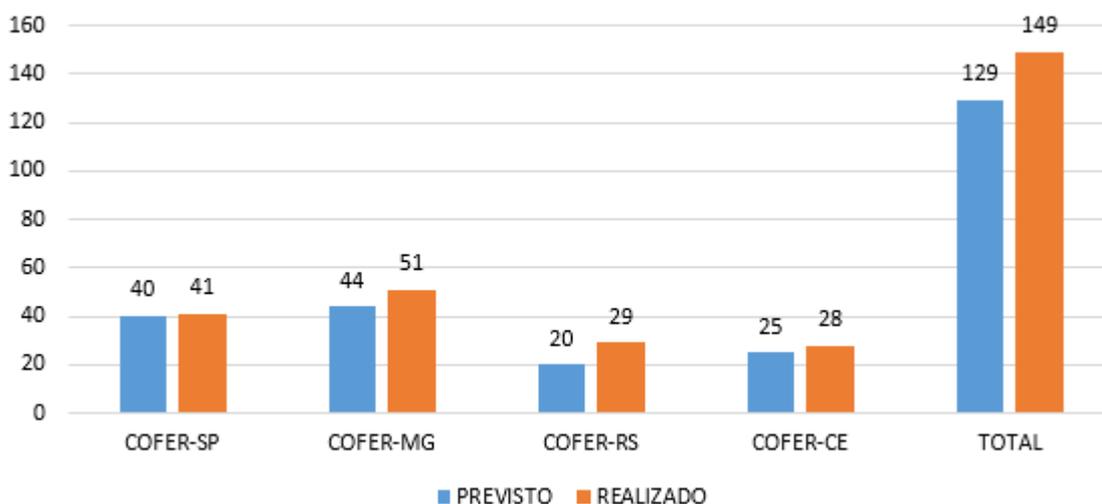
Km de malha ferroviária concedida fiscalizada 2018



Inspeções Previstas e Realizadas

A meta prevista para o número de inspeções, que era de 129, foi superada em 15,5%, totalizando 149 inspeções realizadas pelas COFERs, conforme demonstrado abaixo.

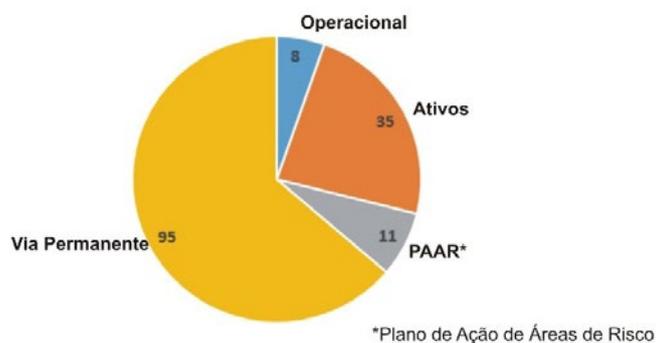
Inspeções 2018



Inspeções Realizadas por Tipo

São 4 (quatro) os tipos de inspeção realizados: (1) via permanente, (2) ativos, (3) operacional e (4) implantação e acompanhamento de planos de ação em áreas de risco.

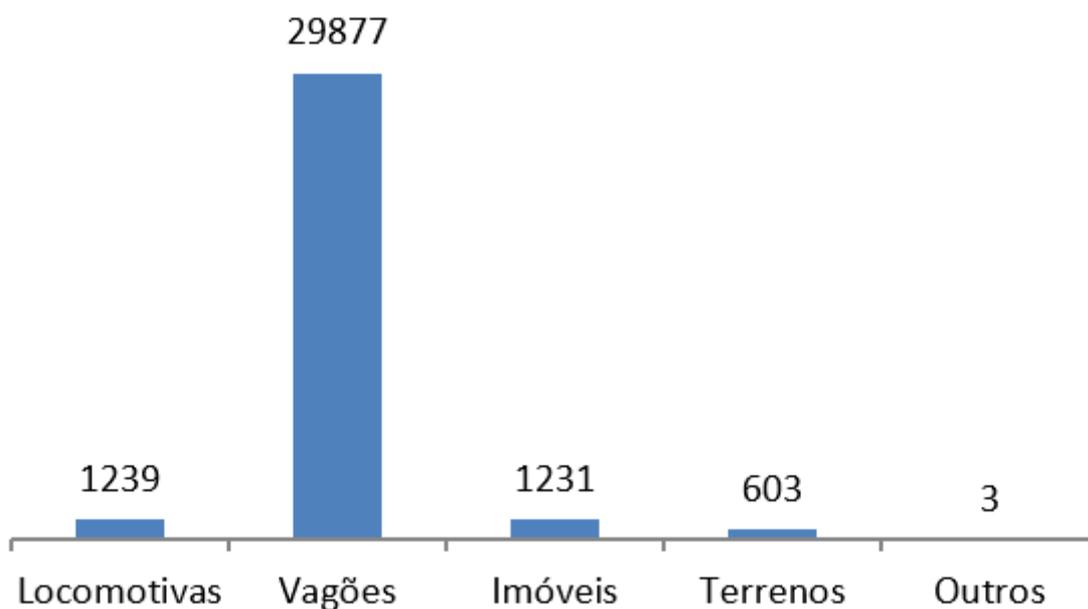
Inspeções 2018 por tipo

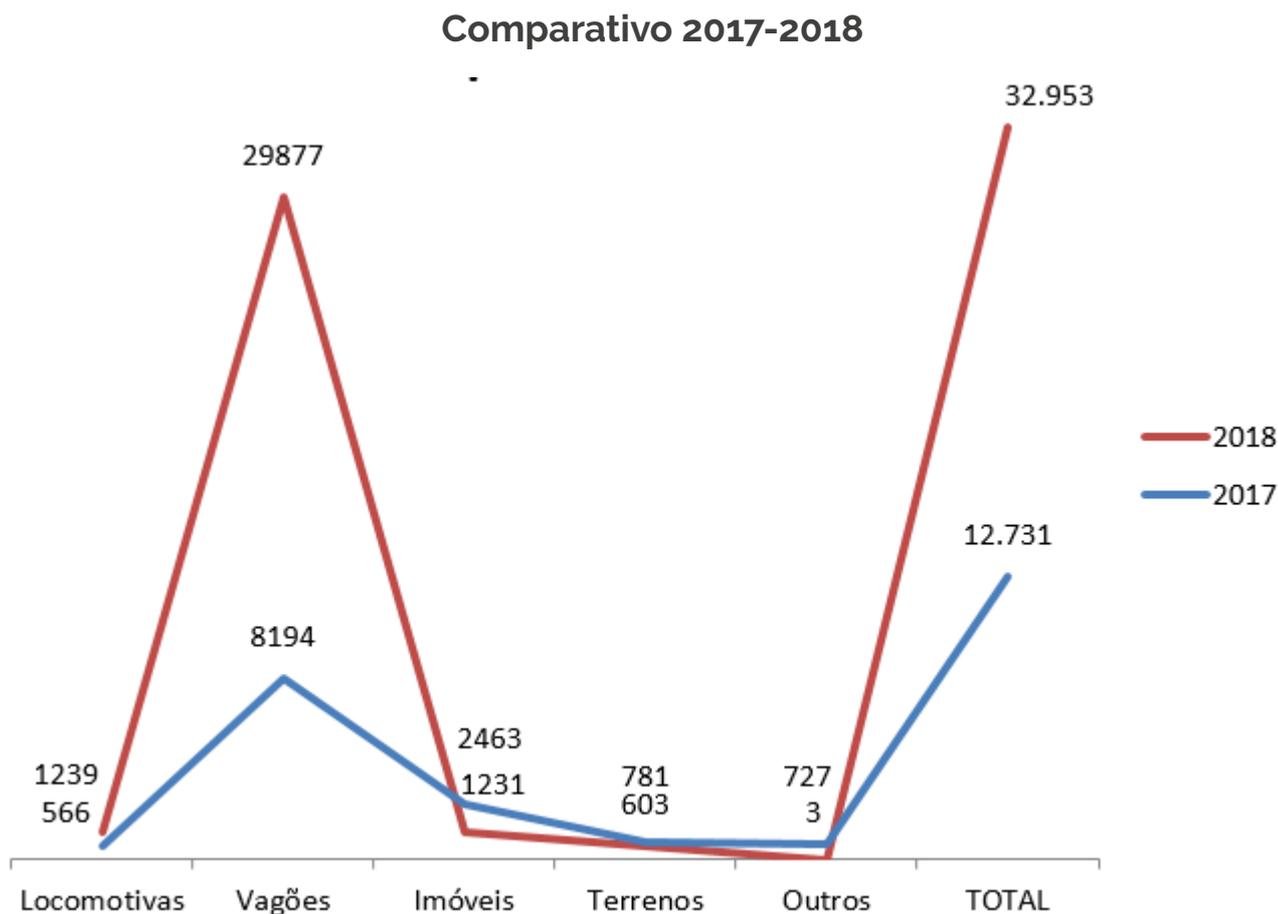


Inspeção de Ativos

Em 2018, foram fiscalizados 32.953 ativos, um crescimento de 258,84% em comparação ao número de ativos fiscalizados em 2017, como demonstra o gráfico abaixo.

Nº de ativos inspecionados 2018





A fiscalização ferroviária vem passando por um processo de amadurecimento e modernização. Tem se buscado a adoção de melhores práticas e o aperfeiçoamento contínuo, bem como a introdução de inovação às metodologias empregadas, com o objetivo de alcançar resultados mais satisfatórios, otimizando a aplicação dos recursos materiais e humanos. Os resultados demonstrados comprovam o alcance dessa expectativa.

Expansão da Malha Ferroviária Brasileira

A consolidação de uma malha ferroviária capaz de promover a interoperabilidade com outros modais de transportes é condição necessária para a promoção de maiores fluxos de cargas e passageiros. Avanços neste setor podem conferir ao País ganhos econômicos com maior eficiência energética e menores custos operacionais, quando comparado ao modal rodoviário.

A malha ferroviária brasileira se desenvolveu ao longo do tempo com características distintas, o que não favorece a integração de trechos ferroviários e de regiões do país e reduz o número potencial de rotas que clientes e operadores poderiam utilizar.

Diferentes padrões e alternativas de traçado, raios de curvatura e, principalmente, bitolas (a bitola é um termo ferroviário para designar a distância entre as faces internas dos trilhos sobre os quais os trens trafegam), foram adotados para que se viabilizassem, à época, novas ferrovias pela iniciativa privada e governamental, a partir de cenários econômicos restritivos para o investimento em infraestrutura ferroviária.

Com a mudança para um cenário econômico mais propício, no início da década de 70, optou-se por padronizar a expansão da nossa malha férrea em bitola larga. Este novo conceito ganhou força devido à aptidão desta bitola para uma maior produtividade do transporte ferroviário. Com a implantação de um terceiro trilho, tornando a via férrea em bitola mista, e com a mudança de geometria ou a duplicação de linhas e ampliação de trechos em bitola larga, fortalecem-se as ligações entre as regiões brasileiras.

Existe um plano de investimentos e/ou recuperação de ativos que visa o aumento de capacidade e melhoria na segurança operacional dos trechos ferroviários, embasado pela pactuação de metas de desempenho, dentre as quais, o aumento no volume de transporte e a redução no índice de acidentes. Neste contexto, as Concessionárias estão implementando os seguintes projetos:

- Ferrovia Norte-Sul: Trecho Palmas/TO – Anápolis/GO (855,0 km) – trecho de superestrutura concluído e em fase de operação assistida. Os contratos referentes à execução de serviços remanescentes foram encerrados em 2016. O trecho já possui autorização de tráfego;
- Extensão Sul da Ferrovia Norte-Sul: Trecho Ouro Verde/GO – Estrela d'Oeste/SP (681,00 km) – o empreendimento possui 93% realizados, com 98% de infraestrutura, 89% de superestrutura e 93% de obras de arte especiais realizadas. A conclusão das obras se dará por meio da Subconcessão, no prazo de 2 anos, a partir da assinatura do contrato do leilão a ser realizado em março de 2019;
- Ferrovia de Integração Oeste-Leste (FIOL): Trecho Ilhéus/BA – Barreiras/BA (1.022,0 km) – O empreendimento possui 56% de realização global. O trecho denominado "FIOL I", que corresponde aos lotes 1F a 4F, compreendidos entre Ilhéus/BA e Caetité/BA, encontra-se com 76% de realização global, sendo executados 84% de terraplanagem, 61% de drenagem, 72% de superestrutura e 89% de obras de arte especiais. O trecho denominado "FIOL II", que corresponde aos lotes 5F a 7F, compreendidos entre Caetité/BA e Barreiras/BA, encontra-se com 29% de realização global, tendo sido executados 37% de terraplanagem, 9% de drenagem, 15% de superestrutura e 44% de obras de arte especiais. A previsão de conclusão total da FIOL, entre Ilhéus/BA e Barreiras/BA, é até dezembro de 2020;
- Ferrovia Nova Transnordestina: A obra em comento atingiu 52% de execução global. Ressalta-se que não houve evolução significativa nas obras deste empreendimento, uma vez que se encontram paralisadas desde o final de 2016.

Obras de Adequação e Ampliação da Capacidade

Por meio das concessões de trechos ferroviários, pretende-se modernizar e garantir uma logística eficiente, com integração da malha ferroviária, reduzindo custos e ampliando a capacidade de transporte.

Atualmente, estão sendo realizadas as seguintes obras nos trechos concedidos:

a) Malha Paulista:

- Trecho Boa Vista-Nova/SP – Evangelista de Souza/SP (193,0 km) – O empreendimento

conta com via permanente da duplicação concluída. Foram executados 193 km de duplicação até 2015 e estão pendentes algumas obras de adequação viária;

b) Estrada de Ferro Carajás:

- Duplicação da Linha Tronco (576 km) e renovações de linhas de pátios (220 km) – A obra encontra-se com avanço físico global de 95%, com 676 km de superestrutura implantada ao final do ano de 2018;
- Construção do Ramal Sudeste do Pará (100,0 km) – Superestrutura concluída e abertura ao tráfego autorizada em dezembro de 2016.

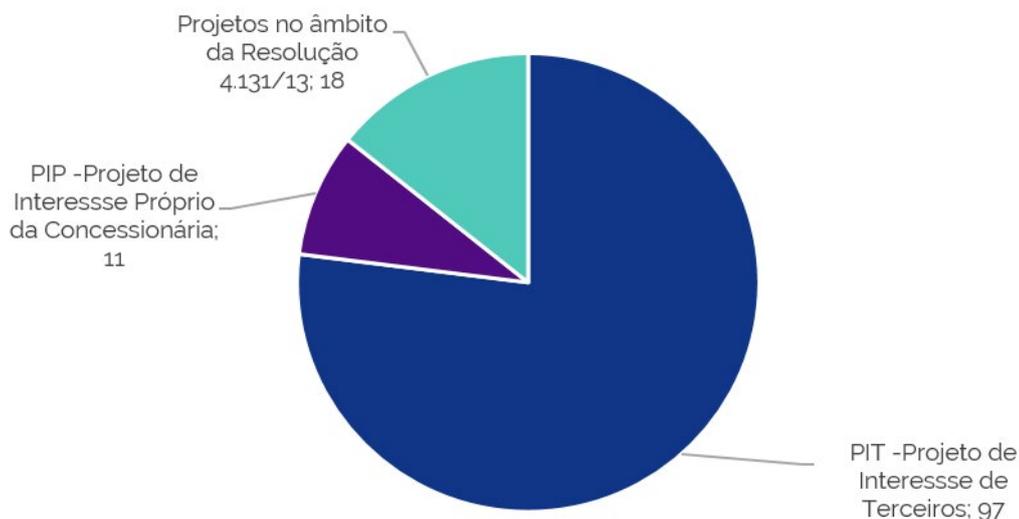
Projetos Ferroviários

Os projetos e investimentos no âmbito das outorgas ferroviárias são analisados, para fins de subsídio aos respectivos processos de autorização, em conformidade com a Resolução ANTT nº 2.695, de 13 de maio de 2008, alterada pela Resolução nº 5.405, de 17 de agosto de 2017, e compreendem os Projetos de Interesse Próprio – PIP (interesse da Concessionária) ou Compartilhado – PIC (interesse da Concessionária em conjunto com Terceiro, geralmente Usuário), e os Projetos de Interesse de Terceiro – PIT.

São também avaliados, em conformidade com o mesmo normativo citado, os projetos no âmbito da Resolução nº 4.131/13, que autorizou a FCA a proceder à desativação e à devolução de trechos ferroviários e restituir à União mediante realização de projetos constantes do Anexo I dessa norma, os quais serão objeto de investimentos (não regulatórios) a serem realizados pela Concessionária.

Durante o ano de 2018, foram autorizados 18 (dezoito) projetos relativos à Resolução nº 4.131/13, 11 (onze) PIP e 97 (noventa e seis) PIT.

Obras autorizadas 2018



Fiscalização das obras em andamento

Foram realizadas inspeções nas obras de implantação dos projetos de infraestrutura de transporte ferroviário de cargas autorizados pela ANTT na malha operacional, bem como nas obras de ampliação da malha concedida. Trata-se, essencialmente, do acompanhamento físico dos projetos sob o ponto de vista regulatório, baseado, precipuamente, na auditoria in loco e amostreal das informações prestadas pelas Concessionárias através dos Relatórios de Monitoramento encaminhados à ANTT, e, subsidiariamente, da verificação de aspectos relacionados à segurança, controle de qualidade da obra e gestão da informação. As inspeções são priorizadas em função do valor do investimento, extensão dos segmentos em obra ou concluídos, interesse público do projeto, histórico de vistorias anteriores e análise de relatórios de monitoramento encaminhados pelas Concessionárias.

As principais obras em andamento acompanhadas pela ANTT são: TLSA - Ferrovia Nova Transnordestina, que ligará o interior do Piauí aos Portos de Suape em Pernambuco e de Pecém no Ceará; FIOLE - Ferrovia de Integração Oeste Leste, que interligará o oeste baiano ao Porto de Ilhéus na Bahia; FNS - Ferrovia Norte Sul, interligando Palmas no Tocantins a Estrela d'Oeste em São Paulo e; EFC - Estrada de Ferro Carajás - Duplicação da linha existente.

Em 2018, foram realizadas 4 vistorias em obras de implantação de projetos de infraestrutura ferroviária acompanhados pela ANTT.

Sistema de análise de custos ferroviários

Encontra-se em fase de desenvolvimento o Sistema de Cálculo de Custos Referenciais de Investimento Ferroviários - SICFER, mediante contrato celebrado com a Fundação Getúlio Vargas - FGV.

O sistema tem o objetivo de subsidiar a definição dos valores de investimentos a serem feitos na malha ferroviária, seja no âmbito das Concessões existentes, cobertas pela Resolução nº 2.695/2008, seja no âmbito dos investimentos decorrentes das repactuações dos contratos.

Em 30/04/2018, encerrou-se o Contrato nº 086/2014, sendo desenvolvidas as seguintes atividades:

- O SICFER concluiu 2.336 (duas mil, trezentos e trinta e seis) composições, sendo revisadas 904 (novecentos e quatro) composições do antigo SICFER, e criadas 1.432 (um mil, quatrocentos e trinta e duas) novas composições;
- Foram pesquisados, bimestralmente, um total de 973 (novecentos e setenta e três) insumos referentes às composições desenvolvidas no SICFER, sendo 918 com preço e 55 sem preço;
- Cálculo dos índices ferroviários referentes aos meses desde março de 2016 até o final de 2017;
- Desenvolvimento de 3 estudos especiais afetos ao SICFER.

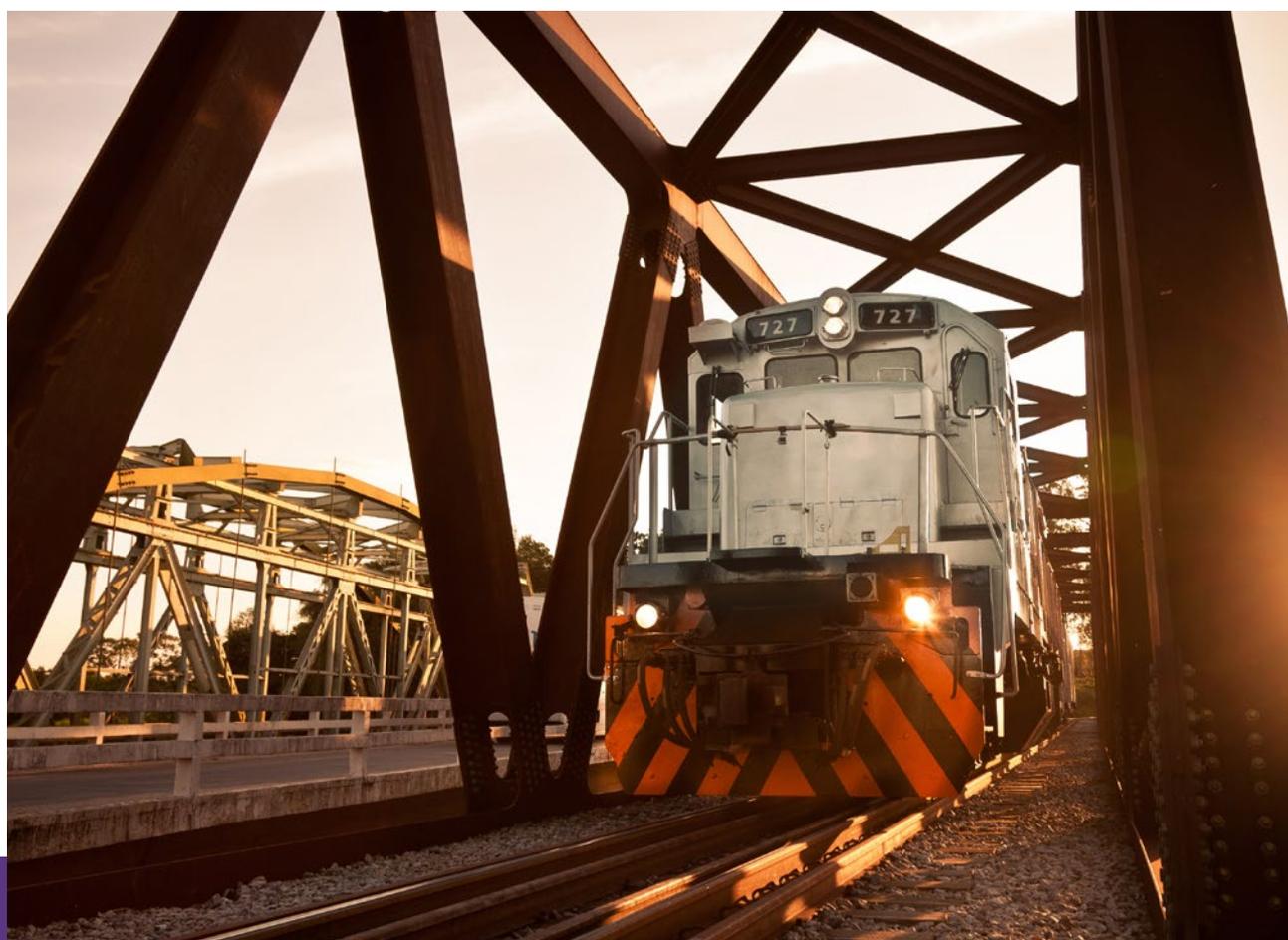
Em 30/10/2018, foi assinado novo contrato para manutenção do SICFER, o contrato nº 029/2018, no âmbito do qual foram desenvolvidas as seguintes atividades, ainda em 2018:

- Início das atividades de manutenção das composições unitárias de custo do SICFER;
- Continuidade das pesquisas de preços referenciais;
- Início do desenvolvimento de mais um estudo especial;
- Continuidade dos trabalhos de desenvolvimento dos índices ferroviários;
- Início dos ajustes de todo o SICFER para submissão à consulta pública.

Tanto a submissão à consulta pública, quanto a publicação e homologação do SICFER estão previstas para 2019.

Processo administrativo para apuração de infração

Em 2018, foram julgados 169 Processos Administrativos Simplificados com decisão de 1ª instância. Em relação à decisão de 2ª instância, foram julgados 44 Processos Administrativos.



TRANSPORTE DE CARGAS

Embora com um enorme potencial multimodal, o Brasil é um país essencialmente terrestre e rodoviário, com uma malha viária de 1,7 milhão de quilômetros de rodovias, entre federais, estaduais e municipais (pavimentadas e não-pavimentadas). A malha federal é composta por cerca de 76 mil quilômetros.



4,5% do PIB brasileiro corresponde ao transporte rodoviário de cargas



+ DE 126 MIL empresas cadastradas na ANTT



em 2018, os 4,5% do PIB totalizou **R\$1,693 TRILHÃO**



1,17 MILHÃO de veículos de carga



5,8 MILHÕES de empregos formais são gerados pelo setor



99,9% dos municípios brasileiros são atingidos

As metas de cargas são compostas pelas fiscalizações de Transporte e de Trânsito. Como a ordem de grandeza das duas fiscalizações são ímpares, optou-se por qualificá-las em tabelas diferentes, o que não interfere de forma significativa quando apresentadas numa única tabela.

Fiscalização de Transporte Rodoviário de Cargas

A Fiscalização de Transporte Rodoviário de Cargas - TRC envolve o Registro Nacional dos Transportadores Rodoviários de Cargas - RNTRC, o Pagamento Eletrônico de Frete-PEF, o Vale-Pedágio Obrigatório-VP, o Transporte Rodoviário Internacional de Cargas -TRIC e o Transporte Rodoviário de Produtos Perigosos - TRPP.

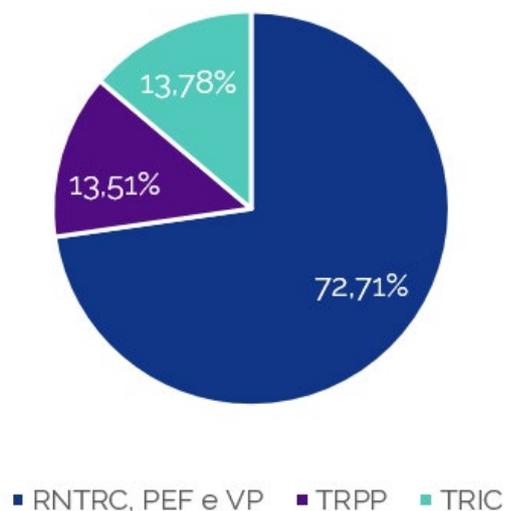
No ano de 2018, foram fiscalizadas 125.993 operações de Transporte Rodoviário de Cargas (TRC). O resultado obtido representa execução de 125,23% da meta para o período (100.612).

Fiscalização dos serviços de transporte rodoviário de cargas

Previsto	Realizado	Grau de execução
100.612	125.993	125,23%
Autos de infração: 43.014		

Das fiscalizações de TRC realizadas, 91.610 (72,71%) representam as de RNTRC, PEF e VP, 17.362 (13,78%) de TRPP e 17.021 (13,51%) de TRIC. Segue abaixo gráfico de distribuição das fiscalizações:

Fiscalizações de TRC



Registro Nacional de Transportadores Rodoviários de Cargas – RNTRC

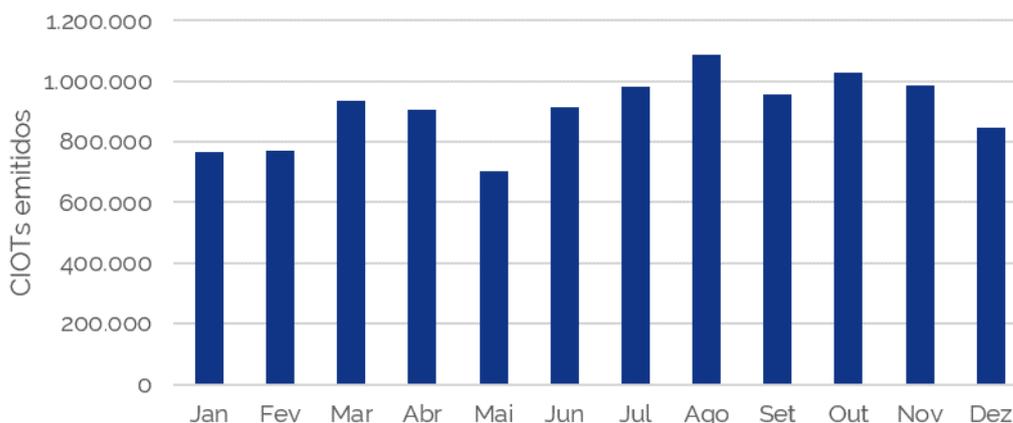
Ao final de 2018, encontravam-se regularmente inscritos no RNTRC 690.196 transportadores, sendo que desse número, 521.652 são relativos a profissionais autônomos, 168.192 empresas e 352 cooperativas, com uma frota total de 1.902.901 veículos.

A saber, para exercer a atividade econômica do Transporte Rodoviário Remunerado de Cargas, faz-se necessária a prévia inscrição do interessado no Registro Nacional de Transportadores Rodoviários de Carga – RNTRC, conforme previsto nas Leis nº 10.233/2001 e nº 11.442/2007 e regulamentado pela Resolução ANTT nº 4.799/2015.

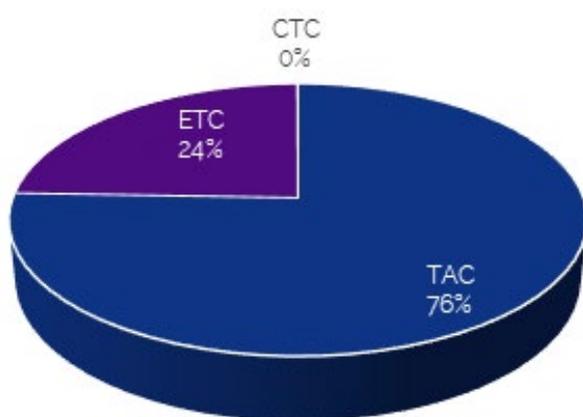
Pagamento Eletrônico de Frete – PEF

O Pagamento Eletrônico de Frete (PEF) visa formalizar o relacionamento entre embarcadores e transportadores rodoviários de cargas, tendo como foco os transportadores autônomos, as empresas de transporte rodoviário com até três veículos e as cooperativas cadastradas no RNTRC. Em 2018, 24 empresas estavam habilitadas como administradoras de meios de Pagamento Eletrônico de Frete. Quanto às operações de transporte, 10.885.293 foram cadastradas entre janeiro e dezembro de 2018.

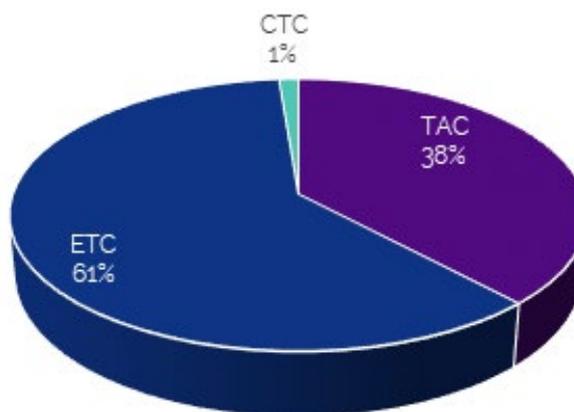
Operações de transporte registradas por mês



Registros



Veículos



Vale-Pedágio Obrigatório

Instituído pela Lei nº 10.209, de 23 de março de 2001, o Vale-Pedágio Obrigatório foi criado com o principal objetivo de atender a uma das mais importantes reivindicações dos caminhoneiros autônomos de desoneração do transportador do pagamento do pedágio. Por este dispositivo legal, os embarcadores ou equiparados, passaram a ser responsáveis pelo pagamento antecipado do pedágio, e fornecimento do respectivo comprovante, ao transportador rodoviário.

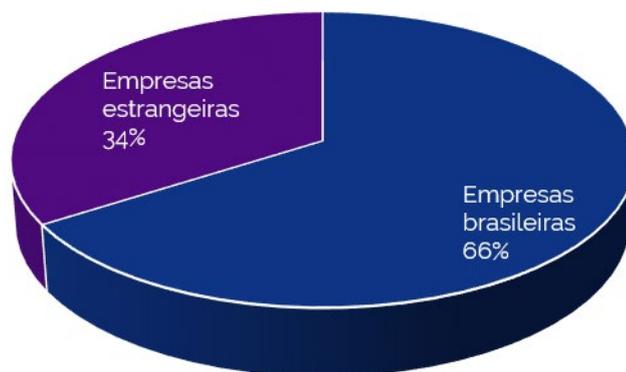
Com relação ao fornecimento do Vale-Pedágio obrigatório, 14 empresas estão habilitadas a fornecer os modelos, que devem ser aceitos em todas as praças de pedágio.

Transporte Rodoviário Internacional De Cargas – TRIC

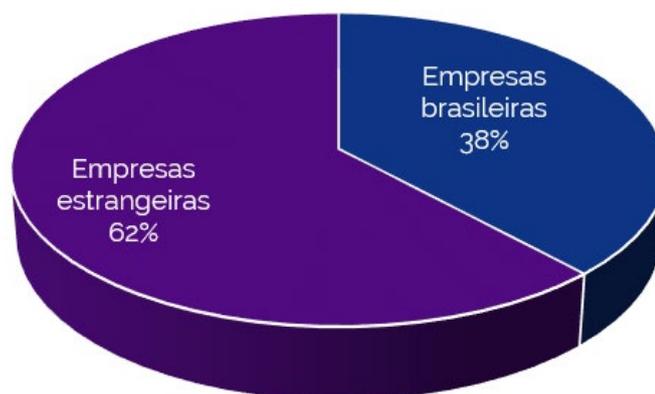
A modalidade de Transporte Rodoviário Internacional de Cargas - TRIC é operada com base no Acordo sobre Transporte Internacional Terrestre (ATIT) de que trata o Decreto nº 99.704, de 20 de novembro de 1990, em que foram definidas as normas para execução do serviço.

Em 2018, foram concedidas 316 Licenças (habilitações e renovações) a empresas brasileiras e 163 Licenças (habilitações e renovações) a empresas estrangeiras. Ao final, eram 754 empresas brasileiras autorizadas a transportar para território estrangeiro e 1.226 empresas estrangeiras autorizadas a transportar para o Brasil, com uma frota de 58.953 veículos brasileiros e 50.035 veículos estrangeiros.

Licenças emitidas em 2018



Total de empresas TRIC



Transporte Rodoviário de Produtos Perigosos – TRPP

Em 2018, foram fiscalizadas 17.362 operações de transporte quando da prestação do TRPP. A fiscalização do TRPP compete à ANTT, sem prejuízo das autoridades com circunscrição sobre a via por onde transite o transportador e pode ocorrer em todo o território nacional.

Fiscalização dos Serviços de Transporte Rodoviário de Cargas – Trânsito

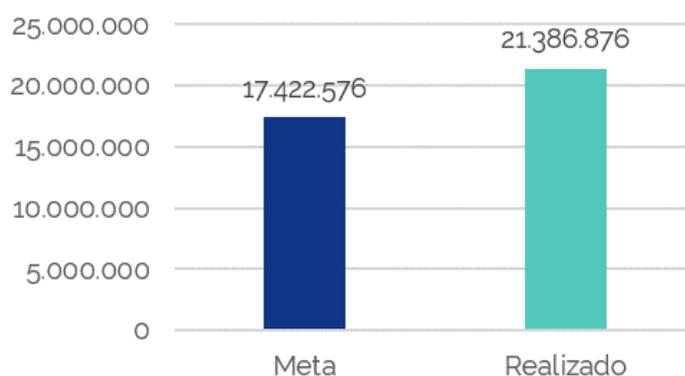
Operações de transporte registradas por mês

Previsto	Realizado	Grau de execução
17.422.576	17.422.576	17.422.576
Autos de infração: 190.094		

Fiscalização do Excesso de Peso - EP

Durante o ano de 2018, foram fiscalizadas 21.386.876 operações de trânsito, que se referem à verificação do Excesso de Peso (EP), sendo 21.380.339 (97,97%) operações de trânsito em balanças fixas, 2.575 em balanças móveis (0,01%) e 3.962 (0,02%) de verificação de excesso de peso por documento fiscal (EPNF). O valor total corresponde a 122,75% da meta estabelecida (17.422.576).

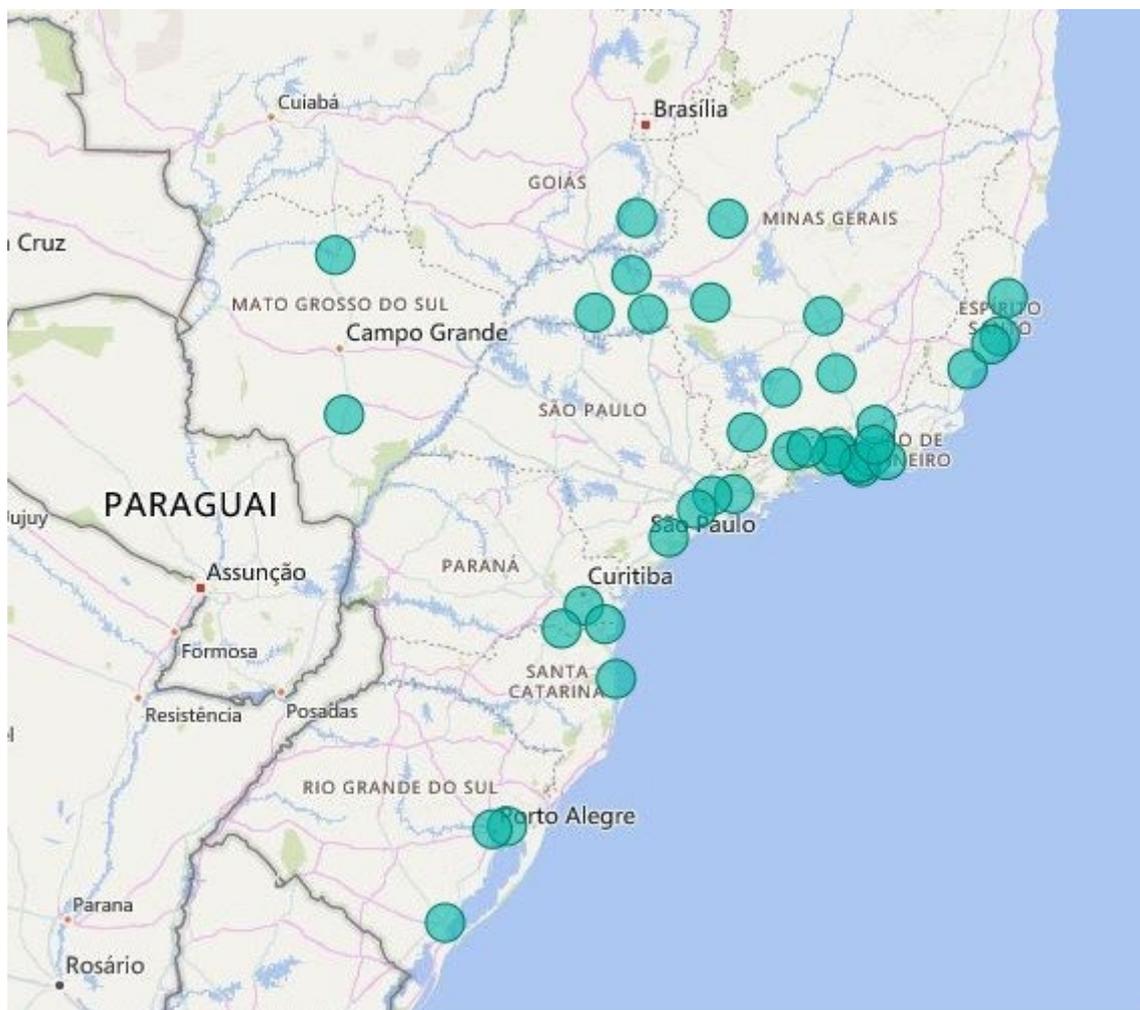
Fiscalizações de trânsito (excesso de peso)



A fiscalização do excesso de peso representa ferramenta potencial para preservação das condições estruturais das rodovias federais concedidas, além de contribuir fortemente para o acréscimo da segurança no trânsito.

Segue a figura com as localidades dos postos de pesagem sob a responsabilidade da ANTT:

Mapa com a localização dos postos de pesagem veicular



Fiscalização Eletrônica do Transporte Rodoviário

Manutenção e operação do sistema de fiscalização eletrônica do transporte rodoviário

Previsto	Instalados	Grau de execução
55 pontos	55 pontos	100%
Autos de infração: 1.285		

Em 2018, o sistema foi mantido e foi concluída a instalação dos 55 pontos de fiscalização eletrônica (Canal Verde) previstos. Foram registradas 32.781.364 leituras pelos pontos de fiscalização.

Abaixo é apresentada tabela dos locais onde estão instalados os pontos de leitura da fiscalização eletrônica.

Tabela de localização dos pontos de fiscalização eletrônica

Nº	Município/UF	UF
1	FEIRA DE SANTANA	BA
2	MILAGRES	BA
3	VITORIA DA CONQUISTA (NORTE)	BA
4	VITORIA DA CONQUISTA (SUL)	BA
5	PLANALTINA - DF (SUL)	DF
6	AGUAS LINDAS BR 070	DF
7	PLANALTINA - DF (NORTE)	DF
8	GOIANÁPOLIS (SUL)	GO
9	PROFESSOR JAMIL	GO
10	ITUMBIARA	GO
11	CRISTALINA	GO
12	GOIANÁPOLIS (NORTE)	GO
13	GOIÂNIA (NORTE)	GO

Nº	Município/UF	UF
13	GOIÂNIA (NORTE)	GO
14	GOIÂNIA (SUL)	GO
15	TERMINAL RODOVIÁRIO GOIÂNIA - AV GOIÁS	GO
16	TERMINAL RODOVIÁRIO GOIÂNIA - RUA 44	GO
17	SÃO SEBASTIÃO BELA VISTA	MG
18	COMENDADOR GOMES	MG
19	UBERABA (LESTE)	MG
20	ARAGUARI (NORTE)	MG
21	ARAGUARI (SUL)	MG
22	FLORESTAL	MG
23	DELTA	MG
24	BARBACENA (SUL)	MG
25	BARBACENA (NORTE)	MG
26	CAPIM BRANCO	MG
27	PARANAÍBA	MS
28	ALTO GARÇAS	MT

Nº	Município/UF	UF
29	RONDONÓPOLIS	MT
30	RIO NEGRO - CAMPO TENENTE	PR
31	SÃO JOSÉ DOS PINHAIS (NORTE)	PR
32	SÃO JOSE DOS PINHAIS (SUL)	PR
33	SÃO JOSÉ DOS PINHAIS (RODOANEL)	PR
34	BARRA DO PIRAÍ	RJ
35	SEROPÉDICA (NORTE)	RJ
36	SEROPÉDICA (SUL)	RJ
37	RIO GRANDE	RS
38	CAPÃO ALTO	SC
39	PASSO DE TORRES	SC
40	GARUVA (NORTE)	SC
41	GARUVA (SUL)	SC
42	PORTO BELO	SC
43	TIJUCAS	SC
44	ITAPECIRICA DA SERRA	SP

Nº	Município/UF	UF
45	MIRACATU (NORTE)	SP
46	ARUJA (SUL)	SP
47	JACAREÍ (NORTE)	SP
48	ROSEIRA SUL	SP
49	ROSEIRA NORTE	SP
50	VARGEM (NORTE)	SP
51	VARGEM (SUL)	SP
52	MAIRIPORÄ (NORTE)	SP
53	MAIRIPORÄ (SUL)	SP
54	CUBATÃO (NORTE)	SP
55	CUBATÃO (SUL)	SP

Operador de Transporte Multimodal e de Cargas - OTM

O OTM é a pessoa jurídica contratada como principal para a realização do Transporte Multimodal de Cargas da origem até o destino, por meios próprios ou por intermédio de terceiros. O exercício de sua atividade depende de prévia habilitação na Agência Nacional de Transportes Terrestres. Em consonância à Resolução ANTT nº 794/2004, ao longo de 2018, foram concedidas 82 habilitações, recadastrados 7 operadores e canceladas 3 habilitações, totalizando 615 habilitados como Operadores de Transporte Multimodal – OTM. Destes, 6 (seis) são empresas estrangeiras.

TRANSPORTE DE PASSAGEIROS

O transporte interestadual e internacional de passageiros no Brasil é um serviço público essencial regulado pela ANTT. Nos municípios, são as prefeituras que cuidam do transporte urbano, enquanto os governos estaduais administram as linhas intermunicipais no âmbito de cada UF.

A ANTT é responsável pela concessão do registro e autorização para o funcionamento das empresas que realizam os serviços de fretamento e pela autorização do transporte internacional de temporada turística. Dessa forma, quando o assunto é o estabelecimento de normas e a fiscalização do transporte interestadual e internacional de passageiros, inclusive no tocante às gratuidades previstas em lei, a ANTT é a agência responsável pela matéria.



2.647 linhas regulares de transporte interestadual e internacional de passageiros



196 empresas permissionárias



131,5 MILHÕES de pessoas transportadas anualmente



13.907 ônibus na frota

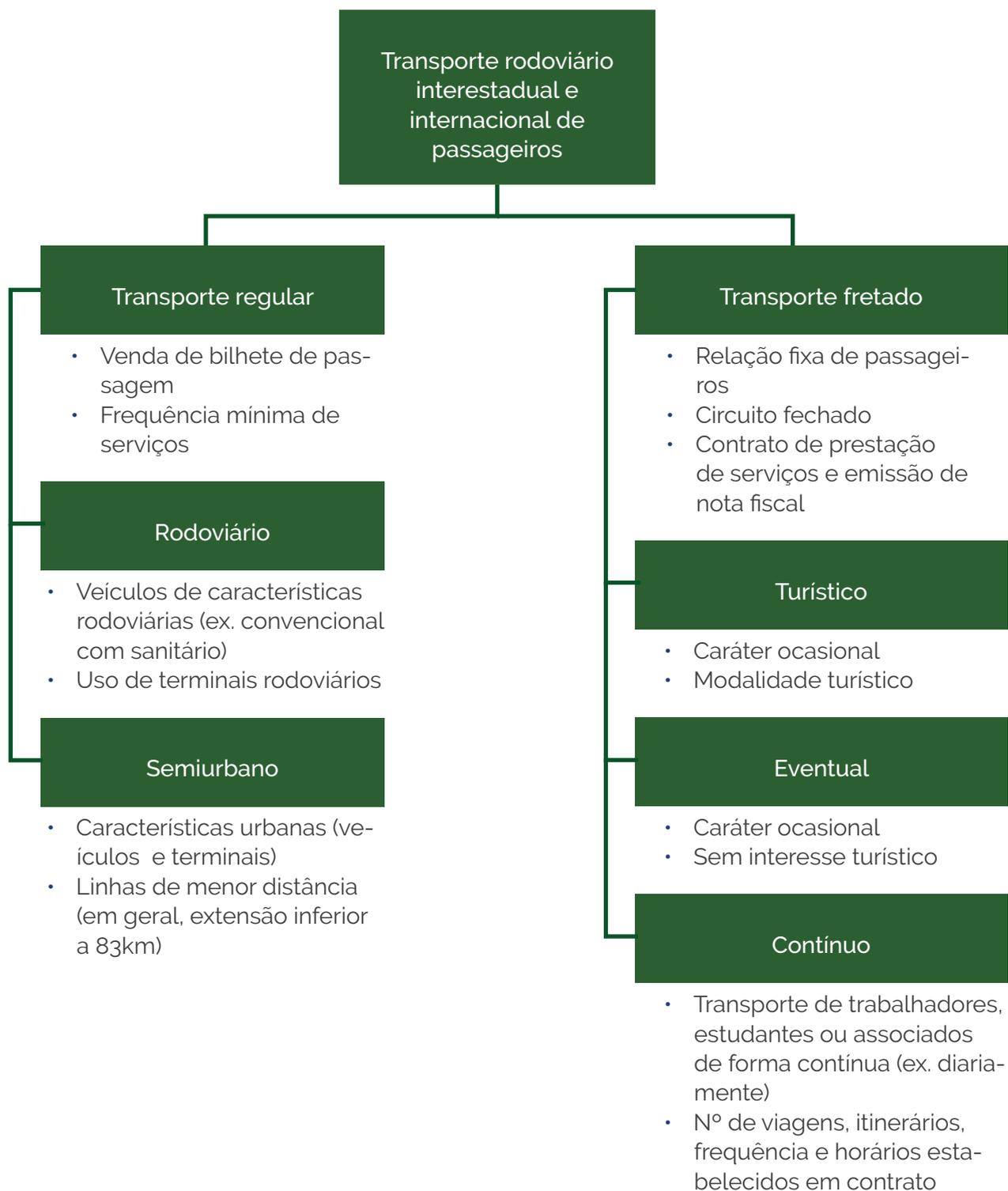
4 MILHÕES E 1 MILHÃO de passageiros deficientes e idosos se beneficiam da gratuidade prevista em lei

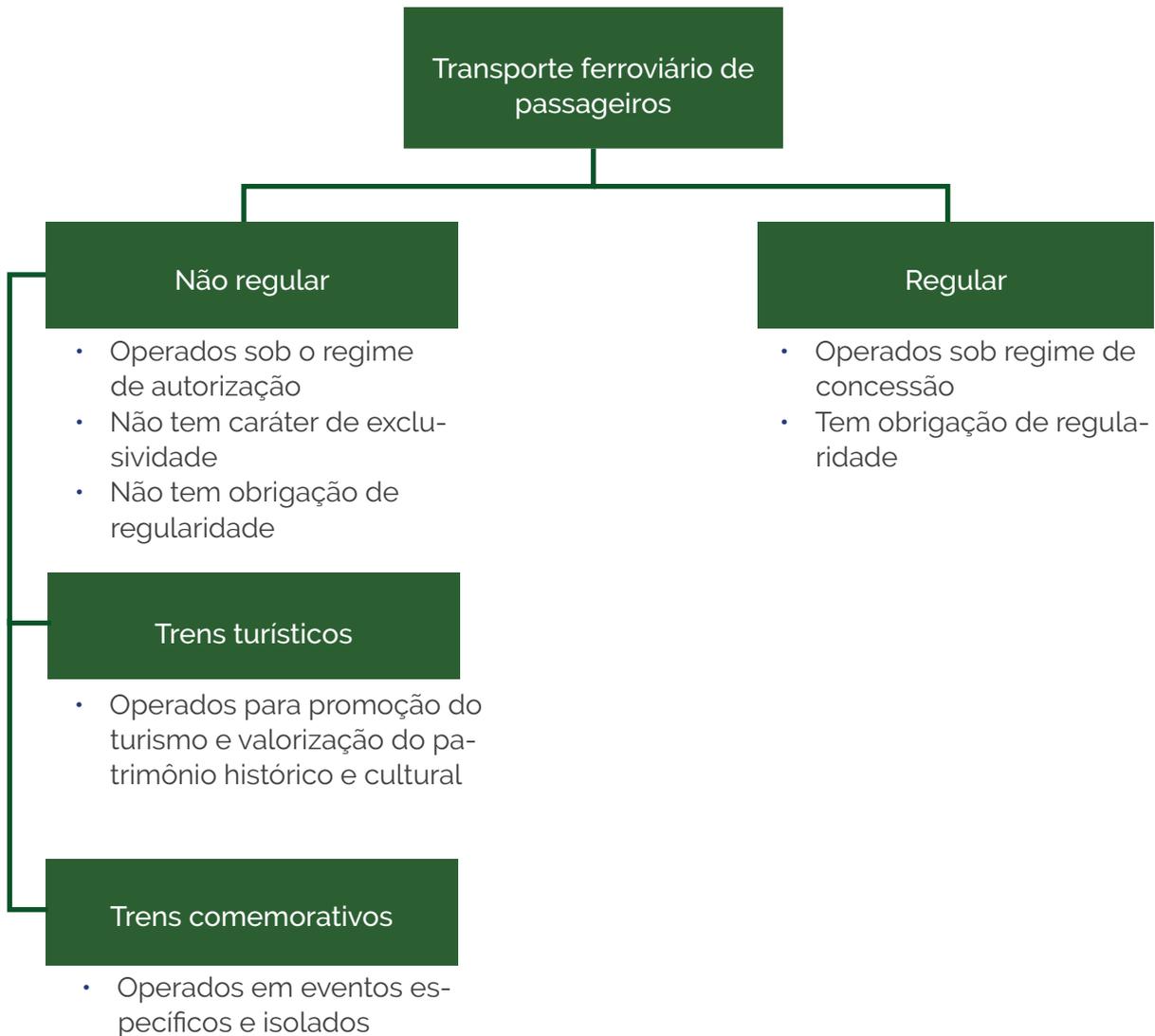


21.913 motoristas empregados



Os serviços de transporte rodoviário e ferroviário de passageiros são classificados conforme esquema a seguir:





Outorga

De acordo com o art. 13 e 14 da Lei nº 10.233/2001, a delegação dos serviços de transporte rodoviário interestadual e internacional de passageiros será realizada mediante os seguintes instrumentos:

- Permissão – transporte terrestre coletivo interestadual semiurbano de passageiros;
- Autorização – transporte rodoviário coletivo regular interestadual e internacional de passageiros e transporte rodoviário de passageiros realizado em regime de fretamento.

Ademais, o art. 49 da Lei nº 10.233/2001, disciplina que é facultado à Agência autorizar a prestação de serviços de transporte sujeitos a outras formas de outorga, em caráter especial e de emergência.

Permissão

Em 2018, não houve delegações por meio de permissões.

As outorgas de serviços de transporte terrestre coletivo interestadual semiurbano de passageiros são iniciativas estratégicas da ANTT e as atividades desenvolvidas estão detalhadas a seguir:

Outorga do serviço de transporte rodoviário semiurbano interestadual de passageiros entre o DF e seu Entorno.

Os estudos que tratam o novo Plano de Outorgas para linhas urbanas do DF e as linhas semiurbanas que circulam entre o DF e seu entorno foram aprovados na íntegra pela Diretoria da ANTT por meio da Deliberação nº 20, de 17 de janeiro de 2018, sendo, em seguida, encaminhado para o então Ministério dos Transportes, Portos e Aviação Civil para análise e aprovação.

Importante ressaltar que na análise dos estudos preliminares de integração, foram apontadas pelo DFTRANS inúmeras dificuldades para efetuar a integração dos serviços de transporte, concluindo que é necessária a integração. Entretanto, dadas as condições de infraestrutura atuais, somente se mostraria viável em algumas ligações, fazendo-se necessária a articulação interinstitucional com as entidades e órgãos envolvidos no processo de integração dos serviços.

Autorização

Transporte rodoviário regular

A prestação do serviço regular de transporte rodoviário coletivo interestadual e internacional de passageiros exige a habilitação da empresa para obtenção do Termo de Autorização de Serviços Regulares (TAR). Em 2018, 39 empresas foram autorizadas, pela ANTT, a prestar o serviço regular de transporte rodoviário coletivo interestadual e internacional de passageiros, sob o regime de autorização.

Transporte rodoviário em regime de fretamento

Os serviços realizados em regime de fretamento exigem a habilitação das empresas para obtenção do Termo de Autorização de Fretamento (TAF). Em 2018, 1.242 empresas foram autorizadas, pela ANTT, a prestar o serviço de transporte rodoviário coletivo interestadual e internacional de passageiros realizado em regime de fretamento.

Autorização Especial

A Autorização Especial está prevista no art. 49 da Lei nº 10.233/01, para operar serviços rodoviário e semiurbano de passageiros. Trata-se de pedidos administrativos, protocolados pelas empresas, em que solicitam autorização administrativa, na forma do referido artigo, para operar serviços rodoviário e semiurbano de passageiros. No ano de 2018, não foi emitida nenhuma autorização do tipo Especial.

Transporte ferroviário de passageiros

Com relação à prestação do serviço de transporte ferroviário de passageiros de caráter regular, 3 serviços permaneceram em operação em 2018, conforme descrito no quadro, a seguir:

Serviços de transporte ferroviário de passageiros de caráter regular

Operadora/ Concessionária	Trecho	UF	Extensão (Km)
VALE S.A.	Parauapebas/São Luis – Estrada de Ferro Carajás - EFC	PA/MA	892
VALE S.A.	Vitória/Belo Horizonte – Estrada de Ferro Vitória-Minas - EFVM	ES/MG	664
Esfeco Administração Ltda.	Corcovado – Cosme Velho	RJ	3,8

A figura, a seguir, mostra a localização do transporte ferroviário de passageiros de caráter regular no Brasil:

Transporte ferroviário de passageiros de caráter regular



No período de 2004 a 2018, foram autorizados pela ANTT 23 serviços de transporte ferroviário de passageiros com finalidade turística, dentre os quais, 13 permaneciam em operação em 2018, conforme mostra o quadro a seguir:

Transporte ferroviário de pas

Operadora	Concessionária
Ferrovias Centro Atlântica - FCA	Rede Ferroviária Federal- RFFSA
Associação Brasileira de Preservação Ferroviária - ABPF	
Associação Brasileira de Preservação Ferroviária - ABPF	
VALE S.A.	DNIT
Serra Verde Express Ltda.	Rumo Malha Sul S.A.
Empresa Giordani Ltda.	América Latina Logística do Brasil S.A.
Sociedade Amigos da Locomotiva a Vapor – Museu Ferroviário de Tubarão	Ferrovias Teresa Cristina S.A. - FTC
Associação Brasileira de Preservação Ferroviária - ABPF	América Latina Logística do Brasil S.A.
Associação Brasileira de Preservação Ferroviária - ABPF	América Latina Logística do Brasil S.A.
Associação Brasileira de Preservação Ferroviária - ABPF	MRS Logística S.A.
Associação Brasileira de Preservação Ferroviária - ABPF	
Associação Brasileira de Preservação Ferroviária - ABPF	MRS Logística S.A.
Prefeitura de São José do Rio Preto	Rumo Malha Paulista S.A.

Passageiros de caráter turístico

	Trecho	UF	EXT.Km	RES.	PUBLIC.
	São João Del Rei/Tiradentes	MG	12	468	22/03/2004
	S. Lourenço/Soledade de Minas	MG	10	2.675	28/04/2008
	Passa Quatro/Coronel Fulgêncio	MG	10	2.688	08/05/2008
	Ouro Preto/Mariana	MG	18	4.433	01/10/2014
	Curitiba/Morretes*	PR	74	5.315	22/03/2017
- ALL	Bento Gonçalves/Carlos Barbosa	RS	48	484	05/04/2004
	Tubarão/Imbituba/Urussanga	SC	159	965	25/05/2006
- ALL	Rio Negrinho/Rio Natal	SC	42	1.545 930	04/08/2006 16/11/2018
- ALL	Piratuba/Marcelino Ramos	SC/RS	26	1.583	21/08/2006
	Brás/Mooca	SP	3	1.293	01/02/2006
	Campinas/Jaguariúna e prolongamento	SP	23,5 + 1,5	1.549	04/08/2006
				1.649	10/10/2016
	Guararema/Luis Carlos	SP	5,5	4.688	05/05/2015
	S. José do Rio Preto/Eng. Schmitt	SP	10,5	2.459	05/12/2007

Em 2018, foram autorizados 8 serviços de transporte ferroviário de passageiros com finalidade comemorativa, conforme descrito no quadro a seguir:

Transporte ferroviário de passageiros de caráter turístico

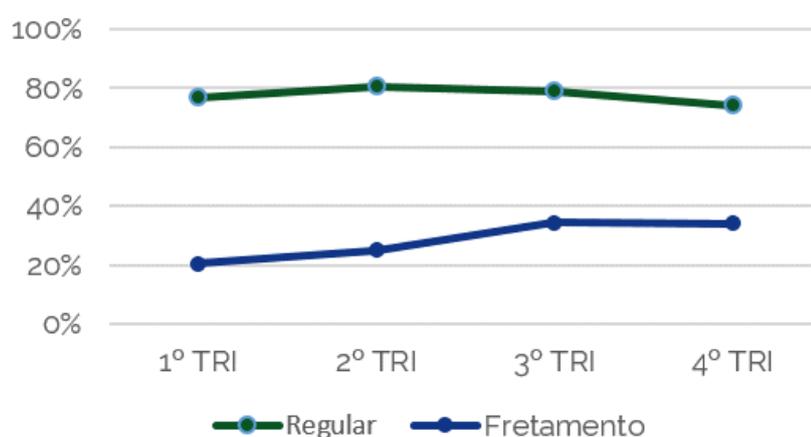
Operadora	Concessionária	Trecho
Companhia Brasileira de Trens Urbanos - CBTU	FTL - Ferrovia Transnordestina Logística S.A.	Pátio de Cinco Pontas/ Cabo de Santo Agostinho (PE)
Companhia Brasileira de Trens Urbanos - CBTU		Campina Grande/ Galante (PB)
Associação Brasileira de Preservação Ferroviária – ABPF – Regional Santa Catarina	Rumo Malha Sul S.A.	Monte Castelo/Estação Minhocão Monte Castelo/Estação Arigolândia
Associação Brasileira de Preservação Ferroviária – ABPF – Regional Santa Catarina	Rumo Malha Sul S.A.	Lapa – Rio da Várzea
Associação Brasileira de Preservação Ferroviária – ABPF – Regional Santa Catarina	Rumo Malha Sul S.A.	Estação Desvio Ribas - Estação Cará-Cará - Estação Guaragi
Associação Brasileira de Preservação Ferroviária – ABPF – Regional Santa Catarina	Rumo Malha Sul S.A.	Vacaria – Capitão Ritter
Associação Brasileira de Preservação Ferroviária – ABPF – Regional Santa Catarina	Rumo Malha Sul S.A.	Lages - Berlande
Associação Brasileira de Preservação Ferroviária – ABPF	MRS Logística S.A.	Guararema – César de Souza

Implantação do Monitriip

A especificação do sistema automatizado de coleta de informações se deu por meio da Resolução ANTT nº 4.499, de 28 de novembro de 2014, a qual define o tipo, a estruturação, a coleta, o armazenamento, a disponibilização e o envio dos dados coletados pelo Sistema de Monitoramento do Transporte Rodoviário Interestadual e Internacional Coletivo de Passageiros.

A transmissão dos dados do Monitriip é obrigatória para todos os operadores do serviço regular e do serviço de fretamento. O gráfico, a seguir, apresenta a evolução do percentual de empresas que encaminharam seus dados ao longo de 2018.

Evolução do percentual de empresas que encaminharam seus dados em 2018



Fonte: SUPAS/ANTT

Reajuste Tarifário

Em 2018, efetuou-se o reajuste tarifário dos serviços regidos pelo contrato de permissão nº 01/2015, celebrado com a empresa Taguatur - Taguatinga Transporte e Turismo Ltda. que opera serviço de transporte público semiurbano de passageiros no DF e entorno, por meio da Resolução nº 5.733/2018, de 15/02/2018 (publicada em 16/02/2018).

Foi realizado o Reajuste Tarifário dos serviços semiurbanos operados no regime de autorização especial, por meio da Resolução nº 5.732/2018, de 15/02/2018, e dos serviços rodoviários interestaduais de passageiros, por meio da Resolução nº 5.826/2018, publicada em 02/07/2018.

Serviços Internacionais

Para prestação de serviços de transporte rodoviário internacional de passageiros é condição essencial o estabelecimento de acordo entre os países. Atualmente, o Brasil possui 8 acordos bilaterais assinados com os seguintes países:

- República da Argentina, Estado Plurinacional de Bolívia, República do Chile, República do Paraguai, República do Peru e República do Uruguai, firmados por meio do Decreto nº 99.704, de 20 de novembro de 1990;

- República Bolivariana da Venezuela, firmado por meio do Decreto nº 2.975, de 1º de março de 1999; e
- República Cooperativista da Guiana, firmado por meio do Decreto nº 5.561, de 10 de outubro de 2005.

Além desses, existem ainda os acordos fronteiriços considerados instrumentos necessários para a cooperação e desenvolvimento das regiões ao longo da fronteira em comum, considerando o trabalho conjunto das autoridades nacionais e municipais dos países signatários.

No ano de 2018 foram realizadas 6 reuniões no âmbito do MERCOSUL, 2 reuniões bilaterais/trilaterais, bem como a XX Reunião da Comissão de Acompanhamento sobre o Acordo sobre Transporte Internacional Terrestre – ATIT.

Transferência de Serviços

A transferência de mercados está prevista no art. nº 51 da Resolução nº 4.770/2015. Conforme regulamentação vigente, permite-se a transferência de mercados de uma empresa cedente para uma empresa receptora, desde que ambas atendam aos requisitos para expedição do Termo de Autorização – TAR e da Licença Operacional – LOP. Segundo a Resolução, um mercado é um par de localidades que caracteriza uma origem e um destino, que será atendido por uma linha (por seção principal ou por seção secundária).

O pedido de transferência é submetido à aprovação da Diretoria Colegiada. Após a transferência, a empresa cedente perde a outorga e o direito de operar o mercado, ou seja, os mercados, objeto de transferência, são retirados de todas as linhas da empresa que o atende.

Em 2018, foram protocolados 28 processos de transferência de mercados, dos quais 20 foram deferidos e 8 indeferidos.

Alterações e Modificações operacionais

Os prestadores de serviço regular de transporte rodoviário interestadual e internacional de passageiros podem solicitar modificações operacionais dos serviços por eles prestados ao ente regulador. Tais modificações incluem:

- Solicitações de implantação e supressão de seção;
- Ajuste de itinerário;
- Implantação e supressão de linha;
- Implantação e supressão de terminal adicional;
- Operação simultânea; realização de viagem direta e semidireta;

- Implantação e supressão de serviço diferenciado;
- Alteração de quadro de horários e alteração de pontos de parada, pontos de apoio e terminais rodoviários,
- Redução de frequência mínima;
- Utilização de veículo de terceiros; e
- Tarifa promocional.

O Quadro abaixo mostra o total de processos analisados, por modal e serviço, incluindo todas as solicitações do setor:

Requerimentos analisados processos rodoviários

Assunto	Processos Rodoviário
Alteração de Itinerário	26
Modificações Operacionais –Implantação/Supressão de Linha / Seção	1.242
Autorização Emergencial	45
Infraestrutura de Apoio	19
Esquema Operacional	373
Operação Simultânea	132
Paralisação de Mercado	39
Quadro de Horário	1.000
Quadro de Tarifa	30
Redução de Frequência Mínima	33

Assunto	Processos Rodoviário
Tarifa Promocional	18
Terminal Adicional	109
Terminal Rodoviário	5
Atestado de Capacidade Técnica	110
LOP – outorga de mercado	229
Transferência de mercado	246*
Serviço internacional (frota, licença complementar)	130
Viagem Direta / Semidireta	34

* Número total de requerimentos, incluindo ajustes e movimentações internas na Agência. O total de processos de transferências foi de 28.

Requerimentos analisados processos semiurbanos

Assunto	Processos Rodoviário
Requerimentos vinculados ao Contrato de Permissão	110
Requerimentos vinculados ao Convênio de Delegação	6
Requerimentos vinculados ao transporte ferroviário de passageiros	37
Fiscalização Econômica	179
PAS	361

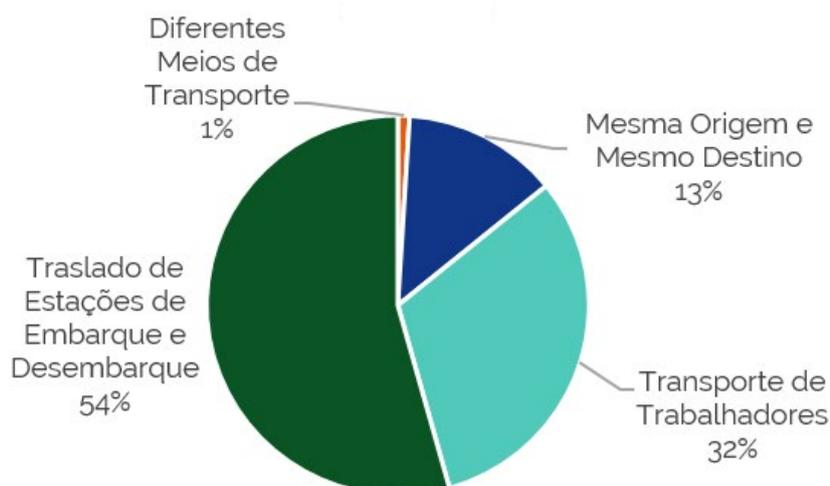
Assunto	Processos Rodoviário
Alterações Esquema Operacional Semiurbano*	565

* Para os serviços semiurbanos, alterações no esquema operacional incluem paralisação de serviços, serviços diferenciados, implantação/supressão de linha, além das alterações no esquema operacional.

Licenças de Viagens (fretamento)

Em relação à modalidade de fretamento contínuo, em 2018, foram realizadas 1.373 análises, fechando o ano com 124 licenças vigentes. Quanto às licenças de viagens especiais (transporte multimodal, de trabalhadores, grupos e traslado) foram emitidas 1.010 licenças em 2018. O gráfico a seguir mostra o detalhamento das licenças de viagem especiais:

Emissão de licenças de viagem especiais (fretamento eventual)



Fonte: SUPAS/ANTT

As licenças de viagem de fretamento eventual são validadas e emitidas pelo Sistema de Autorização de Viagem (SISAUT), sendo que cada viagem requer a emissão de uma licença. Portanto, o número de licenças operacionais de fretamento é equivalente ao número de viagens. A emissão das licenças de viagem é realizada pelas próprias empresas, de forma automática no sistema. No ano de 2018, foram emitidas 308.794 licenças de viagens, sendo 9.673 viagens internacionais.

Fiscalização do Transporte de Passageiros

Fiscalização do transporte rodoviário interestadual e internacional de passageiros – TRIIP

Previsto	Realizado	Grau de execução
157.944	152.160	96,34%
Autos de Infração: 34.807		

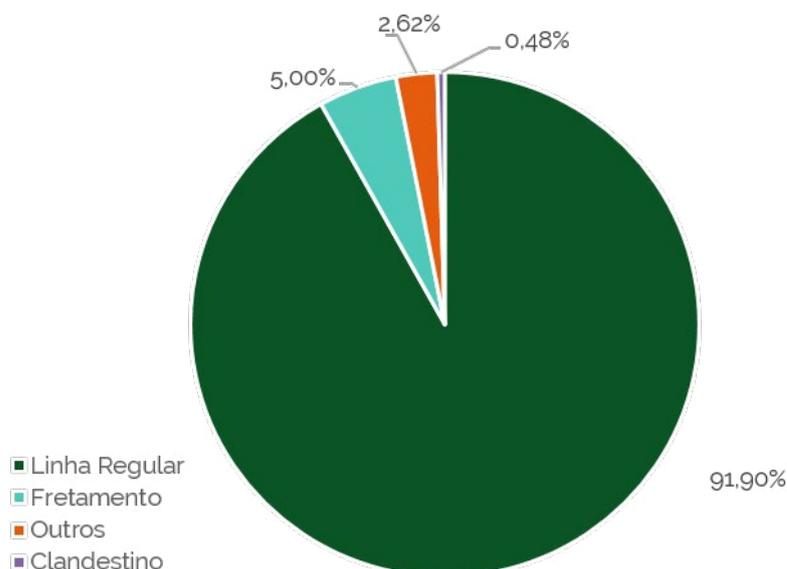
Autos de Infração: 34.807

Como pode ser observado, foram fiscalizadas, no ano de 2018, 152.160 operações de transporte, representando execução de 96,34%, em relação à meta física para o período (157.944 operações de transporte fiscalizadas).

A Fiscalização do Transporte Rodoviário Interestadual e Internacional de Passageiros – TRIIP pode ser dividida em linha regular, fretamento, clandestino e outros não enquadrados nas situações anteriores.

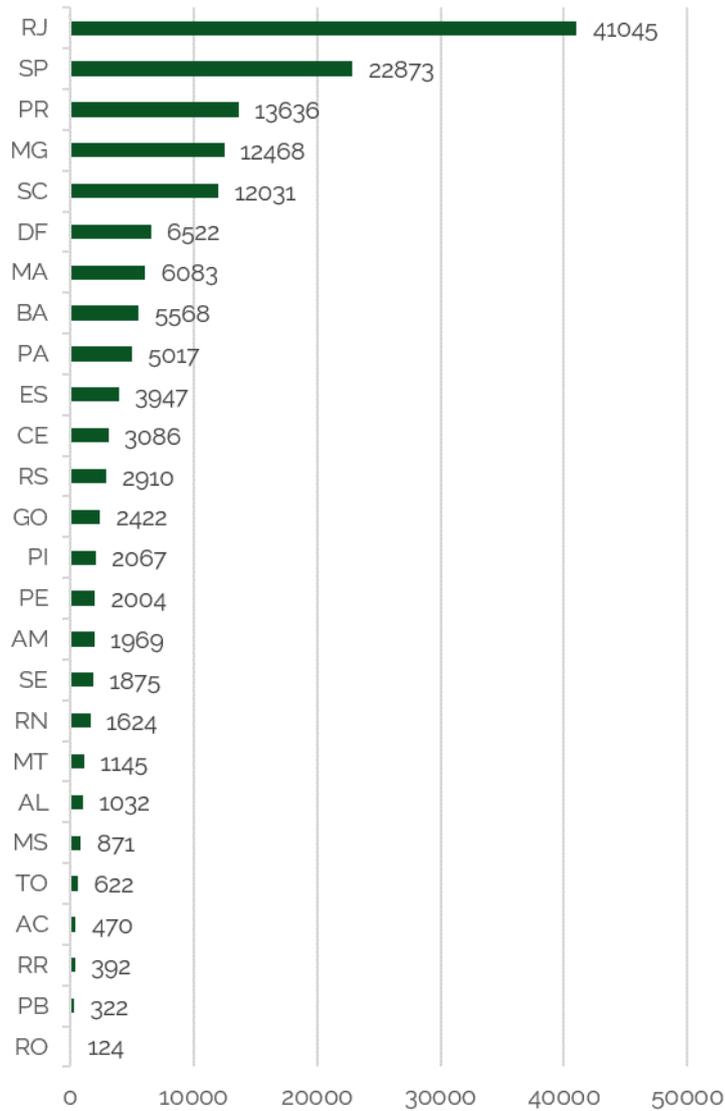
Do total de fiscalizações do TRIIP, 139.835 (91,90%) referem-se às fiscalizações de linha regular, 7.608 (5,0%) ao serviço de Fretamento, 3.986 (2,62%) são de combate ao transporte clandestino e 731 outras (0,48%). Essas fiscalizações resultaram na lavratura de 34.807 autos de infração. Segue o gráfico de distribuição por tipo de serviço:

Fiscalizações por tipo de serviço

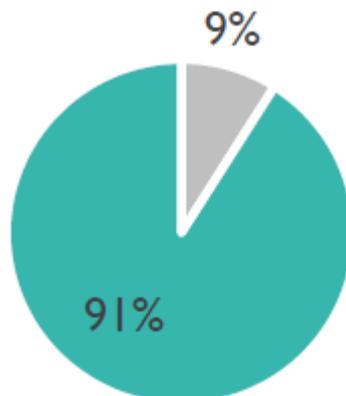


A fiscalização conta com 10 Unidades Regionais (UR) para atuar nas 27 Unidades Federativas. Segue a tabela de distribuição das fiscalizações por UF:

Fiscalizações por UF



Das fiscalizações realizadas, 14.715 (9%) foram de comando e 137.445 (91%) de rotina.



Segue abaixo figura com o mapa das fiscalizações de TRIIP:

Mapa das fiscalizações de transporte rodoviário interestadual e internacional de passageiros



Acompanhamento e Fiscalização Econômico-Financeira

No ano de 2018, foram abertos 26 Processos Administrativos de Gestão (PAG) para fiscalizar os aspectos econômico-financeiros das operadoras dos serviços semiurbanos de passageiros de forma a verificar e garantir a regularidade na prestação dos serviços, subsidiando assim a ANTT na regulação do setor.

A atividade de fiscalização constitui-se basicamente na análise do desempenho econômico-financeiro, a partir das informações constantes nas demonstrações financeiras - inicialmente demandadas a cada operadora, e da verificação do cumprimento das normas em vigor, dentre elas a adoção das determinações da Revisão nº 2 do Manual de Contabilidade do Serviço Público de Transporte Rodoviário Interestadual e Internacional de Passageiros (Resolução nº 3.848/2012) e a manutenção da regularidade junto às Fazendas Públicas federal, estadual e municipal, inclusive quanto aos tributos trabalhistas e previdenciários.

Em 2018, foram instaurados 40 processos administrativos simplificados (PAS) para apuração de irregularidades identificadas relativas às demonstrações financeiras e na comprovação de regularidade fiscal, além de dar continuidade aos processos de exercícios anteriores em andamento.

Fiscalização do Transporte Ferroviário de Passageiros (TFP)

Em relação aos procedimentos de fiscalização do Transporte Ferroviário de Passageiros (TFP), em 2018 foram fiscalizadas 4 operações de transporte.



ESTUDOS E PESQUISAS

No ano de 2018, foram executados os seguintes estudos e projetos no âmbito da ANTT, por meio de Termos de Execução Descentralizada, custeados com recursos destinados a Estudos, Projetos e Planejamento de Infraestrutura de Transportes:

Termo de Execução Descentralizada nº 01/2017:

Assinado com a Universidade Federal de Santa Catarina – UFSC, em 26 de novembro de 2017, e publicado no Diário Oficial da União em 08 de dezembro de 2017, pelo valor de R\$ 6.611.514,00, possui prazo de vigência de 36 meses e prevê a entrega de 8 Relatórios Gerenciais. Tem como objetos:

- Definição de metodologia de cálculo da deterioração do pavimento que se verifica pelo acúmulo de solicitações dos eixos dos veículos de carga ao longo de determinado tempo; o desenvolvimento de modelo matemático, consubstanciado em dados concretos obtidos em campo e baseado na aferição de peso veicular com tecnologia HS-WIM que correlacione, para diferentes pavimentos e classificações veiculares, o dano causado aos pavimentos e o excesso de peso veicular respectivo;
- Estudo mediante a aplicação de testes de campo para definir/validar/atualizar a metodologia aplicada nas rodovias brasileiras federais concedidas para que as vias projetadas suportem “n” passagens de um Eixo Padrão (eixo referencial utilizado para mensurar o dano causado ao pavimento pelos diferentes tipos de eixos e conjuntos de eixos utilizados no transporte de carga e passageiros);
- Definição de metodologia de cálculo da redução do custo operacional das concessionárias de rodovias, em função do aumento do controle do excesso de peso.

Em 2018, foram entregues e pagos os Relatórios Gerenciais RG-01, RG-02 e RG-03, no valor total de R\$ 2.299.250,00. (Sugere-se evidenciar os resultados alcançados com a entrega dos relatórios gerenciais RG01, RG02 e RG03)

Termo de Execução Descentralizada nº 02/2018:

Assinado com a Universidade Federal de Santa Catarina – UFSC, tem como objeto o apoio à ANTT visando “estudos, pesquisa, elaboração de metodologias e apoio ao desenvolvimento de novas aplicações e ampliações no Sistema de Acompanhamento e Fiscalização do Transporte Ferroviário (SAFF) para subsidiar o acompanhamento e fiscalização da prestação de serviços e

da exploração de infraestruturas de transporte ferroviário de cargas, no que concerne ao cumprimento das normas e dos contratos de concessão". Foi assinado em 3 de dezembro de 2018 pelo valor de R\$ 4.340.900,00, com prazo de vigência de 24 meses.

Até o presente momento, o valor despendido foi da ordem de R\$ 564.317,00, referente à parcela inicial, não atrelada à entrega de produto.

Termo de Execução Descentralizada nº 03/2018:

Celebrado entre a ANTT e a Universidade Federal de Santa Catarina – UFSC, representada pelo Laboratório de Transporte e Logística – LabTrans, foi publicado no Diário Oficial da União, em 6 de dezembro de 2018 e está composto por 10 objetos distintos:

- Análise de status da obra da Nova Subida da Serra de Petrópolis-RJ, na BR-040/RJ, em termos de avaliação orçamentária, levantamentos quantitativos, e verificação das técnicas implementadas e sua pertinência quando da elaboração dos Projetos Executivos;
- Análise de projetos do Contorno Sul de Florianópolis, no que tange à execução de túneis e ao seu retraçado (em termos orçamentários e de pertinência de técnicas escolhidas);
- Elaboração de novas regulamentações sobre túneis;
- Avaliação de dados de tráfego de concessionárias com o objetivo de auxiliar as revisões quinquenais dos contratos;
- Levantamento dos custos de canteiro de obras e de administração local, identificando casos que não se adequem à metodologia do Novo SICRO;
- Levantamento dos custos referenciais de obras e serviços de engenharia em concessões rodoviárias;
- Elaboração de metodologia de Gerenciamento de Riscos em obras não previstas no Plano de Exploração Rodoviária – PER;
- Levantamento de custos de Estudos Socioambientais;
- Avaliação de impactos financeiros decorrentes de fechamentos de Praças de Pedágio na rodovia BR-116/RJ;
- Desenvolvimento de soluções simplificadas e de Engenharia para Gestão de Faixa de Domínio, analisando acessos e PGTs.

O contrato foi assinado em dezembro de 2018, em um valor total de R\$ 29.961.900,00, com vigência de 24 meses. A primeira parcela foi repassada em 21 de dezembro de 2018 – data esta que indica o marco zero do TED em questão – no valor de R\$ 9.841.364,00. Está prevista a entrega de seis Relatórios de Acompanhamento – RA quadrimestrais, os quais apresentarão o andamento individual de cada um dos objetos.

Termo de Execução Descentralizada nº 04/2018:

Assinado com a Universidade Federal Fluminense – UFF, tem como objeto o Realinhamento do Planejamento Estratégico da ANTT, para o ciclo 2020-2030, dotando a Agência de um instrumento de planejamento de longo prazo, que direcione a atuação da instituição no sentido de prover melhores resultados para a sociedade. Foi assinado em 26 de dezembro de 2018, pelo valor de R\$ 1.661.640,00, com prazo de vigência de 13 meses, sendo a data final 22 de janeiro de 2020.

Ressalta-se que a Fase I encontra-se em andamento, portanto ainda não foi realizada nenhuma entrega. Por fim, o valor despendido até o presente momento é equivalente a R\$ 361.501,25, correspondente à primeira parcela, não atrelada à entrega de produto.



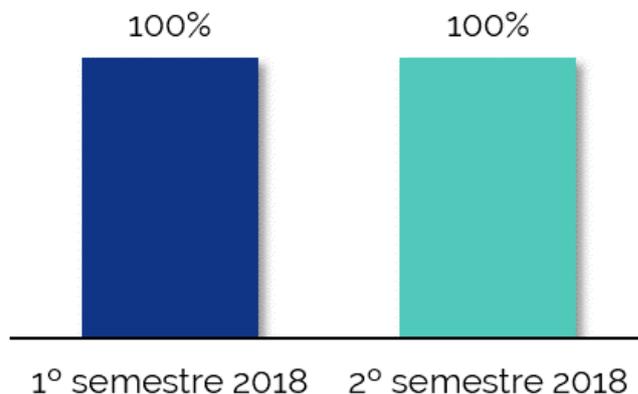
Foto: Reunião do Planejamento Estratégico

GOVERNANÇA REGULATÓRIA

Análise de Impacto Regulatório – AIR

A Análise de Impacto Regulatório – nível 1 é obrigatória para atos normativos regulatórios e alteração ou edição de outorgas por força da Deliberação nº 85, de 23 de março de 2016. Em 2018, foi publicada a Resolução nº 5.810, de 3 de maio de 2018, aprovando o novo Regimento Interno da ANTT. Nele, a AIR foi instituída como instrumento de apoio à tomada de decisão, devendo ser realizada por todas as Superintendências no exercício da elaboração de normas.

O indicador de acompanhamento da realização de AIR no âmbito da Agenda Regulatória, que mede o percentual de projetos finalizados e que contenham AIR, apresentou os resultados da figura a seguir:



O Guia Orientativo e Diretrizes Gerais para elaboração de AIR (iniciado em 2017), elaborado sob a coordenação da SAG/Casa Civil e com a participação de vários órgãos e instituições (entre eles, todas as Agências Reguladoras Federais), foi publicado em junho/2018. A ANTT colaborou com esse trabalho por meio da SUREG, no âmbito do grupo de boas práticas regulatórias.

Agenda Regulatória

A Agenda Regulatória da ANTT consiste em um instrumento que indica os projetos prioritários que podem alterar a prestação de serviços aos usuários ou a atuação do mercado regulado, buscando efetividade, previsibilidade e transparência no cumprimento da missão e dos objetivos estratégicos da Agência.

Em 2018, foi publicada a Revisão Ordinária da Agenda Regulatória ANTT do biênio 2017/2018, por meio da Resolução ANTT nº 5.759, de 28 de fevereiro de 2018, contendo 47 projetos. A Deliberação nº 798, de 2 de outubro de 2018, aprovou a segunda revisão extraordinária deste ins-

trumento de planejamento regulatório, alterando as denominações de dois projetos, retirando quatro e inserindo seis.

Durante o ano de 2018, foram concluídos treze projetos da Agenda que, somados aos sete concluídos em 2017, resultou na conclusão de vinte projetos durante o biênio 2017/2018, representando uma taxa de conclusão de 35,71% (maior valor alcançado desde que a primeira Agenda Regulatória foi instituída na ANTT, em 2011). Todas as informações sobre os projetos da Agenda encontram-se no sítio eletrônico <http://agendaregulatoria.antt.gov.br>.

Ao longo do ano também foram adotados novos procedimentos nos processos de elaboração, acompanhamento e encerramento da Agenda Regulatória, com foco em simplificação administrativa. A consolidação dos novos procedimentos será feita por meio de um novo Manual de Procedimentos da Agenda Regulatória, em elaboração, com previsão de conclusão em 2019.

No segundo semestre, foi iniciado o processo de elaboração da Agenda Regulatória para o biênio 2019/2020, que contou com ampla participação social, por meio da Tomada de Subsídios nº 012/2018 e da Reunião Participativa nº 008/2018 (com sessões presenciais, transmitidas ao vivo pelo canal da ANTT no Youtube), bem como Consulta interna aos servidores e às Unidades Organizacionais. Toda construção e revisão das Agendas Regulatórias da ANTT passam por uma avaliação conforme determinados critérios, dentre os quais destaca-se a aderência ao Mapa Estratégico da Agência.

Processos de Participação e Controle Social

Os processos de participação e controle social são regulamentados pela Resolução nº 5.624, de 21 de dezembro de 2017 que traz, dentre outras, as determinações:

- Relação de documentos que devem ser disponibilizados à sociedade quando da realização de PPCS;
- Previsão da realização de consultas internas;
- Possibilidade de utilização de novas tecnologias para divulgação do PPCS, bem como para recebimento de contribuições; e
- Estabelecimento de prazos adequados para garantir a participação, o controle e a transparência do PPCS.

Em dezembro, iniciou-se a utilização do sistema ParticipANTT, que permite o recebimento de contribuições de forma sistematizada, com publicação em tempo real das sugestões recebidas por meio de sítio eletrônico. Dentro desta premissa de desenvolvimento e efetividade dos meios de participação social, em 2018, foram realizadas 16 Audiências Públicas, 2 Consultas Públicas, 8 Reuniões Participativas e 19 Tomadas de Subsídios.

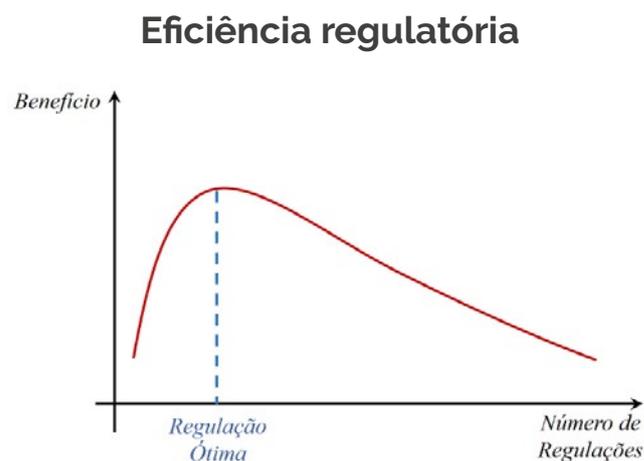
Monitoramento e Avaliação Ex-Post

O projeto de desenvolvimento do processo de monitoramento e avaliação ex-post de normas regulatórias da ANTT busca promover subsídios para a institucionalização de práticas e de metodologias de monitoramento e avaliação que possam fundamentar tecnicamente as ações voltadas à Governança Regulatória, tais como a revisão do estoque regulatório e a simplificação administrativa.

Assim, será possível cumprir, de forma sistematizada, todas as fases previstas em um ciclo regulatório de qualidade, quais sejam: Planejamento (Agenda Regulatória e Análise de Impacto Regulatório), implementação (monitoramento) e redesenho (avaliação ex-post).

Como etapas iniciais, em 2018 foram desenvolvidas as seguintes atividades:

- **Mapeamento dos processos de monitoramento e avaliação das ações regulatórias implementadas:** O objetivo geral foi diagnosticar as ações de monitoramento e avaliação ex-post, focadas tanto na análise monetária quanto em informações internas da Unidade Organizacional - UO da ANTT e, na sequência, propor diretrizes para o aprimoramento ou implantação do processo, caso o procedimento ainda não seja uma prática comum da Unidade. Como resultados gerais, foi possível averiguar, a partir das avaliações realizadas, reduções significativas do fardo regulatório, após a quantificação dos novos atos normativos aprimorados pelas áreas finalísticas, como, por exemplo, os relacionados à Resolução de competência da área de Transporte Rodoviário de Passageiros (Resoluções ANTT nº 1.474/2006 e nº 4.282/2014 e suas alterações.)
- **Revisão do estoque regulatório da ANTT** com o objetivo de atingir o número de normas compatíveis com a regulação ótima, conforme mostra o gráfico de eficiência regulatória abaixo:



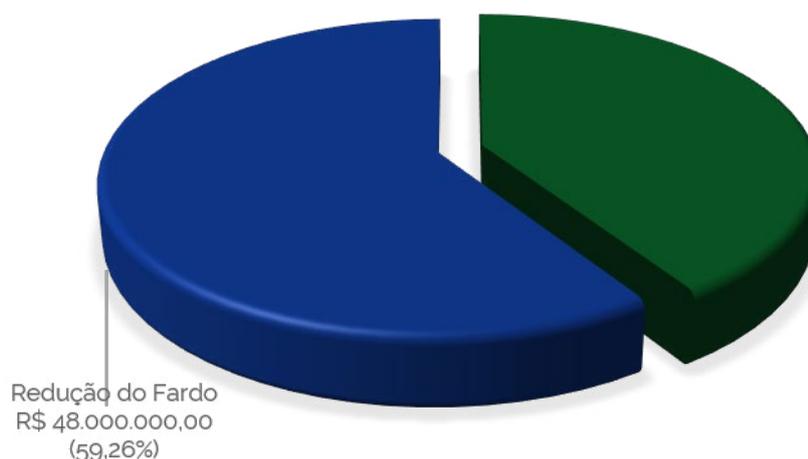
Fonte: Adaptado de SAGPA (2010)

- **Avaliação das consequências da implantação do Sistema de Habilitação de Transporte de Passageiros – SisHAB**, uma ferramenta para registro de empresas, veículos e motoristas que operam os serviços regulares e fretamento. Nesse sentido, foi possível observar que, após sua implantação, houve uma redução do fardo regulatório total que resultou na economia de 74,5 milhões de reais, em um único ano. Fazendo uma previsão

do potencial de redução para um cenário de 5 anos, tem-se aproximadamente R\$ 372,8 milhões de reais - economia que pode ser empregada em outros tipos de atividade para o aprimoramento do setor.

- **Elaboração do Manual de Anuência Prévia em Financiamentos Contratados por Concessionárias de Rodovias e Ferrovias Federais Concedidas**, cujo objetivo é propiciar orientações aos servidores da ANTT no desenvolvimento dos trabalhos de anuência prévia para concessão de garantias em operações financeiras, bem como, fornecer transparência às concessionárias de rodovia e ferrovia federais concedidas, quanto à análise para a anuência em financiamentos. Estima-se que a redução do fardo provocará uma economia de aproximadamente R\$ 48.000.000,00 (quarenta e oito milhões de reais) - devido à segurança jurídica e à correta alocação de riscos decorrentes da racionalização e padronização das análises de anuência prévia, em consonância com o objetivo de reduzir o fardo regulatório imposto ao setor privado, conforme gráfico abaixo:

Fardo regulatório total



Defesa da Concorrência e Monitoramento de Mercado

Cumprindo com as suas atribuições, a ANTT realizou uma série de análises de cunho concorrencial em operações pretendidas pelas empresas reguladas e que geralmente dependem de anuência prévia da Agência para a sua efetivação, por força de contrato ou mesmo de Lei.

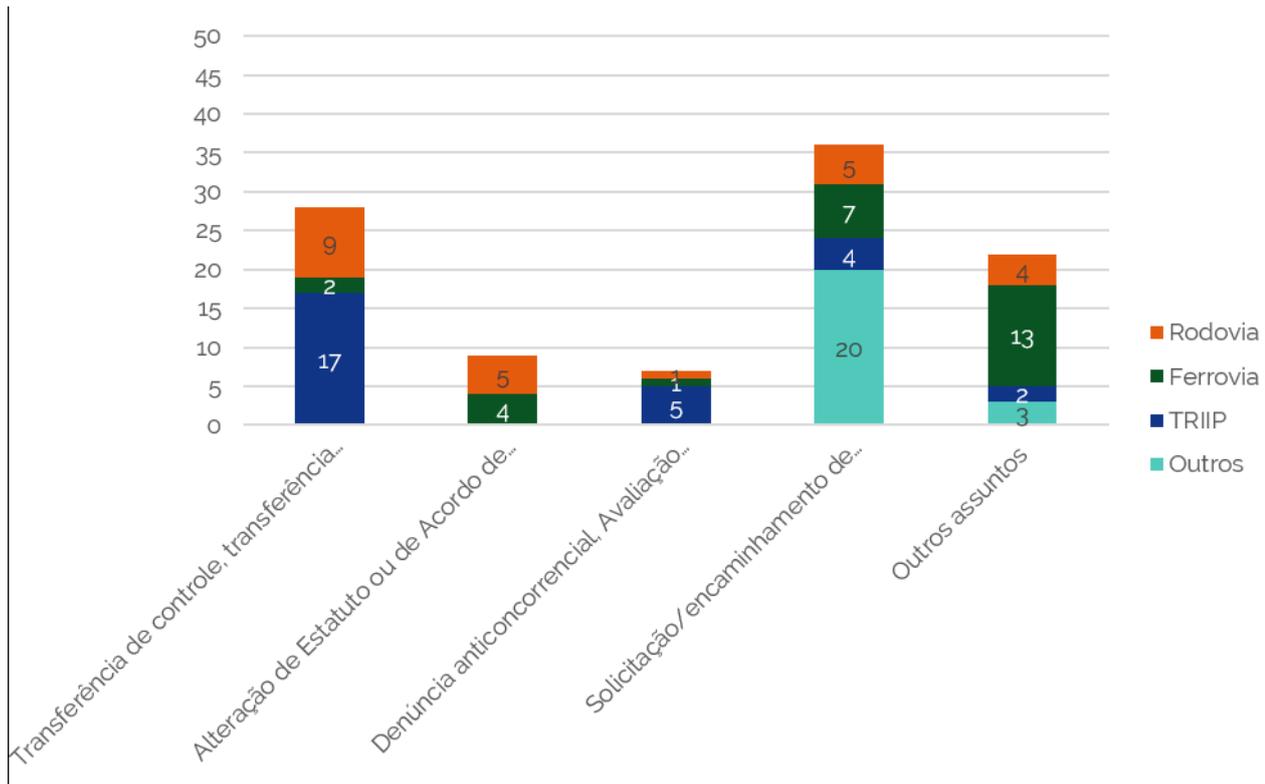
As principais análises realizadas nesse sentido são em operações que envolvem:

- Transferência de controle societário;
- Transferência de serviços (mercados no setor de TRIIP);
- Reestruturação Societária;
- Alteração de Acordo de Acionistas; e

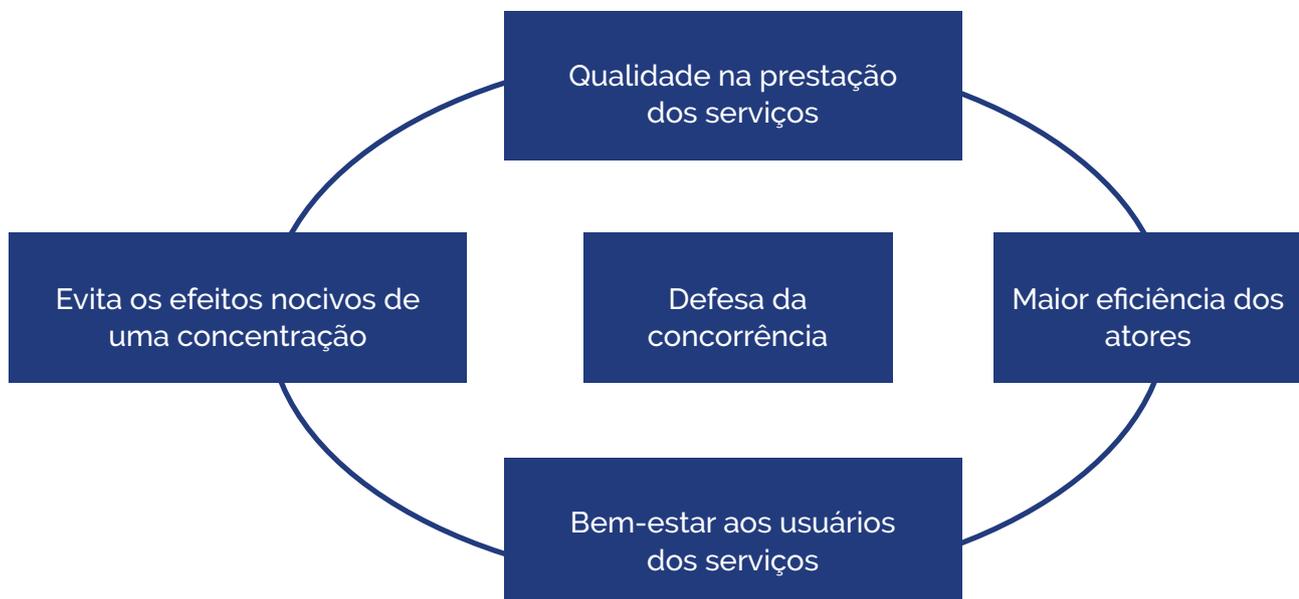
- Alteração de Estatuto Social.

Casos que envolveram denúncias de práticas anticoncorrenciais que recaíram sobre empresas reguladas foram avaliados para, entre outros, apurar a concorrência no mercado de transportes terrestres e sugerir a adoção de medidas de preservação da competitividade. Nas situações em que se apura que a competência para manifestação final é do Conselho Administrativo de Defesa Econômica – CADE, o processo é instruído e encaminhado àquela instituição.

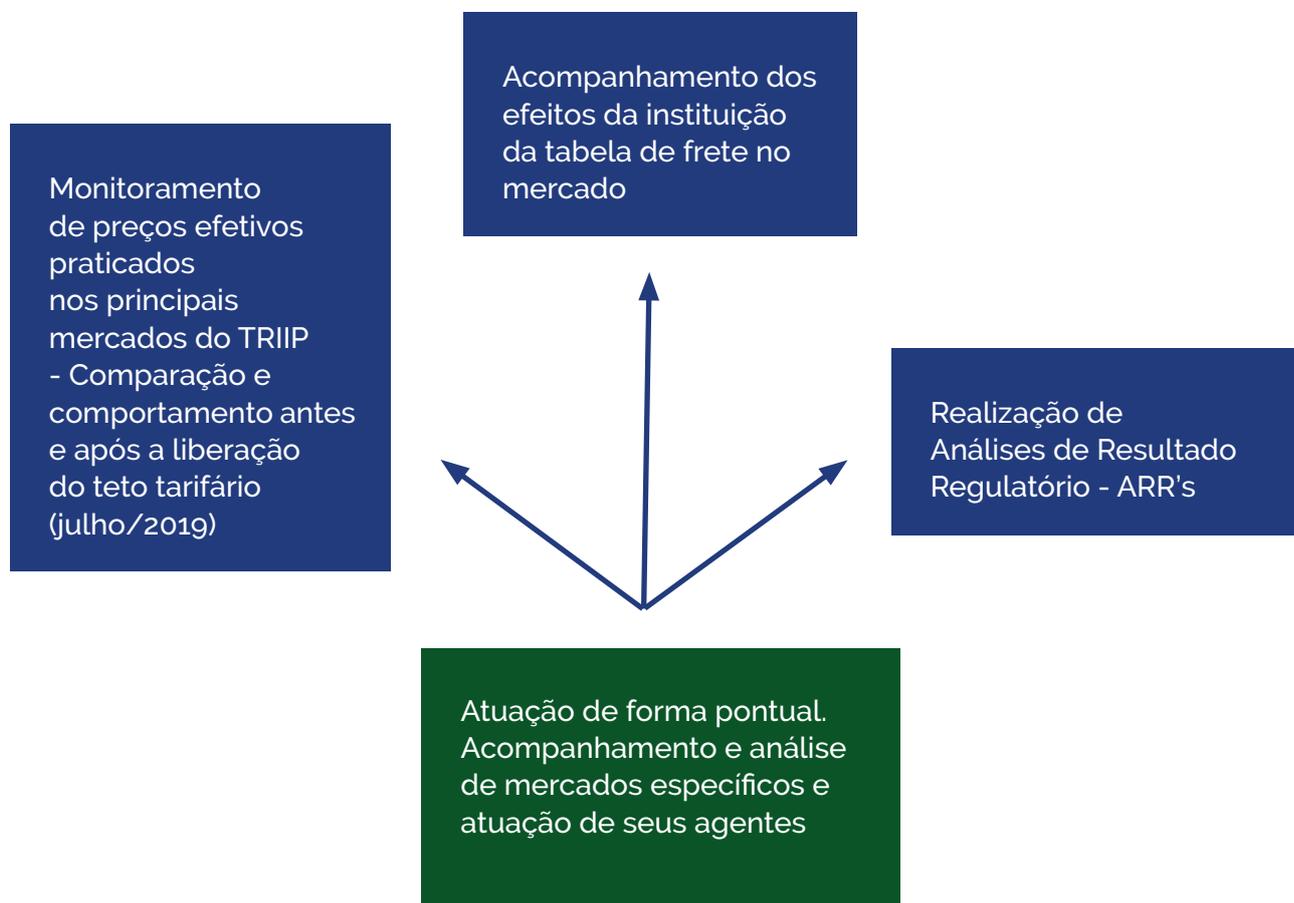
Em suma, em 2018, as principais demandas analisadas são as que constam no gráfico consolidado abaixo:



A atuação da Defesa da Concorrência busca sempre evitar os efeitos nocivos de uma concentração, aumentando a eficiência dos atores envolvidos, garantindo maior qualidade na prestação dos serviços e bem-estar aos usuários.



O mapeamento e acompanhamento da estrutura societária das Concessionárias é realizado de forma rotineira, identificando-se de forma pormenorizada os grupos de controle que atuam no mercado. Da mesma forma, é realizada uma análise de determinados mercados e atuação de seus agentes para subsidiar a atuação específica da Agência nos mercados em foco.



GESTÃO ORGANIZACIONAL

Gestão Orçamentária e Financeira

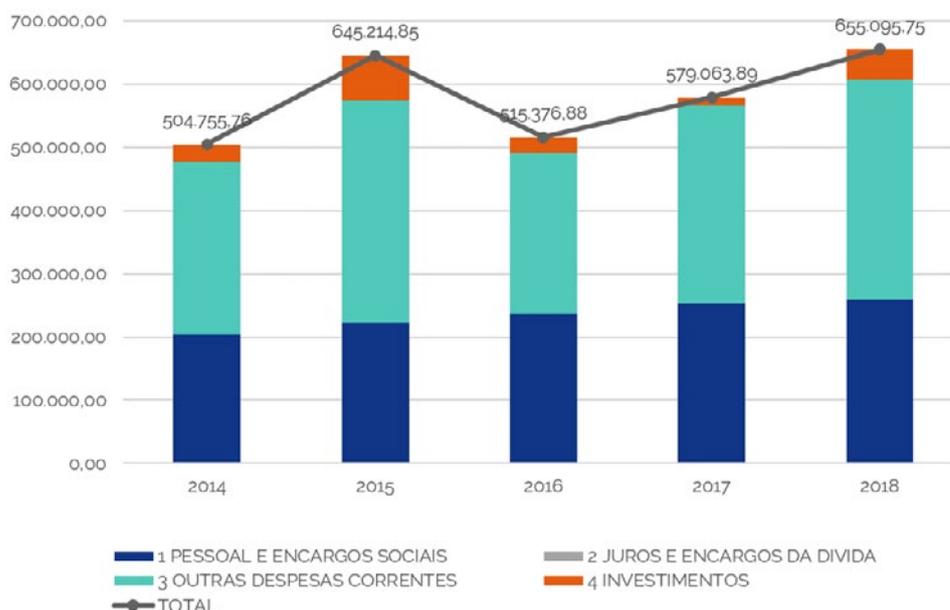
O orçamento aprovado pela Lei Orçamentária Anual - LOA 2018 para a ANTT totalizou R\$ 743.384,43 mil. Entretanto, durante o exercício foram realizadas alterações orçamentárias (remanejamentos e cancelamentos), resultando em uma dotação orçamentária final de R\$ 655.095,75 mil. Este montante não considera o valor referente à Reserva de Contingência, no valor de R\$ 176.968,37 mil, tendo em vista que essa dotação não consiste em recurso passível de execução pela Agência.

Unidade Orçamentária	Dotação Inicial	Dotação Cancelada	Dotação Final
39250 Agência Nacional de Transportes Terrestres - ANTT	743.384,43	-88.288,68	655.095,75

Em R\$ Mil - Fonte: Tesouro Gerencial (30/01/2019)

No gráfico comparativo abaixo são demonstrados os orçamentos finais dos anos de 2014 a 2018, sem considerar as reservas de contingências e as recomposições do equilíbrio econômico e financeiro dos contratos de concessões rodoviárias.

Orçamento Final 2014 a 2018 (Em R\$ Mil)



Fonte: Tesouro Gerencial (30/01/2019)

A tabela, a seguir, demonstra a execução orçamentária no Agência nos três últimos anos:

Ano	Grupo de Despesa	Dotação Atualizada (a)	Destacado Concedido (b)
2018	1-PESSOAL E ENCARGOS SOCIAIS	259.013,89	-
	3-OUTRAS DESPESAS CORRENTES	348.269,21	34.977,75
	4-INVESTIMENTOS	47.812,65	-
	Total	655.095,75	34.977,75
2017	1-PESSOAL E ENCARGOS SOCIAIS	252.834,71	-
	2-JUROS E ENCARGOS DA DIVIDA	231,04	-
	3-OUTRAS DESPESAS CORRENTES	313.098,14	2.912,75
	4-INVESTIMENTOS	12.900,00	-
	Total	579.063,89	2.912,75
2016	1-PESSOAL E ENCARGOS SOCIAIS	236.355,60	-
	2-JUROS E ENCARGOS DA DIVIDA	278,15	-
	3-OUTRAS DESPESAS CORRENTES	253.707,48	12.370,75
	4-INVESTIMENTOS	25.035,65	-
	Total	515.376,88	12.370,75

* RP Pagos: Restos a Pagar Processados e Não Processados Pagos

Fonte: Tesouro Gerencial (30/01/2019)

que dido	Despesas Empenhadas (c)	Despesas Liquidadas (d)	Despesas Paga (e)	RP Pagos* (f)	Execução % (e/c)
	254.633,20	254.350,48	237.188,81	-	93,1%
25	308.927,24	248.482,17	237.296,98	45.619,43	76,8%
	45.494,29	775,03	770,40	12.688,68	1,7%
25	609.054,73	503.607,67	475.256,19	58.308,11	78,0%
	250.921,55	250.921,55	250.917,08	164,73	100%
	-	-	-	-	-
70	280.287,72	223.977,65	216.261,49	33.211,51	77%
	12.850,73	157,57	145,94	15.476,44	1%
70	544.059,99	475.056,76	467.324,52	48.852,69	85,9%
	232.752,41	232.552,41	232.552,41	156,68	99,9%
	-	-	-	-	-
46	220.083,53	173.775,16	171.356,66	57.255,57	77,9%
	15.559,48	82,77	81,71	5.997,61	0,5%
46	468.395,42	406.410,34	403.990,78	63.409,85	86,2%

Conforme pode ser observado, a execução orçamentária nos últimos exercícios evidencia um aumento dos gastos com investimentos, principalmente em 2018, tendo em vista a execução de despesas para a estruturação, implantação e operacionalização de sistemas informatizados e a modernização das estruturas de Tecnologia da Informação da Agência.

Considerando que a liberação de limite orçamentário adicional, nos últimos anos, tem se dado ao final do exercício, o pagamento das despesas com investimento vem ocorrendo por meio de restos a pagar, tendo em vista não haver tempo hábil para empenho e pagamento dentro do mesmo exercício. A execução dos demais grupos de despesas tem se comportado sem variações significativas.

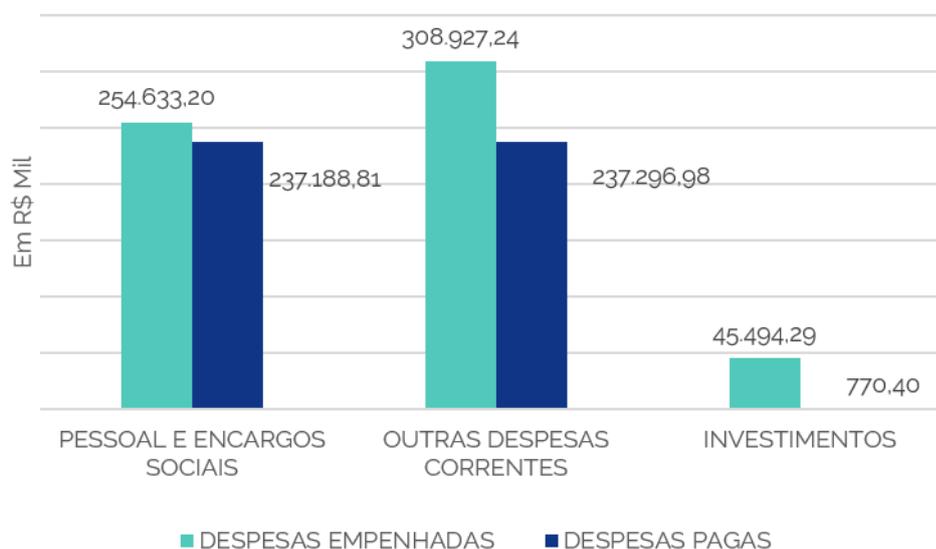
Execução Orçamentária e Financeira

Após aprovação da LOA 2018 e publicação do decreto de programação orçamentária e financeira, que estabelece o cronograma mensal de desembolso do Poder Executivo Federal, inicia-se a execução das dotações orçamentárias pela Sede e pelas demais Unidades Gestoras da Agência.

Nos gastos da Agência estão compreendidos o pagamento de pessoal e encargos sociais, despesas de custeio e investimentos. Nas análises a seguir não será considerada a execução da dotação objeto de destaque concedido.

Em 2018, foi empenhado diretamente pela Agência o montante de R\$ 609.054,73 mil, sendo o maior gasto em outras despesas correntes (custeio). Do montante empenhado foi pago R\$ 475.256,19 mil, no qual o maior dispêndio também se refere às despesas de custeio, que possuem papel importante na performance das atividades da Agência.

Despesas empenhadas e pagas



Fonte: Tesouro Gerencial (30/01/2019)

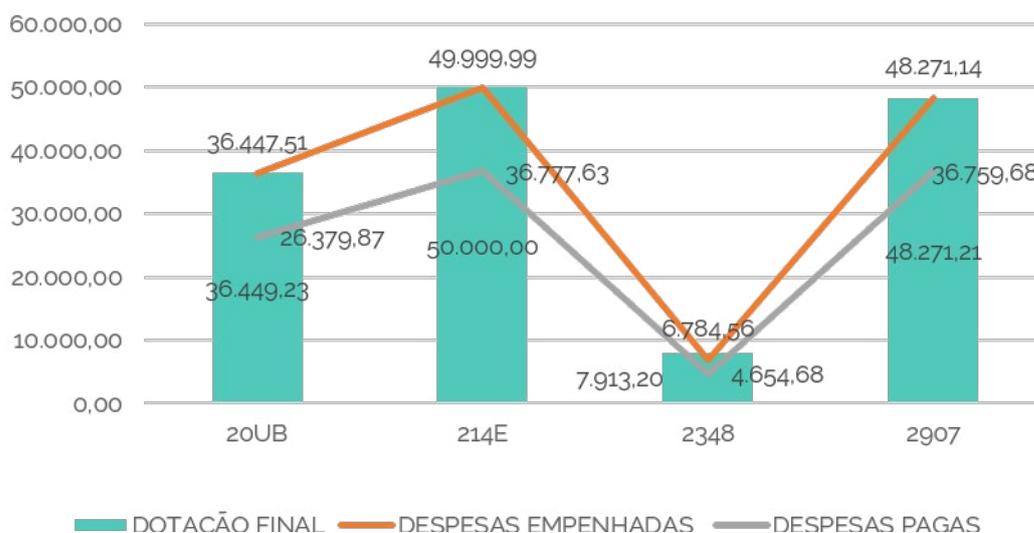
As despesas executadas no exercício estão relacionadas com o funcionamento e desempenho das seguintes atividades da Agência:

- Pessoal, Encargos e Benefícios;
- Finalísticas: fiscalizações dos serviços de transporte rodoviário de passageiros e cargas, da infraestrutura ferroviária e rodoviária; manutenção e operação do Sistema de Fiscalização Eletrônica do transporte rodoviário; e estudos;
- Administrativas: serviços e aquisições de apoio às atividades de fiscalização;
- Investimento: aquisição de aparelhos e equipamentos, de softwares e equipamentos de TI, que dão suporte para a área finalística e administrativa;
- Sistemas informatizados: desenvolvimento, manutenção e modernização dos sistemas de apoio fundamentais às atividades finalísticas.

Os gastos realizados com as atividades finalísticas concentram-se no programa temático 2087 – Transporte Terrestre. Neste programa estão inseridas as ações orçamentárias destinadas às fiscalizações de responsabilidade da Agência:

- **20UB** – Fiscalização dos Serviços de Transporte Rodoviário de Passageiros e de Cargas;
- **214E** – Manutenção e Operação do Sistema de Fiscalização Eletrônica do Transporte Rodoviário;
- **2348** – Fiscalização da Exploração da Infraestrutura Ferroviária e de Bens Operacionais; e
- **2907** – Fiscalização da Exploração da Infraestrutura Rodoviária.

Execução Programa 2087 - Transporte Terrestre



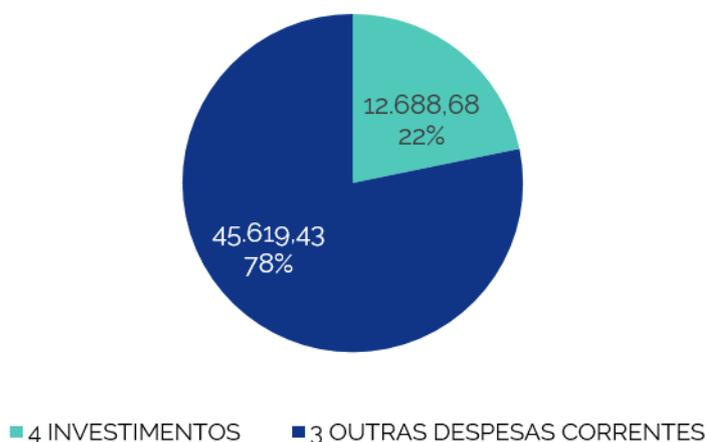
Em R\$ Mil

Fonte: Tesouro Gerencial (30/01/2019)

Valores significativos oriundos de empenhos emitidos em anos anteriores (restos a pagar processados e não processados) também foram executados durante o exercício, que somam o valor total pago de R\$ 58.308,11 mil, relativo a outras despesas correntes e investimentos. Tais valores se referem a contratações realizadas no final do ano e sem tempo hábil de execução

dentro do exercício de emissão do empenho, ou, ainda, atraso na entrega ou aprovação dos serviços e produtos recebidos.

Restos a pagar pagos

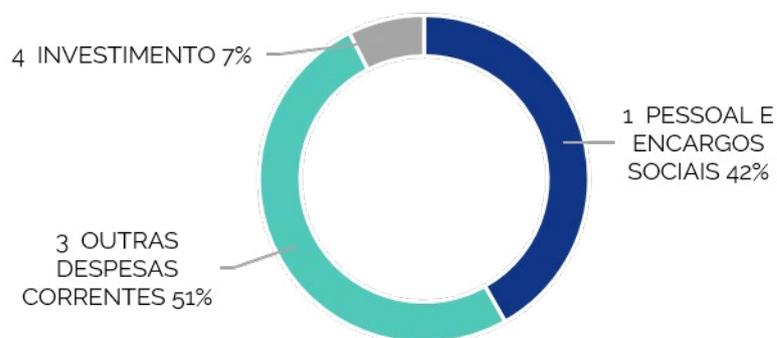


Em R\$ Mil

Fonte: Tesouro Gerencial (30/01/2019)

Execução por Grupo e Elemento de Despesa

Despesas empenhadas por grupo (Em R\$ mil)



Fonte: Tesouro Gerencial (30/01/2019)

Em 2018, os gastos com outras despesas correntes, conforme dotação orçamentária consignada na LOA, totalizaram R\$ 308.927,24 mil, dos quais a maior parte foi destinada a outros serviços de terceiros e serviços de tecnologia da informação e comunicação. Esses serviços foram fundamentais para o desempenho das atividades finalísticas da Agência, bem como para a estruturação e modernização dos sistemas e processamento de dados (TI).

GRUPO 3 – Outras Despesas Correntes

Elemento Despesa	Despesas Empenhadas (R\$ Mil)
39 - Outros Serviços de Terceiros Pessoa Jurídica	131.949,92
40 - Serviços de Tecnologia da Informação e Comunicação - Pessoa Jurídica	91.955,66
Demais elementos	85.021,67
Total	308.927,24

Fonte: Tesouro Gerencial (30/01/2019)

A execução de despesas com investimento está relacionada à aquisição de softwares, equipamentos de TI (ativos de rede, computadores, servidores/storage), mobiliário em geral, dentre outros.

GRUPO 4 - Investimentos

Elemento Despesa	Despesas Empenhadas (R\$ Mil)
40 - Serviços de Tecnologia da Informação e Comunicação - Pessoa Jurídica	24.401,81
52 - Equipamentos e Material Permanente	21.092,48
Total	45.494,29

Fonte: Tesouro Gerencial (30/01/2019)

Ressalta-se que no presente exercício, as despesas de TI (tanto de custeio como de investimento), tiveram um aumento significativo dada à finalização da contratação para implantação do Centro Nacional de Supervisão Operacional – CNSO.

Também merece destaque a execução de despesas com pessoal que, em grande parte, resume-se ao pagamento dos salários dos servidores ativos e os respectivos encargos sociais. Os demais elementos referem-se aos gastos com pessoal inativo e pensionistas e demais despesas de pessoal de pequeno porte.

GRUPO 1 - Pessoal e Encargos Sociais

Elemento Despesa	Despesas Empenhadas (R\$ Mil)
11 - Vencimentos e Vantagens Fixas - Pessoal Civil	195.043,90
13 - Obrigações Patronais	38.868,89
Demais elementos	20.720,41
Total	45.494,29

Fonte: Tesouro Gerencial (30/01/2019)

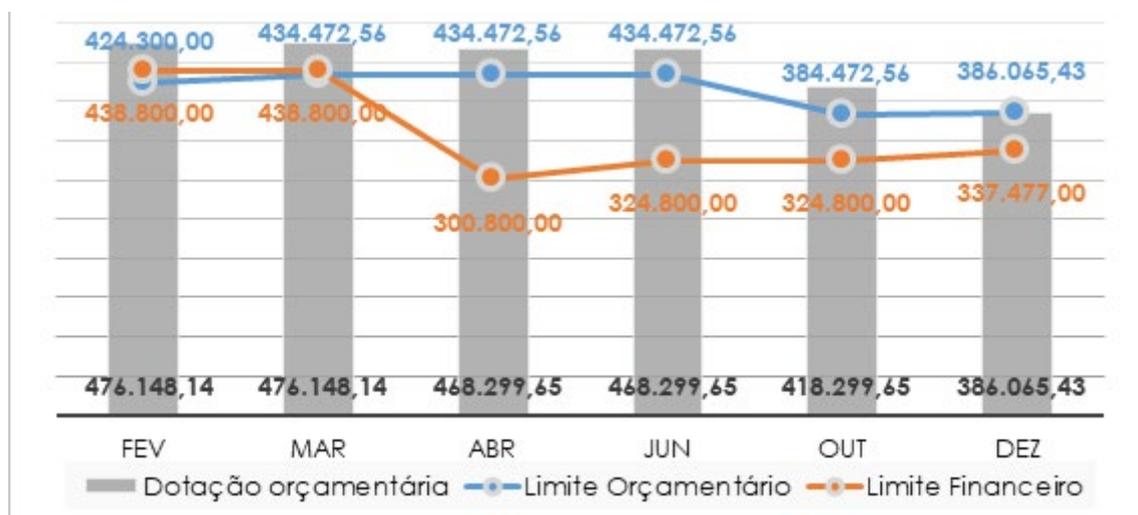
Contingenciamento de Despesas

O desempenho orçamentário e financeiro está intimamente ligado ao contingenciamento das despesas decretado anualmente pelo Poder Executivo Federal.

O contingenciamento consiste no retardamento ou impedimento da execução orçamentária de parte das despesas discricionárias (custeio e investimento) previstas na LOA, em função da insuficiência na arrecadação das receitas.

O gráfico abaixo demonstra a dotação discricionária final, o limite orçamentário e financeiro estabelecido, em 2018, para a execução das despesas da Agência, conforme decretos de movimentação e empenho e desembolso financeiro publicados no Diário Oficial União e ofícios enviados pelo Ministério dos Transportes, Portos e Aviação Civil.

Cabe ressaltar que no decorrer de 2018, houve cancelamento de dotação e limites orçamentário e financeiro, em função da inexecução da ação orçamentária 15PB – Participação da União na construção da Nova Subida da Serra de Petrópolis da BR 040/RJ – CON CER.



Fonte: Tesouro Gerencial (30/01/2019)

Os valores contingenciados resultam da diferença entre a dotação final autorizada e o limite orçamentário para empenho. Ao longo do exercício são liberados os limites, conforme a arrecadação das receitas e decisões políticas pelo governo federal.

Segue, abaixo, tabela com o percentual de contingenciamento das despesas durante o exercício de 2018. Destaca-se que os cortes orçamentários perduraram até o último bimestre de 2018, sendo que a partir de novembro o limite orçamentário ficou no mesmo montante da dotação final.

	07/fevereiro	23/março	23/abril	25/outubro	31/dezembro
%	10,89%	8,75%	7,22%	8,09%	1,63%

Os principais impactos do contingenciamento para o Órgão foram:

- As sucessivas reprogramações orçamentárias;
- Os atrasos nos processos licitatórios e inscrição de grandes montantes em restos a pagar;
- O adiamento e cancelamento de projetos estratégicos para consecução dos objetivos da Agência.

Durante o exercício, foram tomadas algumas medidas de contenção de gastos, tais como o estabelecimento de critérios padronizados para renovações contratuais, suspensão de novas contratações e redução na compra de materiais de consumo.

Receitas

A receita da ANTT está prevista no art. 77 da Lei nº10.233 de 05/06/2001. De forma geral, está classificada da seguinte forma:

- **Fonte 129:** referem-se às arrecadações de outorgas/concessões de ferrovias e outorgas de serviços de transportes de passageiros. A maior receita dessa fonte se deve às parcelas trimestrais de concessões das malhas de ferrovias;
- **Fonte 174:** referem-se às arrecadações decorrentes das infrações ocorridas na prestação de serviços de transportes rodoviários de passageiros e de cargas. Além disso, há o recolhimento da Taxa de Fiscalização do serviço de transporte rodoviário coletivo interestadual e internacional de passageiros. Essas multas/taxa são decorrentes do Poder de Polícia; e
- **Fonte 250:** a maior parte dessa fonte se refere às arrecadações decorrentes das concessões de rodovias. São também arrecadadas as taxas/emolumentos de cargas e passageiros para autorização/cadastramento de serviço/frota e as multas decorrentes de descumprimento contratual e/ou de regulação.

Em 2018, a receita realizada foi de R\$ 419.759.574, conforme composição detalhada no quadro abaixo.

Fonte	Receita prevista LOA 2018	Receita realizada 2018	% de realização em relação à LOA
129	316.102.092	42.539.672	13,46%
174	129.623.877	198.645.034	153,25%
250	175.017.728	178.574.868	102,03%
TOTAL	620.743.697	419.759.574	67,62%

Ao analisar-se os montantes arrecadados, em relação aos valores previstos na Lei Orçamentária Anual, verifica-se que a Fonte 129 ficou abaixo do previsto, em razão de ter sido estimada, na LOA, receita oriunda de novas concessões ferroviárias, cujos processos não foram finalizados no ano de 2018. Já as Fontes 174 e 250 superaram os valores previstos na LOA.

Visando apresentar uma análise comparativa, o quadro, a seguir, apresenta a receita realizada nos últimos três anos.

Comparativo da receita realizada - Janeiro a dezembro 2016 a 2018

Fonte	2016		2017		2018	
	Valor	%	Valor	%	Valor	%
129	37.905.746	13%	47.599.137	15%	42.539.672	10%
174	113.384.967	38%	110.668.460	34%	198.645.034	47%
250	148.952.849	50%	166.067.609	51%	178.574.868	43%
TOTAL	300.243.561	100%	324.335.206	100%	419.759.574	100%

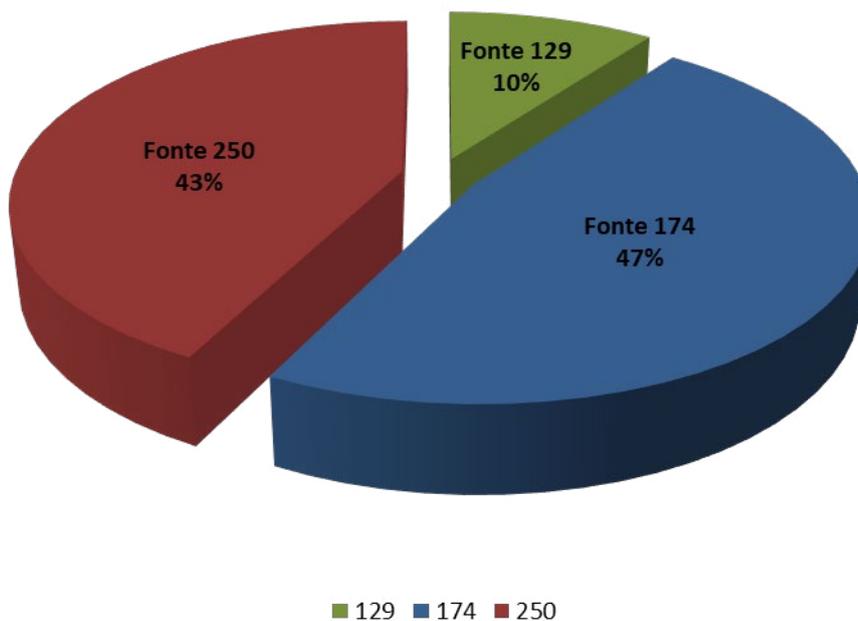
A redução da receita da Fonte 129, em relação ao ano de 2017, justifica-se pelo fato de que, em novembro de 2017, houve arrecadação atípica de mais de 5 milhões referentes à primeira parcela dos parcelamentos concedidos por meio do Programa de Recuperação de Débitos – PRD, o que não se repetiu em 2018.

Quanto à Fonte 174, no comparativo com os anos anteriores, observa-se que ocorreu a elevação do valor arrecadado. O principal motivo para a variação está relacionado à alteração do contrato com os Correios. O envio das notificações começou a ser realizado por meio de uma nova solução de comunicação denominada e-Carta, que possibilitou a ampliação significativa do percentual de notificações enviadas, com conseqüente aumento de pagamento por parte dos atuados.

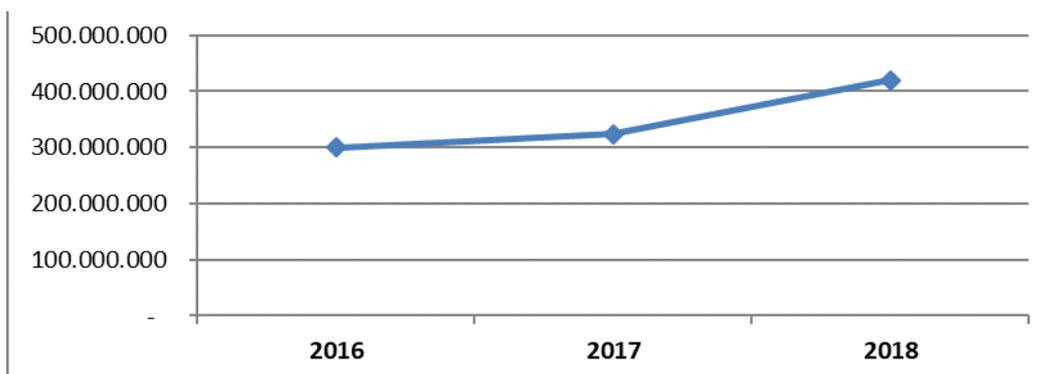
Em relação à Fonte 250, cabe ressaltar o término do contrato com a Concessionária CONCEPA que, a partir de setembro/2018, deixou de recolher valores à ANTT.

A composição do valor total arrecadado em 2018, por fonte de recursos, é demonstrada abaixo, em termos percentuais:

Composição da arrecadação por fonte - Janeiro à dezembro 2018



O gráfico a seguir representa a evolução total da receita da ANTT no período de 2016 a 2018.

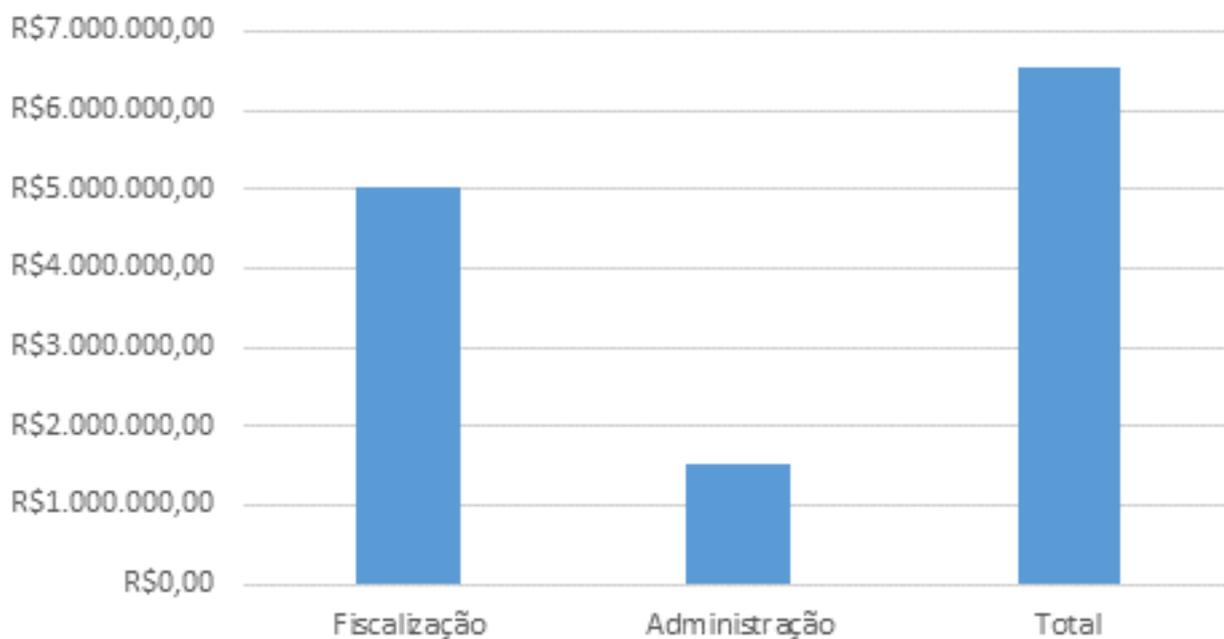


Diárias e Passagens

A ANTT utiliza o Sistema de Concessão de Diárias e Passagens – SCDP, obrigatório para a Administração Pública Federal direta, autárquica e fundacional, de acordo com o Decreto nº 5.992/2006.

No exercício de 2018, foi liquidado um valor total de R\$ 6.538.771,04 referentes a diárias e passagens, sendo R\$ 5.015.214,26 em Ações de Fiscalização e R\$ 1.523.556,78 em Ações Administrativas.

Diárias e passagens - Valores 2018

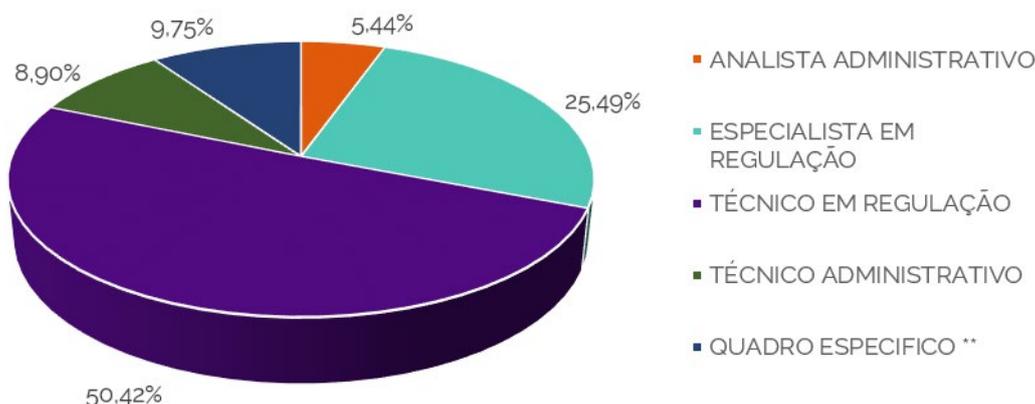


GESTÃO DE PESSOAS

Força de Trabalho

O Quadro de pessoal da Agência conta, atualmente, com 1067 servidores, composto por servidores do Quadro Efetivo (Analista Administrativo, Especialista em Regulação de Serviços de Transportes Terrestres, Técnico em Regulação de Serviços de Transportes Terrestres e Técnico Administrativo) e do Quadro Específico, em extinção, formado por servidores de diversos órgãos extintos que foram redistribuídos à ANTT pelo Ministério dos Transportes em 2003, nos termos do art. 113 da Lei nº 10.233/2001.

Distribuição do quadro de servidores por carreira



** Art. 113 da Lei nº 10.233/2004

Além do quadro efetivo e do específico, compõem o quadro de pessoal da ANTT, servidores em diversas situações funcionais, como requisitados, anistiados, ocupantes de cargos comissionados sem vínculo, exercício descentralizado e exercício provisório, totalizando o quantitativo demonstrado adiante.

Composição da Força de Trabalho

Distribuição por Situação Funcional

Estatutário	Requisitado	Cedidos	Anistiados	Sem Vínculo	Outros	Total
82,95%	3,31%	3,31%	2,02%	5,98%	2,43%	100%
1.026	41	41	25	74	30	1237

1.237 Servidores (todas as situações funcionais)



72,59%



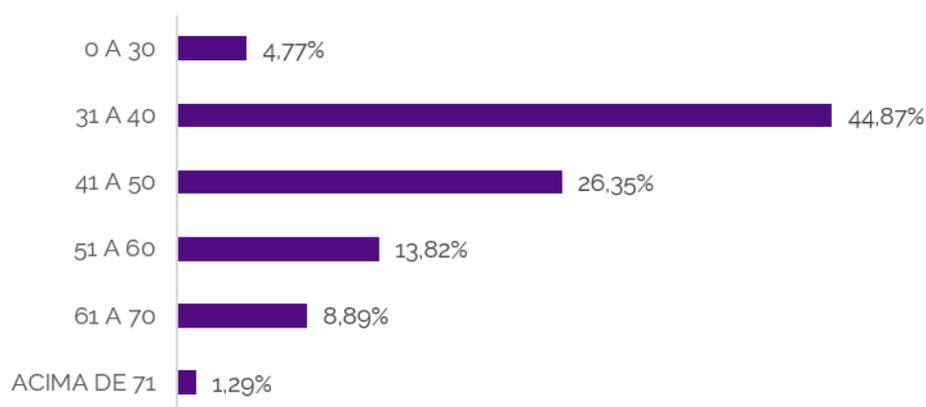
27,41%



2,59%

Cumpra-se destacar que a Lei nº 10.871/04, que criou a carreira dos servidores da ANTT estabeleceu o quantitativo de 1705 servidores efetivos, todavia, o quadro atual de servidores efetivos é de 963 servidores, o que corresponde a 57% da força de trabalho prevista em lei.

Idade dos servidores ativos

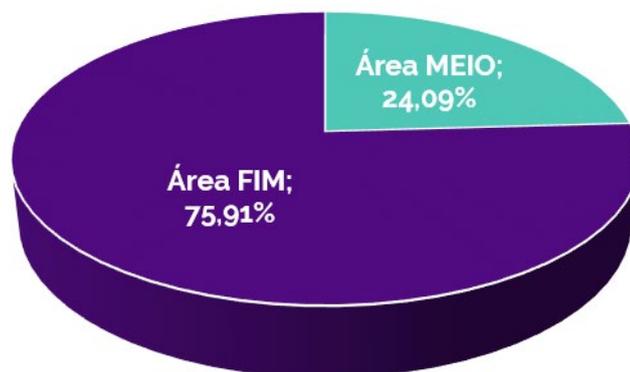


Distribuição da lotação efetiva

Tipologias dos Cargos	Lotação Efetiva	
	Área Meio	Área Fim
Estatutário	180	846
Requisitado	24	17
Cedidos	41	0
Anistiados	15	10
Sem Vínculo	51	23
Outros	19	11
Total	330	907

Unidades e Subunidades	Quantitativo
SUEXE	12
SUFER	49
COFER	37
SUFIS	41
COAUT	31
COFIS	474
SUINF	42
COINF	121
SUPAS	50
SUPAS/URs	11
SUREG	17
SUROC	21
SUROC/URs	1
TOTAL	907

Distribuição da força de trabalho



Estratégia de Recrutamento e Alocação de Pessoas

Necessidade de Recursos Humanos

O processo seletivo para provimento de cargos efetivos ocorre por meio de concurso público, como estabelece a Constituição Federal de 1988, a Lei nº 8.112/90 e o Decreto nº 6.944/09.

Desde 2014, a ANTT vem solicitando novos concursos ao Ministério do Planejamento, Desenvolvimento e Gestão – MPDG. Os pedidos, sem sucesso, baseiam-se em fatores como vacância e o déficit de servidores de acordo com o quadro de pessoal previsto na Lei nº 10.871/04.

A considerável carência de servidores causa impactos diretos na produtividade da ANTT, refletindo negativamente em atribuições da Agência, como a execução do processo de concessões ferroviárias e rodoviárias e na fiscalização dos serviços de transportes terrestres.

Evolução do quadro de pessoal

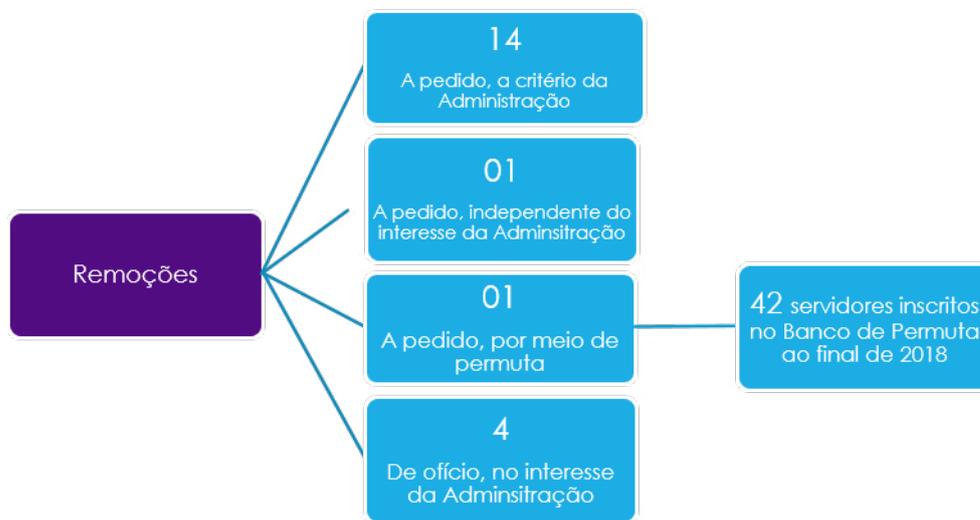


Remoção, alteração de Unidade de Exercício e Banco de Permuta

Busca-se adequar a lotação dos servidores de acordo com o que prevê o Art. 36 da Lei nº 8.112/90, observando a necessidade de serviço conforme justificativas das áreas técnicas, os pedidos dos servidores, sempre que possível, e os casos que independem do interesse da Administração, na forma da Lei.

Ressalta-se a dificuldade institucional em atender aos diversos anseios nos assuntos relativos à

lotação dos servidores, no que concerne ao cumprimento de sua atividade finalística fiscalizatória, considerando o baixo efetivo de servidores em relação à dimensão territorial do país e os diversos postos de trabalho que compõem a estrutura formal da ANTT.



Detalhamento da Despesa de Pessoal

Custo direto com despesas de pessoal ativo em 2018 R\$ 254.193.531,01	
Vantagens fixas	67,75%
Gratificação natalina	8,62%
Exercício anterior	0,04%
Patronal	15,59%
Pessoal requisitado	4,22%
Decisão judicial	0,14%
Vantagens variáveis	3,65%

Custo direto com despesas de pessoal inativo em 2018 R\$ 13.350.027,18	
Vantagens fixas	87,32%
Gratificação natalina	10,86%
Decisão judicial	1,82%

Custo direto com despesas de pessoal pensionista em 2018 R\$ 2.870.203,64	
Vantagens fixas	91,90%
Gratificação natalina	8,10%

Evolução dos gastos de pessoal

	Ativos	Inativos	Pensionistas
2018	R\$254.193.531,01	R\$13.350.027,18	R\$2.870.203,64
2017	R\$257.575.271,79	R\$11.318.686,86	R\$2.605.519,64

Fonte: SIAPE

O gasto de pessoal com servidores ativos diminuiu em relação ao gasto com inativos, devido ao aumento de aposentadorias no exercício e à redução da força de trabalho decorrente da vacância de servidores efetivos, não recomposta pela ausência de concurso público na ANTT.

O valor com pessoal ativo, aqui considerado, inclui os gastos com estagiários e benefícios (auxílio natalidade, ressarcimento assistência médico/odontológica, auxílio natalidade, auxílio creche civil, indenização auxílio alimentação auxílio transporte e indenização de moradia).

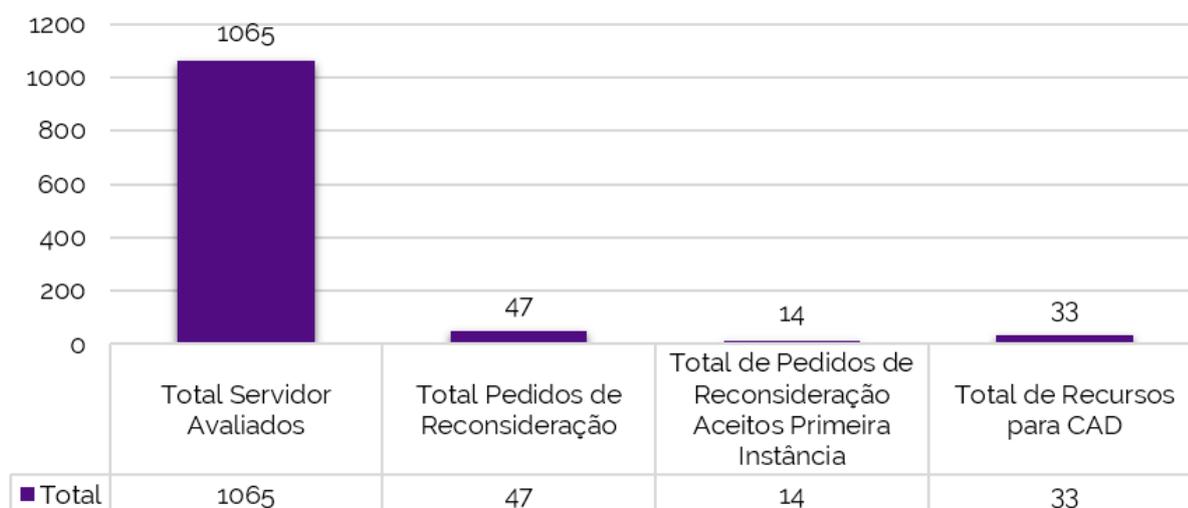
Avaliação de Desempenho, Progressão e Promoção e Estágio Probatório

A avaliação de desempenho dos servidores lotados na ANTT, sejam eles quadro específico ou efetivo da carreira, é realizada anualmente, tendo como referência o plano de trabalho atribuído a cada servidor no início do ciclo avaliativo.

Para os servidores do quadro específico, a nota da avaliação possui impacto somente na gratificação de desempenho (GDPCAR), uma vez que esse grupo de servidores chegou ao topo da carreira e não há mais processamento de reposicionamento ou progressão.

Já quanto aos servidores do quadro efetivo, após alteração da forma de remuneração para subsídio, a avaliação em questão é utilizada para fins de progressão e promoção na carreira, conforme previsto no Decreto nº 6.530, de 04 de agosto de 2008.

Ciclo Avaliativo 2018



Fonte: GEPES

No tocante a progressão e promoção, registra-se volume considerável de reclamações judiciais, especialmente após orientação do Órgão Central do SIPEC que vedou a utilização de tempo de experiência profissional na área de atuação e títulos adquiridos antes do ingresso no cargo, contrariando entendimento do Decreto nº 6.530/2008, aplicado até 2017.

Em 2018, 104 servidores concluíram o estágio probatório adquirindo a estabilidade passando a fazer jus a direitos como licença capacitação, licença para interesse particular, dentre outros.

Remuneração

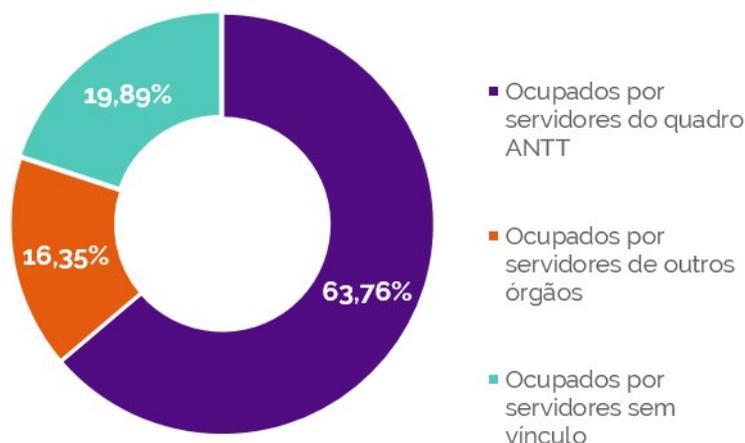
A tabela de remuneração abaixo contempla os valores percebidos pelos servidores dos quadros específico e efetivo, ao final da carreira.

Especialista em Regulação de Serviços de Transportes Terrestres	R\$21.036,46
Analista Administrativo	R\$19.564,36
Técnico em Regulação de Serviços de Transportes Terrestres	R\$10.506,18
Técnico Administrativo	R\$10.147,08
Plano Especial de Cargos das Agências Reguladoras - NS	R\$16.062,22
Plano Especial de Cargos das Agências Reguladoras - NI	R\$9.227,55
Plano Especial de Cargos das Agências Reguladoras - NA	R\$3.314,30

Fonte: Tabela de Remuneração dos Servidores Públicos Federais Civis e dos Ex-Territórios/MP/volume nº 69

Cargos Comissionados Ocupados por Servidores de Carreira

A Deliberação ANTT nº 1.037/2018 estabelece o total de 367 cargos comissionados. Desse total, 80,11% são ocupados por servidores com vínculo com a Administração Pública, sendo 63,76% do total ocupados por servidores de carreira desta Agência.



Valor Agregado dos Recursos Humanos e Meritocracia

Reconhecimento Funcional

Como valor agregado, podemos citar o projeto de Premiação por Excelência Funcional, que tem o intuito de valorizar e reconhecer as equipes de trabalho compostas por servidores da ANTT no exercício de suas atividades.

São selecionados e premiados os trabalhos implementados que contribuíram para a disseminação de melhores práticas ou alcance dos objetivos estratégicos da Agência.

A iniciativa, regulamentada pela Deliberação nº 38/2017, realizou a segunda edição no exercício de 2018

Ações Voltadas à Saúde e Qualidade de Vida no Trabalho

Em 2018, foram realizadas várias ações de qualidade de vida no trabalho, que visam mitigar as fontes de mal-estar e potencializar as de conforto no trabalho, favorecendo o incremento da produtividade e do ambiente organizacional saudável.

- Programa Mais Horas: Incentivo à realização de atividades físicas
- Programa Pró-Equidade de Gênero: Fórum Mulher Segura e Ação Mãe Servidora
- Corrida ANTT 2018
- Semana do Servidor e Semana da Saúde
- Pesquisa de Qualidade de Vida no Trabalho
- Campanha de Vacinação 2018
- Natal Solidário e Culto Ecumênico

Capacitação

Estratégias e Números

No ano de 2018, foi destinado para fins de capacitação dos servidores da Agência Nacional de Transportes Terrestres – ANTT o orçamento total de R\$ 950.682,00, sendo empenhado o valor de R\$ 920.837,43.

Para a execução das ações de capacitação, o orçamento foi empregado de forma geral para atender as necessidades de capacitação como um todo, sem distinção de unidade, tipo de evento, cargo, entre outros.

Destaque para a realização do Programa de Desenvolvimento de Gestores, o Projeto Piloto de Mapeamento de Competências Técnicas e o Programa de Concessão de Bolsas de Estudos em Idiomas – PCI.

A realização do Programa de Desenvolvimento de Gestores ocorreu durante o ano de 2018 e teve como público-alvo cerca de 90 titulares das unidades organizacionais da Agência com o objetivo de aumentar o grau de maturidade no desempenho da liderança, na condução das equipes e no alcance dos resultados almejados pela instituição.

O Projeto Piloto de Mapeamento de Competências, que partiu da iniciativa estratégica de Desenvolver e Implantar a Gestão por Competências, foi realizado na Superintendência de Fiscalização e teve como objetivo identificar as competências e conhecimentos necessários ao desenvolvimento de trilhas de aprendizagem. A partir do projeto surgiu o ANTTTrilhas que visa incentivar e apoiar o servidor da Agência em suas iniciativas de capacitação voltadas para o desenvolvimento das competências técnicas institucionais e individuais.

O Programa de Concessão de Bolsas de Estudos em Idiomas – PCI, regulamentado pela Deliberação nº 004, de 26 de janeiro de 2012, é destinado ao quadro de pessoal da ANTT e tem por finalidade incentivar o aprendizado de um idioma. A concessão das bolsas é realizada semestralmente.

Nas tabelas e gráficos seguintes, demonstra-se a execução da capacitação na ANTT.

Eventos de capacitação

Eventos	Quantidade	Carga Horária**	Participações
Eventos Fechados	60	13.053	1.897
Eventos Abertos	141	6.077	225
Licença Capacitação***	210	29.491	210
PCI - 1º semestre/2018	49	2.250	49
PCI - 2º semestre/2018	45	2.086	45
TOTAL	505*	52.957*	2.426*

Fonte: GEPES

**Valores sujeitos à alteração conforme comprovação de finalização dos processos de capacitação de 2018.

** Carga horária referente ao número de participações.

*** O quantitativo refere-se a servidores que iniciaram Licenças Capacitação no ano de 2018.

Desafios

Cessão e Requisição de Servidores a Outros Órgãos

A ANTT tem buscado manter o quadro de servidores em exercício na Agência, aplicando o que rege a legislação da carreira que permite a cessão de servidores apenas para cargos superiores à DAS 4 (ou equivalentes) e indeferindo os pedidos de cessão de servidores aos diversos órgãos/entidade, nos demais casos.

Nos indeferimentos, justifica-se a escassez de pessoal no órgão e a ampliação das atribuições no que se refere a regulação, concessão e fiscalização, o que torna indispensável a permanência dos servidores do quadro de pessoal efetivo na Agência, considerando as recorrentes negativas para realização de novos concursos públicos.

Modelo de Estruturação do Subsistema Integrado de Atenção à Saúde do Servidor – SIASS

O modelo de estruturação do SIASS em funcionamento não atende às necessidades da Agência Nacional de Transportes Terrestres, devido ao fato desta Agência não possuir médico em seu quadro de pessoal e à dificuldade de celebração de Acordo de Cooperação Técnica com as Unidades SIASS, comprometendo a realização de perícias e juntas médicas nos servidores afastados por motivo de doença. A ANTT está presente em todas as unidades da Federação, inclusive em localidades distantes e de fronteira.

Atualmente, a Sede Brasília e a maioria das Unidades Regionais estão sem Acordos de Cooperação Técnica, comprometendo seriamente a homologação dos atestados médicos.

Evasão de Servidores

Aposentadoria	Falecimento	Posse em cargo inacumulável
56,52%	13,04%	30,43%

Em 2018, registrou-se a evasão de 23 servidores de carreira, resultando em um índice de evasão elevado, frente ao reduzido quantitativo de servidores da Agência. Suas principais causas são as aposentadorias e as vacâncias para ocupar outros cargos públicos.

Recomposição da Força de Trabalho (Concurso Público)

Como tratado anteriormente, urge a necessidade de recompor a força de trabalho da ANTT. Atualmente, o quadro de pessoal da ANTT conta com apenas 57 % do quantitativo previsto na Lei nº 10.233/2001, comprometendo, sobremaneira, a execução das ações relativas ao Programa de Parcerias de Investimentos – PPI, às novas concessões de rodovias e ferrovias federais, bem como à fiscalização e regulação dos serviços de transportes terrestres.

Desde 2014, a ANTT tem solicitado autorização para realização de novo concurso público, todavia, o Ministério do Planejamento, Desenvolvimento e Gestão - MPDG negou todos os pedidos.

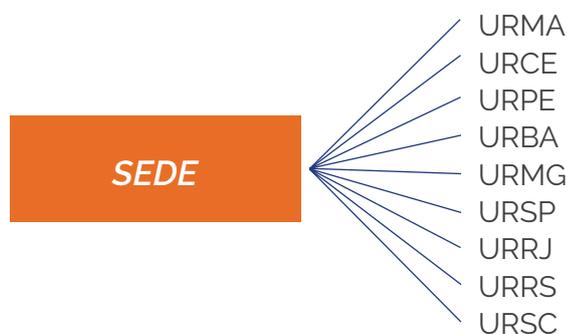
GESTÃO DE LICITAÇÃO E CONTRATOS

Conformidade legal

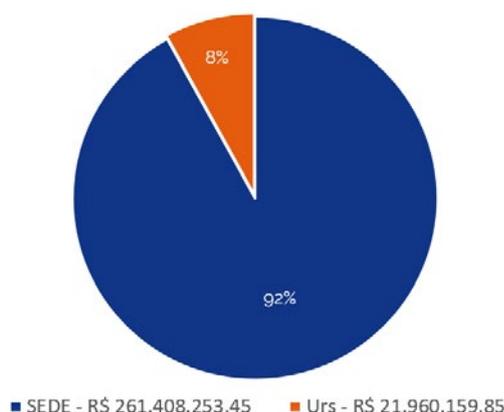
As contratações da ANTT são instruídas e realizadas, de modo geral, pela Sede da ANTT em Brasília, com exceção das Unidades Regionais situadas no Maranhão, Ceará, Minas Gerais, São Paulo, Rio de Janeiro e Rio Grande do Sul, que realizam contratações que se enquadram nos inc. I e II do art. 24, da Lei 8.666/1993 (dispensas por valor). As contratações são previamente submetidas à análise da Procuradoria Federal que atua junto à ANTT, e formalizadas somente se atendidas as recomendações emitidas pelo corpo jurídico, o que garante a conformidade legal dos atos e procedimentos.

Gastos por Finalidade

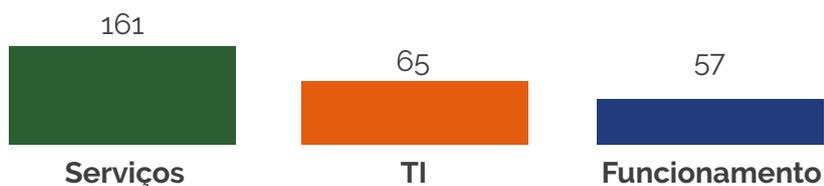
A ANTT possui em sua estrutura uma Sede, situada em Brasília/DF, e nove Unidades Regionais, localizadas nos seguintes estados: Maranhão, Ceará, Pernambuco, Bahia, Minas Gerais, São Paulo, Rio de Janeiro, Rio Grande do Sul e Santa Catarina, além da Unidade Regional do Centro Norte, cujas atividades funcionam na Sede da ANTT.



Em 2018, foram gastos R\$ 283.368.413,30, em contratações pela Sede e Unidades Regionais da ANTT, conforme a seguir:



Gastos por finalidade (valores em milhões)



Serviços	
Assinatura e periódicos	353.985,67
Apoio área finalística	93.317.248,27
Apoio técnico e administrativo	41.036.241,50
Capacitação	1.163.732,97
Comunicação em geral	1.370.242,18
Limpeza e copeiragem	5.965.348,53
Locação veículos, máquinas e equipamentos	494.428,28
Manutenção em geral	907.870,22
Publicidade legal	1.518.511,11
Telecomunicações	7.511.862,29
Vigilância e brigada	6.207.688,91
Outros	1.460.064,52

Funcionamento	
Passagens	3.102.099,75
Locação e despesas decorrentes	39.707.054,18
Água e esgoto	272.535,98
Energia elétrica	2.214.583,97
Outros	11.723.875,30

Durante todo o ano de 2018, estiveram vigentes 248 contratos administrativos e, em 31 de dezembro de 2018, a ANTT contava 188 contratos administrativos vigentes, somando a quantia de R\$ 373.651.765,30, configurando o seguinte cenário:

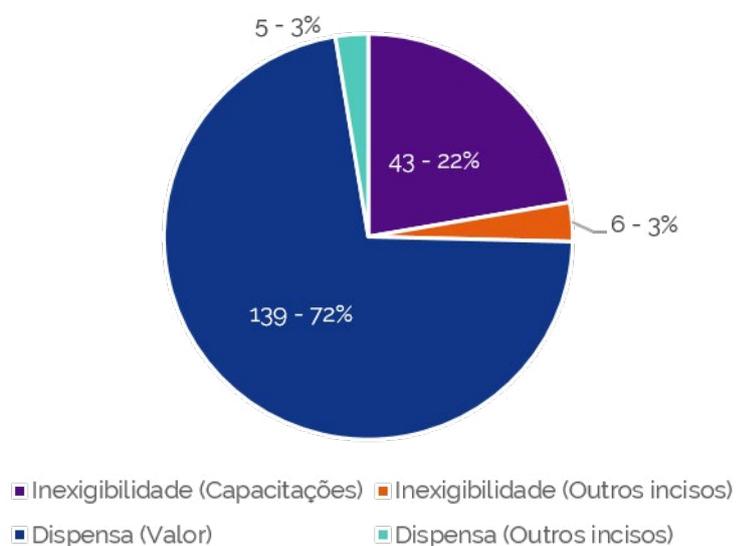
248 Contratos administrativos estiveram vigentes em 2018		
60 contratos encerrados até 31/12/2018	131 contratos prorrogados até 31/12/2018	57 contratos formalizados até 31/12/2018

188 contratos administrativos vigente em 31/12/2018 R\$ 373.651.765,30 (custo anual)		
Fornecimento (7%) R\$ 25.868.125,88	Serviços (85%) R\$ 319.158.559,82	Locação de imóveis (8%) 28.625.079,60

Serviços - R\$ 319.158.559,82	
Apoio Área Finalística (41%)	R\$ 131.040.575,60
TI (37%)	R\$ 117.291.790,12
Terceirização (16%)	R\$ 52.925.713,20
outros (6%)	R\$ 17.900.480,90

Contratações Diretas

As contratações diretas representaram o maior volume de processos em 2018, correspondendo a 193 contratações, diluídas entre Dispensas de Licitação e Inexigibilidades de Licitação, da seguinte forma:



De modo geral, as contratações diretas foram justificadas pela necessidade de aquisição de materiais e serviços, atendendo as demandas de todas as Unidades da ANTT, de forma a garantir o funcionamento da Agência.

Contratações Relevantes

De acordo com o demonstrativo abaixo, foram concluídas 237 contratações no âmbito da ANTT (Sede e URs) entre 01/01/2018 e 31/12/2018, contemplando as Licitações, Dispensas e Inexigibilidades de Licitação, que corresponderam ao montante de R\$ 122.559.096,80.

237 Processos de contratação		
39 pregões R\$ 77.506.441,47	5 adesões atas de outros órgãos R\$ 8.306.259,68	193 contratações diretas R\$ 36.746.395,62

As contratações que representaram maior grau de relevância para a Agência são aquelas relacionadas à implantação do Centro Nacional de Supervisão Operacional (CNSO), contemplando a infraestrutura física e tecnológica.

O Centro Nacional de Supervisão Tecnológica irá propiciar uma visão estratégica de todo o transporte rodoviário e ferroviário federal, compreendendo a integração de informações e processos, de forma eficiente, com vistas a expandir e aprimorar as condições da infraestrutura do País, monitorando as rodovias transferidas para a iniciativa privada, as rodovias federais, o transporte de passageiros e o transportes de cargas, com intuito de concentrar esforços e recursos de forma a satisfazer necessidades da sociedade.

Tais contratações encontram relação direta com o Planejamento Estratégico da ANTT, que orienta:

- Aprimorar os mecanismos de avaliação e monitoramento da melhoria das práticas de gestão com vistas a torná-las proativas e comuns a todas as áreas, processos, produtos e/ou partes interessadas;
- Aprimorar os mecanismos de identificação de NECESSIDADES e de definição e implantação de SISTEMAS de informação para apoiar as operações diárias e a tomada de decisões em todos os níveis e áreas da Unidade;
- Aprimorar os procedimentos administrativos, promovendo a memória administrativa e ampliação do conhecimento; e
- Desenvolver mecanismos para a gestão e compartilhamento do conhecimento.

Dentre as contratações diretas destaca-se a de serviços técnicos especializados para levantamento de parâmetros e composição de preços unitários de componentes necessários para manutenção da Sistemática de Cálculo de Custos Referenciais de Investimentos Ferroviários (SICFER), celebrada no valor global de R\$ 29.989.951,75 e vigência de 36 (trinta e seis) meses, enquadrada no inc. XIII do art. 24 da Lei nº 8.666/1993, consistindo em ferramenta imprescindível à manutenção da estruturação referencial e cálculo de índices de reajustamento do setor ferroviário.

Outra importante contratação direta trata-se da prestação de serviços técnicos especializados para levantamento de dados para embasar a revisão de metodologia de definição, monitoramento e atualização de dados e informações necessários à implementação da Política Nacional de Pisos Mínimos do Transporte Rodoviário de Cargas e à adequação da Tabela de Fretes, a ser divulgada semestralmente pela ANTT, no valor de R\$ 3.803.056,98, também enquadrada no inc. XIII do art. 24 da Lei 8.666/1993.

GESTÃO DE TECNOLOGIA DA INFORMAÇÃO

Modelo de Governança de TI

A área de Tecnologia da Informação da ANTT tem papel relevante no que diz respeito ao suporte técnico e normativo para construção dos sistemas de informática e informação, uma vez que seu objetivo é prover a Agência de sistemas de informação, possibilitando planejamento, operação e controle das ações e a realização de análises objetivas, subsidiando a tomada de decisão e a programação de ações na área de transporte.

A informatização das informações e atividades de transporte é uma questão estratégica e essencial às políticas de descentralização, uma vez que torna possível o planejamento e o controle em relação às políticas de transportes.

O Planejamento Estratégico de Tecnologia da Informação - PETI da ANTT tem por objetivo assegurar que as metas e objetivos de TIC estejam alinhados aos objetivos estratégicos da Agência. O alinhamento ao Planejamento Estratégico da ANTT contribui para o alcance das metas corporativas e demais programas finalísticos da Agência.

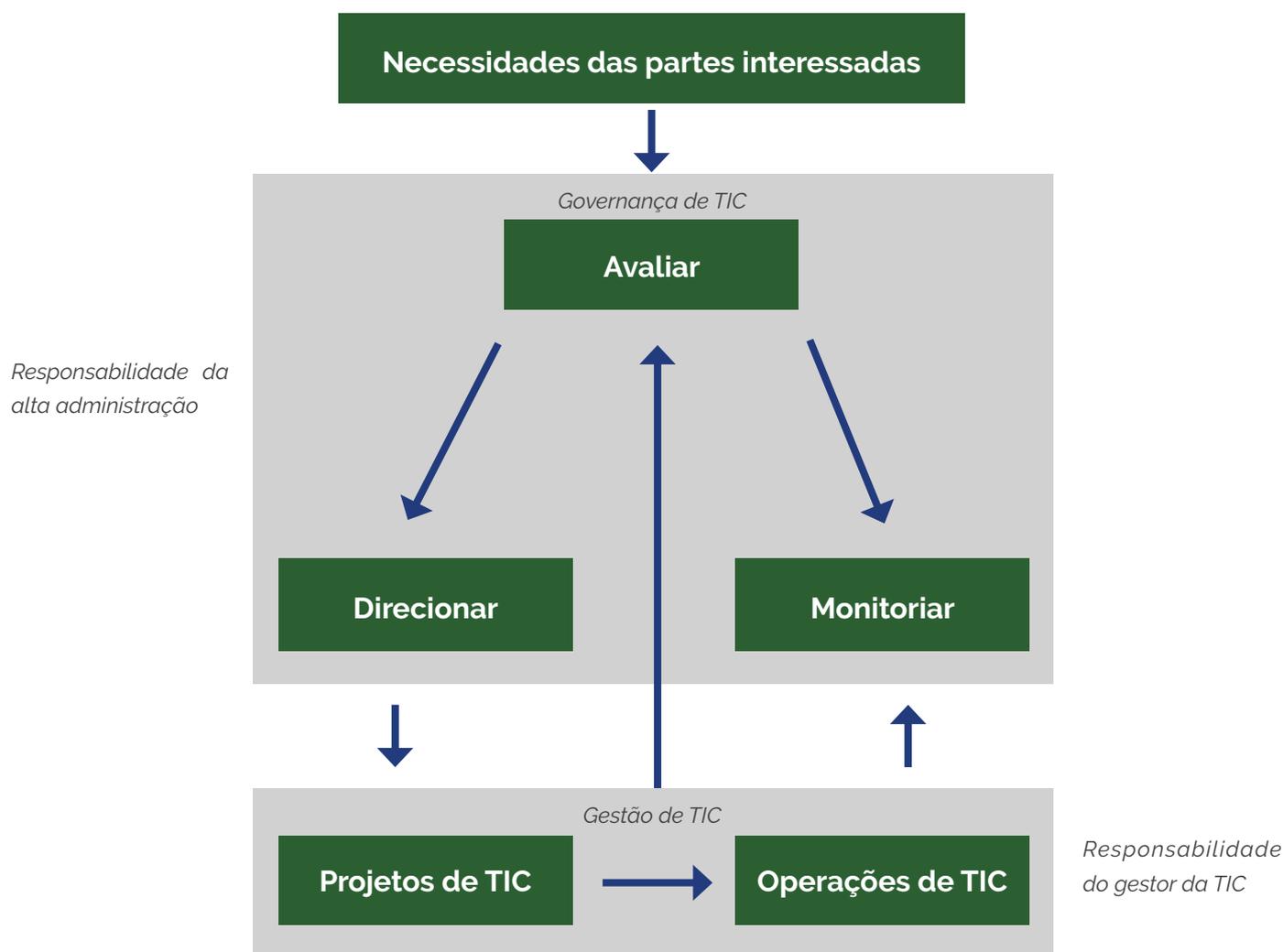
O PETI tem sua vigência até 2020, permitindo revisões anuais, ou sempre que necessárias, com o objetivo de atingir seus objetivos.

A estratégia de Tecnologia da Informação e Comunicação – TIC desenvolvida é parte de um processo dinâmico e interativo voltado à construção de soluções e serviços que promovam a governança das informações de forma a agilizar a tomada de decisão pela alta direção da ANTT

O CGTI - Comitê Gestor de Tecnologia da Informação, vinculado à Diretoria Geral da ANTT, e instituído pela Portaria nº 533, de 08/12/2016, tem por finalidade coordenar a formulação de propostas de políticas, objetivos, estratégias, investimentos e prioridades de tecnologia da informação.

Em 2018, foram iniciadas as ações para a implementação do modelo de Governança de TIC do SISP, conforme figura abaixo que apresenta alguns princípios e diretrizes importantes para a ANTT, agrupados em 03 grandes tarefas: Avaliar, Direcionar e Monitorar.

Modelo de Governança e Gestão de TIC - SISP



Em função dos riscos e oportunidades, foi revisado o Planejamento Estratégico de Tecnologia da Informação – PETI, instrumento de Governança de TIC que contém os direcionadores estratégicos e que embasaram a construção do Plano Diretor de Tecnologia da Informação e Comunicações – PDTI 2018-2020, aprovado pela Deliberação nº 518, de 21/12/2017. Esses instrumentos estão alinhados ao Mapa Estratégico da Agência, a fim de que os resultados de curto, médio e longo prazos sejam alcançados de forma integrada e sistêmica.

Em conformidade à Estratégia de Governança Digital - EGD, documento que define os objetivos estratégicos, as metas, os indicadores e as iniciativas da Política de Governança Digital do Poder Executivo Federal, instituída pelo Decreto nº 8.638, de 15 de janeiro de 2016, a ANTT está implantando e implementando, as seguintes práticas:

Envolvimento da Alta Administração com Iniciativas de TIC

O CGTI se reúne com todos os representantes das Unidades Organizacionais, inclusive da Diretoria da ANTT, a fim de deliberar, por meio de avaliação, direcionamento e monitoramento das atividades executadas e que estão em consonância com os objetivos estratégicos e metas do PETI/PDTI da Agência.

O PETI/PDTI mantém total alinhamento com as diretrizes e objetivos estratégicos do Mapa Es-

tratégico da Agência, facilitando assim o acompanhamento dos indicadores do PGA.

Especificação dos Direitos Decisórios sobre TIC

Os direitos decisórios sobre TIC estão previstos no Regimento Interno e na Portaria de constituição do CGTI.

Criação do Comitê de TIC

O Comitê de TIC multidisciplinar tem caráter deliberativo com vistas a agilizar as tomadas de decisões sobre o assunto.

Elaboração do Plano de Riscos de TIC

O Plano de Gestão de Riscos está relacionado às iniciativas estratégicas: Gestão de Segurança da Informação e Comunicações e Revisão do Instrumento de Planejamento de Tecnologia da Informação da ANTT. Esses planos de gestão de riscos estão em conformidade com a metodologia de gestão de riscos, em implantação pela Agência.

Portfólio de TIC

Elaborada metodologia que estabelece critérios para a definição estratégica dos projetos a serem desenvolvidos para as Unidades Organizacionais.

Alinhamento Estratégico

O PETI/PDTI foi elaborado de forma a atender as necessidades da Agência, canalizando a sinergia necessária para integrar a alta administração, por meio do CGTI, as Unidades Organizacionais e a área de TI, facilitando o alcance dos objetivos da agência, a boa comunicação e cooperação mútua.

O PETI e PDTI tem como ferramenta de referência o Balanced Scorecard.

Sistema de Comunicação e Transparência

Estão sendo aprimorados os mecanismos de gestão das demandas, gestão de contratos (melhoria dos sistemas de informação) e criados painéis táticos e estratégicos para acompanhamento e gestão dos indicadores das demandas de cada Unidade Organizacional. Essas ações irão favorecer a transparência e a prestação de contas das atividades empreendidas pela ANTT.

Conformidade do Ambiente de TIC

A ANTT vem adotando práticas que estão em conformidade com os normativos publicados pela Secretaria de Tecnologia da Informação do Ministério do Planejamento, tais como: a Estratégia de Governança Digital, o Guia de Governança de TIC e o Referencial do Processo de Planeja-

mento de Tecnologia da Informação do Tribunal de Contas da União.

Monitoramento do Desempenho da TIC

As metas definidas no PDTI vêm sendo monitoradas por meio do Plano de Gestão Anual.

Avaliação do Uso da TIC

Por meio dessas práticas, pretende-se aprimorar os instrumentos com vistas a promover a Governança e a Gestão de TIC na ANTT, com o objetivo de alcançar melhores níveis de maturidade.

Além desses instrumentos, a ANTT utiliza ainda o Processo de Gerenciamento de Desenvolvimento de Software – PGDS que mantém conformidade com as melhores práticas de Gerenciamento de Projetos (PMBok) e de metodologia de desenvolvimento de sistemas.

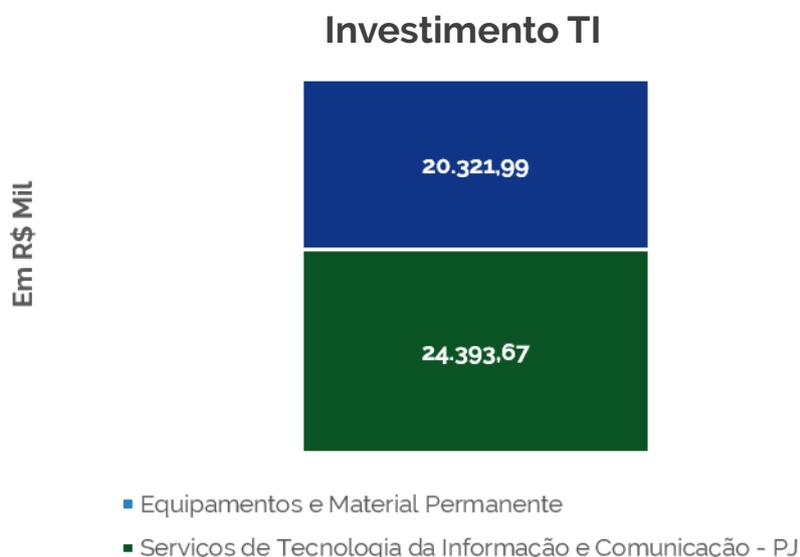
No tocante à infraestrutura, adotou-se o processo ITIL, e suas respectivas disciplinas, com o intuito de padronizar os processos e assegurar melhor prestação de serviços na Agência.

Esses instrumentos de Governança de TI, combinados em suas características e controles, são mensurados por meio de indicadores de resultados de eficiência, eficácia e efetividade nos painéis estratégicos de tecnologia da informação, em implantação pela ANTT, com base nos dados do e-Gov TI.

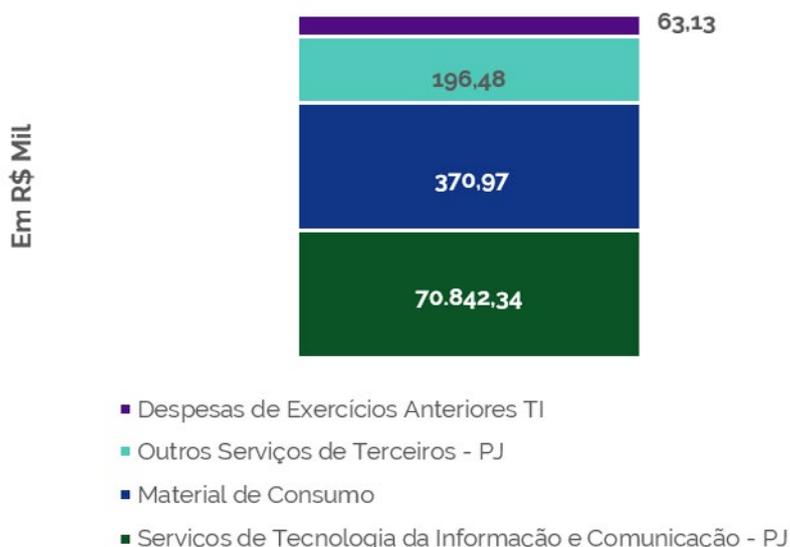
Montante de recursos aplicados em TI

A ANTT busca fornecer soluções de informática eficientes e confiáveis, com foco na melhoria contínua da qualidade dos serviços disponibilizados à população.

Em 2018, no âmbito das atividades de TI, a ANTT executou o montante de R\$ 116.188.589,02, conforme demonstrado abaixo, separados em custeio e investimento:



Custeio TI



Compõem esses montantes, as contratações/aquisições feitas pela Agência no decorrer de 2018, além dos serviços comuns da área de tecnologia da informação, visando oferecer uma infraestrutura suficiente de forma a suportar os sistemas que atendem à ANTT no cumprimento de sua missão, de modo geral.

Exemplo disso são os serviços continuados de tecnologia da informação voltados ao desenvolvimento e manutenção evolutiva e adaptativa de sistemas, com os quais é possível um apoio direcionado a vários projetos que são considerados fundamentais à manutenção e aperfeiçoamento das informações e sistemas na área de transporte.

Contratações Relevantes

A ANTT tem envidado esforços de forma a gerar e gerenciar toda sua capacidade de resposta institucional satisfatória à sociedade, com a responsabilidade de manter íntegro, confiável e seguro todo o ambiente tecnológico, bem como manter e disponibilizar à sociedade e aos servidores, equipamentos, bases de dados e informações precisas e confiáveis, justificando a necessidade de constante atualização tecnológica.

Abaixo, elencamos as principais contratações em TI feitas pela ANTT, em 2018:

Contratações relevantes de recursos de TI - SUTEC 2018

Id	Projetos
1	Expansão de solução de tecnologia hiperconvergente
2	Solução de governança de dados corporativos

Id	Projetos
3	Solução de armazenamento (storage)
4	Expansão da solução de virtualização
5	Modernização do parque computacional - 3ª fase
6	Solução de auditoria em sistemas de arquivos e correio eletrônico
7	CNSO - Centro Nacional de Supervisão Operacional

Principais Sistemas de Informação

SIFAMA - Sistema Integrado de Fiscalização Autuação Multas e Arrecadação

Projeto de gerenciamento da fiscalização de todos modais de transporte terrestre, autuação, multas e arrecadação da ANTT. Lavratura de autos de infração de excesso de peso; processamento dos autos de infração segundo o rito do Código de Trânsito Brasileiro; controle de arrecadação das multas aplicadas; emissão de boletos para os autuados, integração com a Fiscalização Eletrônica; lavratura e processamento de autos de infração dos modais regidos pela Resolução nº 5.083; inscrição no SERASA e CADIN.

SISHAB – Sistema de Habilitação

Sistema integrado que permite o cadastramento, habilitação e o gerenciamento dos requerimentos necessários para o funcionamento das empresas rodoviárias de transporte de passageiros. Foi considerado um “case” de sucesso, após análise de alguns indicadores que mostraram que o Projeto proporcionou economia de aproximadamente R\$ 74,5 milhões de reais ao mercado, além de reduzir o tempo de análise dos requerimentos, melhora no processo de habilitação de veículos, empresa e motorista.

SIGPRO - Sistema de Gestão de Projetos de Rodovias

O propósito do sistema é substituir o fluxo atual estabelecido por uma aplicação que proporcione maior agilidade no processo de análise, troca de informações com as concessionárias, armazenamento com versionamento dos projetos alterados, organização das informações, gestão dos documentos de análises, bem como relatórios estatísticos sobre os indicadores da GEPRO. O sistema permite cadastrar as concessionárias e seus projetos de rodovia e tramitar documentos.

As concessionárias poderão usar o sistema online para realizar upload e download dos projetos e documentos anexados. Nesse primeiro momento os fluxos contemplarão a GEPRO, CPROJ e as concessionárias. Na segunda fase o fluxo será estendido para outras COAMB e COFAD.

SEI – Sistema Eletrônico de Informações - ANTT

A ANTT iniciou a implantação do Sistema Eletrônico de Informações - SEI, dando continuidade ao uso de meio eletrônico para a instrução de processos administrativos. Decisão alinhada com os propósitos de uma Administração Pública integrada e eficiente, uma vez que une a diretriz de processos eletrônicos, à luz do Decreto nº 8.539/15, já iniciada no âmbito desta Agência, com o objetivo de instituir meios de centralizar as informações e agilizar os trâmites entre órgãos, conforme o projeto intitulado Processo Eletrônico Nacional - PEN (iniciativa estruturada pelo Ministério do Planejamento).

A Implantação do SEI está ocorrendo em paralelo à integração com os sistemas SIFAMA (Sistema Integrado de Fiscalização, Autuação, Multa e Arrecadação), SISHAB (Sistema de Habilitação) e SIGEPRO (Sistema de Gestão de Projetos de Rodovias) em uma arquitetura que visa atender também as integrações futuras.

SISCONTEL – Sistema de Controle das Contas Telefônicas

O SISCONTEL tem o objetivo de substituir o processo atual, que ocorre de forma manual, na criação e análise de planilhas para o controle de Contas Telefônicas.

O Sistema propõe:

- Redução de aproximadamente 4.000 folhas/mês
- Redução de 20 volume de processos/mês para arquivamento, em média.
- Agilidade para atesto de faturas telefônicas.
- Rastreio de faturas e atestes de meses anteriores.
- Consulta dos ramais e linhas vinculados ao usuário.
- Emissão de GRU através do link dentro do próprio sistema.
- Relatórios de usuários, faturas pendentes de ateste, linhas vagas, linhas devolvidas, linhas novas, entre outros.
- Zero uso de papel impresso em todo o processo de ateste.

RNTRC - Registro Nacional de Transportadores Rodoviários de Carga

É uma credencial pública e individual, idealizada para identificação e certificação das inscrições necessárias, para que qualquer veículo trafegue e opere no transporte de cargas em nosso país, desde alguns veículos comerciais leves até carretas pesadas. Integração com TAG (Identificação Eletrônica de Veículo) o que permite receber informações das AMAPs. Todos os veículos de cargas devem possuir essa identificação, conforme Resolução nº 4.799 de 27 de julho de 2015.

MDF-e - Manifesto Eletrônico de Documentos Fiscais

Integração efetiva entre os entes públicos e privados, garantindo, desta forma, melhores condições para a fiscalização tanto da Secretaria de Fazenda, como da ANTT. O projeto contempla

a sincronização entre os bancos de dados da Agência e o ambiente autorizador do MDF-e e propõe a transmissão dos dados no que tange à regularidade dos transportadores no RNTRC, bem como sua frota.

PEF – Pagamento Eletrônico de Frete

Verifica se um transportador está apto ou não a realizar o transporte rodoviário de cargas, por meio de consultas aos dados do transportador e da frota de veículos no sistema RNTRC e registra informações das operações de transporte (CIOT) como cancelamento, retificação e encerramento. Esse sistema será integrado aos sistemas de informações das IPEFs (Instituição de Pagamento Eletrônico de Frete), previsto na Resolução ANTT nº 3.658/2011.

SICONPAR

Responsável pelo cadastramento, acompanhamento, controle e direcionamento das demandas e ou consultas parlamentares.

PGA WEB e Mobile

Plano de Gestão Anual da ANTT, com cadastro de Metas alinhadas à Missão Estratégica da ANTT, ao Planejamento Estratégico e/ou ao Planejamento Plurianual.

Também na versão Mobile, o aplicativo para dispositivos móveis permite a consulta aos dados de acompanhamento do sistema PGA. E, para os superintendentes, permite a validação do cadastro de metas.

Monitriip Portal

Permite o cadastro das empresas fornecedoras do software de envio dos dados e das empresas de transporte, ou seja, as empresas responsáveis pelo transporte rodoviário nacional, rodoviário internacional, semiurbano nacional, semiurbano internacional e fretado. Por meio do Sistema, as empresas fornecedoras podem ter acesso às informações necessárias à criação e utilização das aplicações, como o Documento de Interface de Software e os tokens para autenticação nos ambientes de validação e monitoramento. Já as empresas de transporte podem informar quais aplicativos e empresas fornecedoras utilizarão para enviar os dados ao Webservice.

Prova Eletrônica

Sistema de Geração, Controle e Gestão das Provas para Transportadores Autônomos de Cargas (TAC) e Responsável Técnicos (RT), candidatos e credenciados ANTT.

Segurança da Informação

A ANTT elaborou um Modelo de Gestão de Segurança da Informação e Comunicações – MG-SIC, que mantém conformidade com as diretrizes, regras e controles constantes dos normativos publicados pelo DSIC/GSIPR. O Modelo contempla:

- Atualização da Deliberação nº 364, de 19 de dezembro de 2013, que estabeleceu as diretrizes básicas da Política de Segurança da Informação e Comunicações, no âmbito da ANTT;
- Atualização da Deliberação nº 280, de 17 de setembro de 2015 que dispõe sobre as classes de informação com acesso restrito, as competências para classificar estas informações e as responsabilidades pela proteção e controle destas informações;
- Atualização da Portaria nº 386, de 07 de agosto de 2017, que alterou a constituição do Comitê Gestor da Segurança da Informação e Comunicações – CGSIC, instituído pela Portaria nº 334, de 26 de agosto de 2014;
- Adequação da Portaria nº 387, de 07 de agosto de 2017 que nomeou o Gestor de Segurança da Informação e Comunicações, segundo o novo Regimento Interno da ANTT; e
- Proposta de elaboração de um conjunto de normativos que, de forma integrada, farão parte do arcabouço de normativos de segurança da informação e comunicações da ANTT, para a implementação da estratégia de mitigar os riscos de quebra de segurança da informação na agência.

Além de elevar o nível de conformidade exigido pelos órgãos de controle, o MGSIC visa fundamentar os investimentos na área de Segurança da Informação e Comunicações – SIC. Para isso, foram definidas algumas linhas prioritárias direcionadas para a melhoria da gestão de SIC:

- Alinhamento institucional como passo inicial para o planejamento estratégico das ações da TIC;
- Atendimento às recomendações do Tribunal de Contas da União (TCU) que orienta a todos os órgãos da Administração Pública Federal Direta e Indireta – APF que sigam os normativos do Departamento de Segurança da Informação e Comunicações – DSIC, subordinado ao Gabinete de Segurança Institucional da Presidência da República - GSIPR;
- Alinhamento com as necessidades do Plano Diretor de Tecnologia da Informação – PDTI; e
- Atendimento às orientações normativas no que diz respeito à SIC.

Cabe ainda, destacar os projetos que constam do MGSIC:

Produto	Nome
1	Modelos de gestão de SIC
2	Estratégia de implantação do modelo de gestão de SIC
3	Atualização da política de segurança da informação e comunicações (POSIC)
4	Plano e metodologia de gestão de riscos de SIC
5	Plano de continuidade de negócios - PCN

Produto	Nome
6	Política de classificação da informação
7	Política de desenvolvimento de software seguro
8	Processo de funcionamento da equipe de tratamentos e respostas a incidentes em redes computacionais (ETIR)
9	Plano de mapeamento do inventário de SIC
10	Política de controle às redes sociais
11	Política de uso de dispositivos móveis e acesso à rede wi-fi
12	Política de uso de criptografia
13	Plano de gestão estratégica de pessoas - cultura de SIC
14	Plano diretor de segurança da informação e comunicações (PDSIC)

Esse modelo tem relação direta com o atendimento às recomendações da Auditoria Interna, quanto às adequações dos normativos já publicados pela Agência, e busca atender aos anseios de todos os servidores, colaboradores e prestadores de serviços, de forma a direcionar as ações de segurança da informação e comunicações.

Não obstante à proposição do MGSIC, a ANTT elaborou um conjunto de normas que mantém conformidade com as Normas Complementares nº 01/02/03/04/05/06/07/08/09/10/11/12/13/14/15/16/17/DSIC/GSIPR e atendem aos diversos controles para assegurar a SIC sobre os ativos de informação (PESSOAS, PROCESSOS, TECNOLOGIA e AMBIENTE); além do normativo de criação da Equipe de Tratamento e Resposta a Incidentes - ETIR. Esses normativos foram publicados em 2018 e fazem parte da estratégia de segurança da informação e comunicações.

Paralelamente à elaboração das normas publicadas, a ANTT também adotou como estratégia a redução das vulnerabilidades e a mitigação dos riscos de quebra de segurança da informação, realizadas por meio de campanha de sensibilização de SIC, ocorrida em 2018. A atividade terá continuidade, em 2019, com a realização de palestras e workshops para a conscientização em nível mais detalhado.

A operacionalização das ações de segurança da informação e comunicações ocorre com a ges-

tão de segurança da informação, em conjunto com a ETIR - Equipe de Tratamento e Respostas a Incidentes e com o Comitê de Segurança da Informação e Comunicações.

Na ocorrência de um incidente, a ETIR elabora um plano de ação, que é registrado na ferramenta de Gestão de Incidentes, que tem como base os processos do Information Technology Infrastructure Library - ITIL.

Juntas, essas ações asseguram maior transparência para a Gestão de Segurança da Informação e Comunicações na Agência e mantêm melhor relação com as partes interessadas.

GESTÃO AMBIENTAL SUSTENTÁVEL

Critérios de Sustentabilidade nas Contratações e Aquisições

Os editais elaborados pela ANTT para contratações e aquisições, seguem rigorosamente os modelos da Advocacia Geral da União – AGU, que contemplam os critérios de sustentabilidade, em conformidade com a Instrução Normativa nº 01, de 19 de janeiro de 2010 – SLTI – MP.

Na fase de estudos preliminares para contratações ou aquisições, verifica-se a disponibilidade e a vantajosidade de reutilização de bens por meio de consulta ao fórum eletrônico de materiais ociosos, que integra o Portal Comprasnet. Posteriormente, é feita pesquisa no Guia Nacional de Licitações Sustentáveis, disponível no site da AGU, por critérios de sustentabilidade que sejam compatíveis com o objeto pretendido, de modo que, caso sejam viáveis tecnicamente, sejam incluídos nas especificações do objeto ou no campo atinente às obrigações da Contratada, dando efetividade aos atos normativos que disciplinam as contratações sustentáveis no âmbito da Administração Pública Federal, especialmente o art. 3º da Lei n.º 8.666/93 e o Decreto n.º 7.746/2012.

Redução de Resíduos Poluentes

A ANTT fornece aos seus colaboradores, quando da investidura em seus cargos, canecas personalizadas para serem utilizadas em seu cotidiano, evitando assim que se use copos descartáveis biodegradáveis, disponibilizados apenas para a utilização por visitantes. A sede da ANTT em Brasília conta com coletor de pilhas e baterias para incentivar o descarte consciente desses resíduos.

O edifício sede da ANTT possui a "Central de Resíduos Sólidos" que é um espaço específico para a separação e triagem de resíduos, conforme sua espécie, que, após sua classificação, são destinados à cooperativa de catadores "RECICLO" (Cooperativa de coleta seletiva de materiais recicláveis e resíduos sólidos). Com a Coleta Seletiva Solidária, a Agência doa, mensalmente, aproximadamente 1 (uma) tonelada de recicláveis para catadores cooperados.

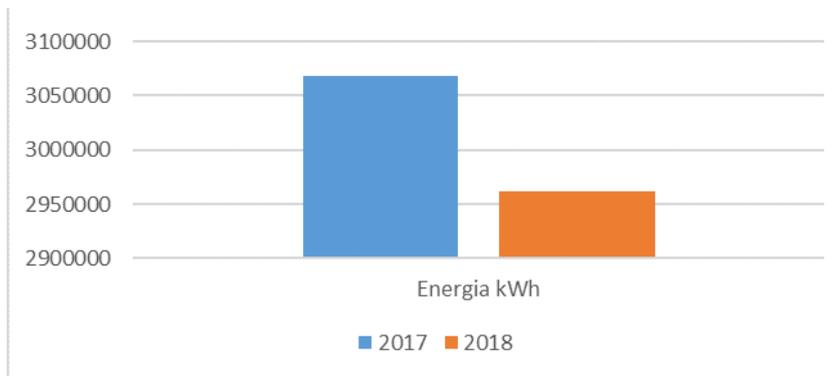
Ações para Redução do Consumo de Recursos Naturais

A ANTT faz parte do Sistema do Projeto Esplanada Sustentável (SisPES) que tem por função monitorar o consumo de energia elétrica e de água pelos órgãos e entidades da Administração Pública Federal direta, autárquica e fundacional, em atendimento ao disposto na Portaria MP

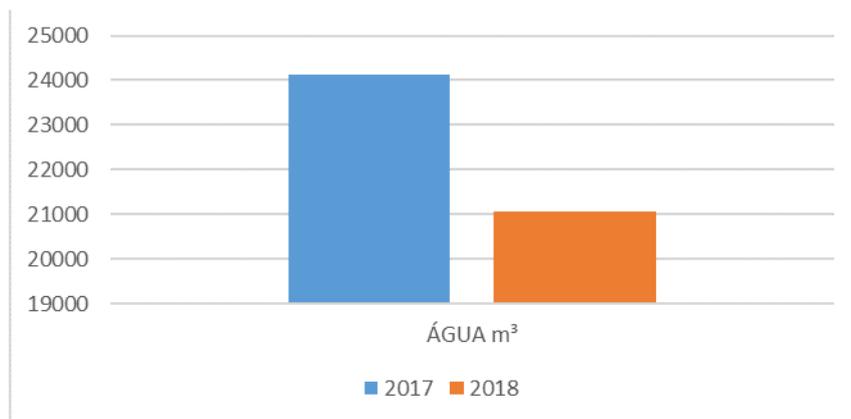
nº 23, de 12 de fevereiro de 2015. Nesse sentido, realiza o monitoramento, análise e controle de consumo de água e energia elétrica.

Ainda no exercício de 2017, já haviam sido implantadas medidas de divulgação de práticas sustentáveis, como a organização da "Semana do Meio Ambiente", confecção e distribuição de "Cartilhas de Sustentabilidade", e promoção de ECOQUIZ, ações essas que colaboraram para impactar positivamente o consumo do exercício subsequente e que, somadas à instalação de rede de captação de águas pluviais para irrigação, em 2018, geraram economia de aproximadamente 4,9 % e 12,5 % de energia elétrica e água, respectivamente, comparando-se os anos de 2018 e 2017.

Consumo de energia elétrica



Consumo de água



RELACIONAMENTO COM A SOCIEDADE E CONTROLE

Principais Canais de Comunicação com a Sociedade

Com relação à interação com a sociedade e partes interessadas, existe espaço específico, no sítio eletrônico da Agência que apresenta procedimentos para a busca de sugestões, críticas e de manifestações sobre assuntos de relevância para o setor de transportes terrestres, além de instrumentos de cidadania e transparência como as Audiências Públicas, as Consultas Públicas, publicação de Relatórios e informações de utilidade pública.

A ANTT possui uma Ouvidoria organizada que, por sua natureza legal e regimental, atua como área intermediadora de interesses, buscando promover a interligação entre a sociedade e os setores da Agência.

As recentes publicações da Lei nº 13.460/2017 e do Decreto nº 9.492/218 representam marcos legais para o fortalecimento das ouvidorias públicas, atualmente compreendidas não apenas como instâncias de recebimento de demandas, mas, principalmente, como unidades organizacionais dotadas de potencial para representar os interesses e direitos da sociedade e detentoras de informações relevantes para subsidiar a atuação dos gestores, com enfoque na adequada prestação de serviços públicos, revelando-se como unidade estratégica na organização.

Portanto, no desempenho de seu papel como facilitadora e com foco no objetivo estratégico de "ampliar a interação com o mercado regulado, usuários, e partes interessadas", a Ouvidoria busca promover a interligação entre toda a sociedade e os setores finalísticos da Agência. Para tanto, os atendentes são capacitados para responder diretamente a maioria dos registros e, atualmente, mais de 90% das manifestações são encerradas pela própria Central de Atendimento. As solicitações que dependem de análise, resposta ou atuação técnica são encaminhadas aos setores competentes para providências e posterior resposta ao interessado.

Além da manutenção de níveis adequados de registro e tratamento das demandas recebidas pelos canais de atendimento, a Ouvidoria da ANTT está constantemente empenhada nas suas atribuições de cunho gerencial, com apoio efetivo aos demais setores da Agência quanto às principais demandas da sociedade a serem consideradas no processo decisório.

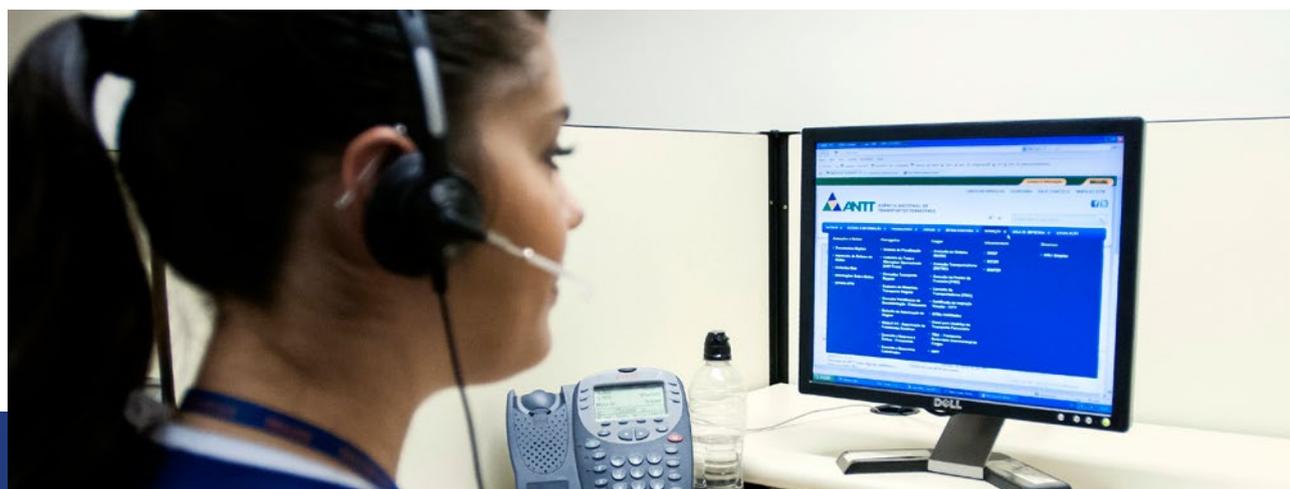
Neste sentido, a percepção de qualidade do atendimento pelo cidadão-usuário também está relacionada com a celeridade das providências adotadas pelas unidades organizacionais finalísticas para solucionar as questões apresentadas pela sociedade. Dessa forma, as redes e parcerias de articulação institucional estabelecidas pela Ouvidoria com todos os graus hierárquicos passam pelo bom relacionamento e diálogo com técnicos que atuam nos níveis operacionais - e respondem às manifestações de Ouvidoria - até a alta direção, na qualidade de agentes imprescindíveis para a disseminação e internalização da cultura da transparência e do foco no

cidadão-usuário.

Canais de acesso à Ouvidoria

Independentemente do canal escolhido pelo cidadão, a manifestação é registrada, analisada e respondida. A ANTT disponibiliza à sociedade os seguintes meios de contato:

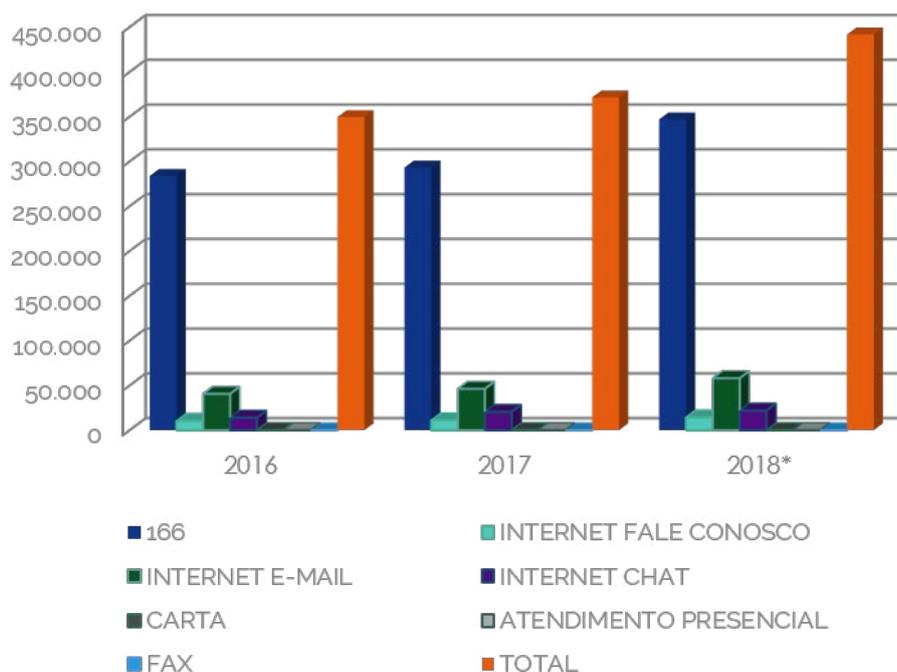
- **Telefone 166**
A central de atendimento funciona ininterruptamente, de segunda-feira a domingo, 24 horas por dia (inclusive feriados). Recebe chamadas originadas de telefones fixos e móveis, e são gratuitas para o cidadão.
- **Formulário eletrônico “Fale Conosco”**
Disponível no sítio eletrônico da ANTT através do link: <https://ouvidoria.antt.gov.br/Cadastro/Mensagem.aspx>
- **E-mail**
Os interessados podem enviar manifestações para o e-mail **ouvidoria@antt.gov.br**.
- **Atendimento online**
Está disponível no sítio eletrônico da ANTT. A principal vantagem para a ANTT é o atendimento às demandas das pessoas com deficiência auditiva e/ou da fala.
- **Atendimento presencial**
A Sala do Cidadão funciona no Edifício-Sede da ANTT, de segunda a sexta-feira, em horário comercial.
- **Correspondência**
A Ouvidoria da ANTT recebe manifestações, por meio de cartas endereçadas à sede da ANTT, localizada no Setor de Clubes Esportivos Sul - SCES, lote 10, trecho 03, Projeto Orla Polo 8 - Brasília - DF CEP: 70200-003.
- **Serviço de Informação ao Cidadão**
Este serviço está disponível pelo sítio eletrônico da ANTT, acessível pelo link: <https://esic.cgu.gov.br/sistema/site/index.aspx>.



Resultados da Ouvidoria

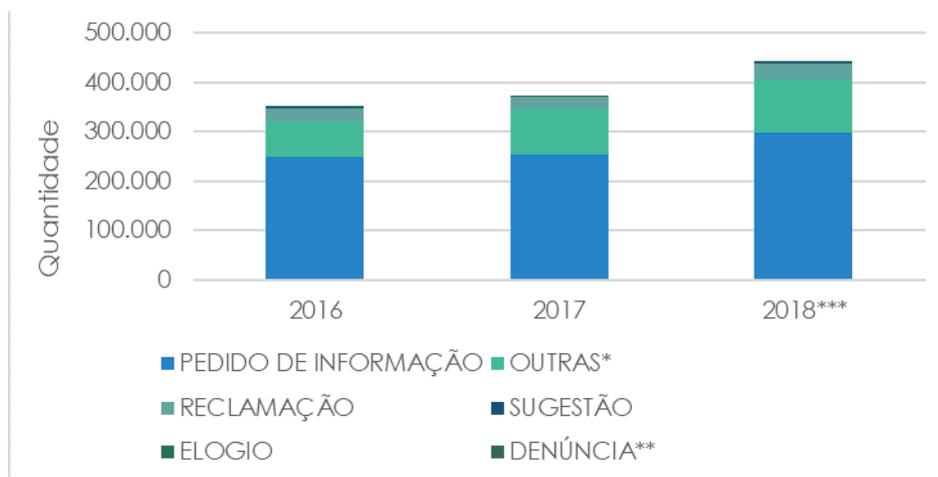
Os dados gerais das manifestações registradas pela Ouvidoria da ANTT no último triênio são apresentados nos quadros abaixo:

Meio de comunicação



*Os dados relativos a 2018 são preliminares e podem sofrer ajustes após o término da reclassificação/revisão realizada pela Ouvidoria para publicação do Relatório de Resultados Anual.

Tipos de manifestação



* Demandas que não se enquadrarem nos outros tipos de manifestações, como solicitações de providências administrativas.

** Queixas sobre condutas de servidores da Agência.

***Os dados relativos a 2018 são preliminares e podem sofrer ajustes após o término da reclassificação/revisão realizada pela Ouvidoria para publicação do Relatório de Resultados Anual.

Entre as principais realizações da Ouvidoria no ano de 2018, destacam-se as seguintes:

- Conclusão e divulgação da 4ª Pesquisa de Satisfação dos Usuários realizada pela ANTT, fruto do trabalho conjunto com outras unidades organizacionais, cujo principal objetivo foi conhecer os atributos mais importantes para os usuários e aferir o grau de satisfação com os serviços regulados. Os resultados pormenorizados de todas as pesquisas de satisfação dos usuários já realizadas pela ANTT encontram-se disponíveis no endereço eletrônico da Agência: http://www.antt.gov.br/textogeral/Pesquisa_de_Satisfacao_dos_Usuarios_Transport_Users_Satisfaction_Survey.html ;
- Otimização da produção de dados em painéis estratégicos desenvolvidos com processos de inteligência de negócios (Business Intelligence), trabalho que se encontra em fase adiantada de desenvolvimento com a equipe da Superintendência de Tecnologia da Informação da ANTT;
- No âmbito das ações voltadas à transparência e acesso à informação, foi constituído Grupo de Trabalho para início das providências relativas à elaboração de novo Plano de Dados Abertos (PDA) da ANTT em 2019, com conteúdo alinhado às exigências da Política Nacional de Dados Abertos. Em novembro e dezembro de 2018, foi realizada a Tomada de Subsídio nº 015/2018 com o objetivo de obter contribuições por escrito sobre a priorização das bases de dados a serem abertas no PDA da Agência;
- Desenvolvimento do portal de serviços ao cidadão (Plataforma Digital) para gestão das solicitações de cópias de documentos e processos, além do apoio e diligência de manifestações externas relativas à simplificação e desburocratização no âmbito da ANTT; e
- Revisão e publicação de nova edição da Carta de Serviços ao Cidadão, acessível pelo sítio eletrônico da ANTT: http://www.antt.gov.br/textogeral/Carta_de_Servicos.html.

Ações Parlamentares

A Assessoria de Relações Parlamentares (ASPAR) tem, dentre suas competências, a função de promover a articulação da ANTT com o Congresso Nacional e de assessorar a Diretoria Colegiada na interlocução com o Poder Legislativo.

Nesse sentido, ao longo de 2018, a ASPAR acompanhou a tramitação de 79 Projetos de Lei, agindo internamente no sentido de uniformizar posicionamento institucional e externamente com o propósito de preservar o entendimento técnico sobre a matéria.

Ao longo de 2018, foram atendidas 397 solicitações externas (ofício, e-mails), com a seguinte distribuição de origem: 82 Prefeituras, 76 Câmaras Municipais, 10 Governos estaduais, 35 Assembleias Legislativas, 141 Câmara dos Deputados, 41 Senado, 12 Ministério dos Transportes, Portos e Aviação Civil.

Em relação às atividades de assessoria, a ASPAR esteve presente em 40 Audiências Públicas no Congresso Nacional e acompanhou 15 Audiências Públicas da ANTT, além de assessorar Diretores e Superintendentes quando das oportunidades de atendimento a prefeitos, vereadores, deputados e senadores.

Na ANTT, 49% das demandas são provenientes da Câmara dos Deputados, do Senado Federal

e do Ministério dos Transportes, Portos e Aviação Civil. O restante é proveniente de prefeituras, câmaras municipais e governo estaduais.

A área mais demandada da Agência para análise de matérias parlamentares é a que trata da exploração da infraestrutura rodoviária (rodovias concedidas). Em seguida, vem o setor ferroviário e, por fim, o setor que regula e fiscaliza o transporte rodoviário interestadual e internacional de passageiros.

A casa legislativa que mais demanda a autarquia com análises de projetos de lei e pleitos encaminhados por parlamentares é a Câmara dos Deputados, com quase três quartos de todo o volume demandado, seguida do Senado Federal e Ministério dos Transportes, Portos e Aviação Civil.

Sobre os projetos apresentados, observa-se que em 100% das proposições analisadas pela ANTT (ano-base 2018), dois temas corresponderam a mais de 40% do volume apreciado: gratuidade de passagens, em especial para idosos, e isenção de pedágio.

Comunicação

De acordo com a Deliberação nº 364 (Política de Comunicação da ANTT), de 25 de novembro de 2015, o objetivo geral da comunicação consiste em promover a comunicação organizacional integrada na ANTT e com seus públicos de interesse, de forma alinhada, coordenada e sinérgica, tendo como base as diretrizes do Planejamento Estratégico e visando ampliar a percepção da marca da Agência e de sua reputação corporativa e contribuindo para o cumprimento da missão institucional da ANTT.

Comunicação Institucional

As ações de comunicação institucional constituem o planejamento da comunicação estratégica da ANTT, divulgação do material informativo e promocional da Agência, planejamento e produção de conteúdo para os veículos/canais de comunicação internos e externos, planejamento de campanhas institucionais para o público-alvo da Agência, fortalecimento do relacionamento da ANTT com seus diversos públicos, entre outros. O quadro a seguir demonstra as atividades realizadas em 2018:

Ação	Quantidade
Produção de conteúdo para o sítio eletrônico oficial da ANTT	166
Produção de conteúdo para Intranet	112

Ação	Quantidade
Edições da Revista Anttenado (online e impressa)	9
Produção audiovisual (vídeos e spots de rádio)	36
Postagens nos perfis oficiais da ANTT nas redes sociais (Facebook, Twitter, Youtube e Instagram)	212

Publicidade e Comunicação Digital

O quadro abaixo apresenta o quantitativo da produção referente a campanhas internas e externas planejadas pela ANTT em 2018:

Ação	Quantidade
Produção de campanhas	252
Campanha Utilidade Pública com distribuição de cartilhas	112
"Direitos e Deveres dos Passageiros Idosos"	200.000
Campanha Utilidade Pública com distribuição cartilhas sobre Concessões Rodoviárias	200.000
Campanha com distribuição de folder sobre "Uso de Cinto de Segurança em Ônibus Interestaduais"	50.000

Imprensa

Em 2018 foram realizados, em suma, os seguintes serviços referentes ao atendimento e fortalecimento da relação da ANTT com a imprensa em geral:

- Atendimento geral: 1.589
- Acompanhamento de entrevistas individuais: 16

Cerimonial e Eventos institucionais

Em 2018, ocorreu um total de 248 eventos institucionais, dentre os quais destacam-se: audiências públicas, reuniões participativas, reuniões bilaterais, seminários, workshops e cursos de capacitação. No quadro a seguir são apresentadas as audiências, reuniões participativas e reuniões bilaterais, em quantidades:

Evento	Quantidade
Audiências Públicas	28
Reuniões Participativas	8
Reuniões Bilaterais	1

A seguir, serão listadas as audiências públicas e reuniões participativas, com local e data de realização:

Audiência Pública Nº 016/17 (*) - com o objetivo de obter subsídios e informações adicionais para o aprimoramento da proposta de Resolução que institui o Documento Eletrônico de Transporte (DT-e) como instrumento para caracterização da operação de transporte rodoviário de cargas. As sessões foram realizadas nos municípios abaixo nas seguintes datas:

- 16/01/2018 – Brasília/DF;
 - 30/01/2018 – São Paulo/SP.
- (*) iniciada em 2017, concluída em 2018

Audiência Pública Nº 001/18 - com o objetivo de tornar pública e colher sugestões, proposta de Resolução que estabelecerá os procedimentos para implementação da Medida Provisória nº 800, de 18 de setembro de 2017 e Portaria nº 945, de 16 de novembro de 2017, no âmbito da ANTT. Dia 22/01/2018 – Brasília/DF.

Audiência Pública Nº 002/18 - com o objetivo de tornar pública e obter subsídios e informa-

ções adicionais para o aprimoramento da proposta de Resolução que dispõe sobre o transporte rodoviário internacional de cargas e altera a Resolução nº 1.474, de 31 de maio de 2006. As sessões foram realizadas nos municípios abaixo nas seguintes datas:

- 20/02/2018 – São Paulo/SP;
- 22/02/2018 – Porto Alegre/RS; e
- 27/02/2018 – Brasília/DF.

Audiência Pública Nº 003/18 - com o objetivo de colher subsídios ao aprimoramento da proposta de Resolução que dispõe sobre a Revisão da Resolução ANTT nº 3.535, de 10 de junho de 2010 – Serviço de Atendimento ao Consumidor (SAC). Dia 27/03/2018 – Brasília/DF.

Audiência Pública Nº 004/18 - com o objetivo de colher subsídios ao aprimoramento da proposta de Resolução que dispõe sobre os critérios de solução de controvérsias nos setores ferroviário e de infraestrutura rodoviária da Administração Pública Federal sob regulação da ANTT. Dia 18/05/2018 – Brasília/DF.

Audiência Pública Nº 005/18 - com o objetivo de tornar pública e receber contribuições sobre proposta de Resolução que dispõe sobre a comprovação dos certificados de regularidade fiscal, trabalhista, previdenciária e comercial das empresas que prestam serviço de transporte coletivo interestadual semiurbano de passageiros. Dia 19/06/2018 – Brasília/DF.

Audiência Pública Nº 008/18 - com o objetivo de tornar público, colher sugestões e contribuições, sobre os estudos técnicos acerca da prorrogação do prazo de vigência contratual da Concessionária Estrada de Ferro Vitória a Minas – EFVM. As sessões foram realizadas nos municípios abaixo nas seguintes datas:

- 10/09/2018 – Belo Horizonte/MG;
- 12/09/2018 – Ipatinga/MG;
- 14/09/2018 – Vitória/ES;
- 18/09/2018 – Brasília/DF; e
- 18/10/2019 – Governador Valadares/MG.

Audiência Pública Nº 009/2018 - com o objetivo de tornar público, colher sugestões e contribuições, sobre os estudos técnicos acerca da prorrogação do prazo de vigência contratual da Concessionária Estrada de Ferro Carajás – EFC. As sessões foram realizadas nos municípios abaixo nas seguintes datas:

- 27/08/2018 – Belém/PA;
- 29/08/2018 – São Luis/MA;
- 17/09/2019 – Brasília/DF; e
- 10/10/2018 – São Luis/MA (2ª sessão).

Audiência Pública Nº 010/2018 - com o objetivo de tornar público, colher sugestões e contribuições, sobre os estudos técnicos acerca da subconcessão à iniciativa privada da malha ferroviária da Ferrovia de Integração Oeste Leste (FIOL), trecho compreendido entre Ilhéus/BA e Caetité/BA. As sessões foram realizadas nos municípios abaixo nas seguintes datas:

- 21/09/2018 – Ilhéus/BA; e
- 25/09/2018 – Brasília/DF;

Audiência Pública Nº 011/2018 – com o objetivo de tornar pública e receber contribuições

sobre proposta de Resolução que dispõe sobre a inspeção técnica de veículos utilizados na prestação de serviços de transporte rodoviário interestadual e internacional de passageiros. Dia 03/10/2018 – Brasília/DF.

Audiência Pública Nº 012/2018 – com o objetivo de tornar pública a minuta de resolução e colher subsídios, com vistas à implementação das medidas administrativas, coercitivas e punitivas necessárias ao fiel cumprimento da Política Nacional de Pisos Mínimos do Transporte Rodoviário de Cargas. Dia 09/10/2018 – Brasília/DF.

Audiência Pública Nº 013/2018 – com o objetivo de tornar público, colher sugestões e contribuições às minutas de Edital e Contrato, ao Programa de Exploração da Rodovia e aos Estudos de Viabilidade, para Concessão da BR- 101//SC, no trecho entre o Rio da Madre (km 244+680), em Paulo Lopes e São João Do Sul, na divisa com o estado do RS (km 465+100). As sessões foram realizadas nos municípios abaixo nas seguintes datas:

- 15/10/2018 – Brasília/DF;
- 17/10/2018 – Florianópolis/SC;
- 18/10/2018 – Criciúma/SC; e
- 22/10/2018 – Brasília/DF.

Audiência Pública Nº 014/2018 – com o objetivo de tornar público, colher sugestões e contribuições à minuta de resolução que estabelece os procedimentos a serem seguidos pelas concessionárias de Rodovias Federais para apresentação dos projetos e Planejamentos Anuais dos investimentos previstos nos Programas de Exploração das Rodovias Federais, assim como de novos investimentos fixando diretrizes para o início e conclusão de obras e serviços nos sistemas rodoviários federais concedidos. Dia 05/11/2018 – Brasília/DF.

Audiência Pública Nº 015/2018 – com o objetivo de tornar pública e colher sugestões, sobre a proposta de Resolução que revisa a Resolução ANTT nº 3.665, de 04 de maio de 2011, que atualiza o Regulamento para o Transporte Rodoviário de Produtos Perigosos. Dia 13/12/2018 – Brasília/DF.

Reunião Participativa Nº 001/2018 – com o objetivo de receber contribuições técnicas no âmbito do Fórum Permanente para o Transporte Rodoviário de Cargas (Fórum TRC). Dia 21/03/2018 – Brasília/DF.

Reunião Participativa Nº 006/2018 – com o objetivo de receber contribuições sobre a portaria que estabelece os procedimentos a serem observados pela ANTT para o reequilíbrio econômico-financeiro dos contratos de concessão de rodovias. Dia 14/11/2018 – Brasília/DF.

Reunião Participativa Nº 007/2018 – com o objetivo de obter contribuições dos municípios acerca das minutas de Edital e Contrato, ao programa de Exploração da Rodovia e aos Estudos de Viabilidade, para a concessão da BR-101/SC, no trecho entre Paulo Lopes (km 244+680) e São João do Sul, na divisa do estado do RS (km 465+100), objeto da Audiência Pública nº 013/2018. Dia 19/11/2018 – Florianópolis/SC.

Reunião Participativa Nº 008/2018 – com o objetivo de obter contribuições e informações para construção da Agenda Regulatória da ANTT para o biênio 2019/2020. As sessões foram realizadas em Brasília nas seguintes datas:

- 22/11/2018;
- 26/11/2018;

- 27/11/2018;
- 28/11/2018; e
- 29/11/2018.

Foi ainda realizada a Reunião do Grupo Técnico de Integração Digital das Informações do SGT5 – Transportes do MERCOSUL – com a presença das Delegações do Brasil e do Paraguai – 12 e 13/07/2018 – Foz do Iguaçu/PR.

Atividades de Correição e Apuração de Ilícitos Administrativos

A Corregedoria da ANTT, conforme disposto no Decreto nº 5.480, de 30 de junho de 2005, integra o Sistema Correicional do Poder Executivo Federal, na qualidade de Unidade Seccional, e responde pela fiscalização das atividades funcionais de servidores efetivos, requisitados e comissionados.

Em sua atuação adota duas formas distintas: a preventiva e a corretiva. Para execução da primeira, utiliza-se de instrumentos como palestras, solicitação ou mesmo convocação de servidores para prestarem informações ou esclarecimentos, além dos trabalhos de Correições Ordinárias e Extraordinárias, em áreas específicas ou nas Unidades Regionais da ANTT.

Para os casos de maior potencial ofensivo, são utilizados os instrumentos de Investigação Preliminar - IP, que precede a instauração do PAR, e a Sindicância Investigativa – SINVE, que precede o PAD, instituídos por meio da Instrução Normativa nº 14/2018 da CGU, os quais buscam elementos que possam ensejar a instauração de procedimento mais gravoso, também disciplinados nesta Agência por normativo interno.

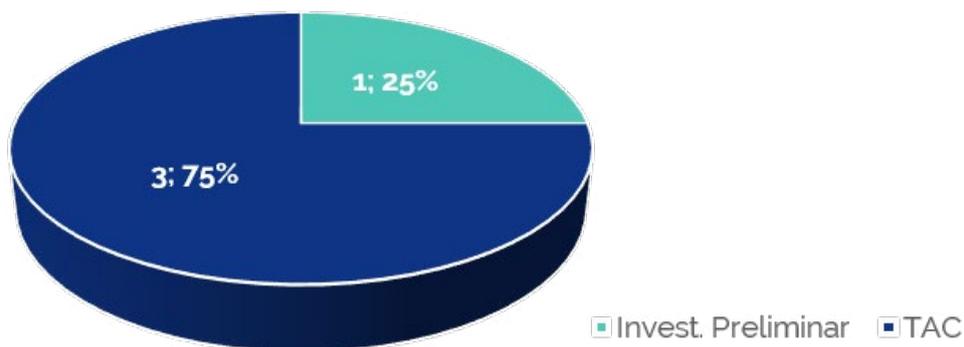
Na condução dos trabalhos corretivos, que objetivam apurar responsabilidade de suposto desvio de conduta praticado por servidor, a Corregedoria é responsável pela promoção e coordenação das Sindicâncias, Processos Administrativos Disciplinares – PAD e Processos Administrativos de Responsabilização – PAR, regularmente instituídos por meio da Lei nº 8.112/1990 e nº 12.846/2013, respectivamente.

A Corregedoria conta ainda com o Termo de Ajustamento de Conduta – TAC, para ser utilizado nas situações de ilícitos administrativos considerados de menor potencial ofensivo.

Principais Resultados da Área de Correição

No exercício de 2018, considerando as 4 (quatro) denúncias/representações recebidas, após a realização do juízo de admissibilidade, foi instaurado somente um procedimento de Investigação Preliminar, o qual encontra-se na fase de busca de provas materiais e oitivas de testemunhas. Para as outras 3 (três) denúncias, foram firmados Termos de Ajustamento de Conduta – TAC, por se tratarem de situações de menor potencial ofensivo à Administração.

Denúncias e/ou representações recebidas em 2018



Auditoria Interna

Auditoria Interna representa uma instância de apoio à governança da ANTT e está vinculada diretamente à Diretoria Colegiada. Atua de forma a fiscalizar o desempenho da gestão desta Agência Reguladora e acompanhar a implementação das recomendações e determinações dos órgãos/unidades do Sistema de Controle Interno do Poder Executivo Federal e do Tribunal de Contas da União.

No cumprimento dos objetivos estratégicos, e conforme previsto no Plano Anual de Auditoria Interna para 2018, supervisionado pela SFC/CGU e aprovado pela Diretoria Colegiada da Agência, foram realizadas 09 (nove) Auditorias Ordinárias nas unidades organizacionais da ANTT (SUPAS, SUROC, SUEXE, SUDEG, SUTEC, SUFIS, SUFER, SUREG, AGEST e SUINF), e 01 (uma) Auditoria Extraordinária para avaliar a política de Gestão de Riscos instituída na Agência.

Até dezembro de 2018, 74% das recomendações foram atendidas pelas unidades auditadas, o que proporcionou aprimoramento na gestão e nos controles internos, aumento da eficiência frente à escassez de recursos, fomento à transparência para a sociedade, aperfeiçoamento dos processos de trabalho das unidades e adequação às conformidades legais.

Status das recomendações de auditoria interna





/anttnoface



@antt_oficial



/canalantt



@ANTTagencia

www.antt.gov.br



**AGÊNCIA NACIONAL DE
TRANSPORTES TERRESTRES**